Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Terça-feira, 29 de abril de 2025

UP.P HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 43.562.306/0001-44 NIRE 35.300.577.167

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da **UP.P HOLDING S.A.** ("Companhia") convocados a comparecer à assembleia geral ordinária e extraordinária ("AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, às 18h00min do dia 05 de maio de 2025, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 250, 11º andar, conjunto 1.106, Edifício F.L. Office, Vila Olímpia, CEP 04552-040, fora da sede da Companhia, em razão da ausência de espaço e capacidade física na sede social para recepção dos acionistas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1) em sede de Assembleia Geral ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Deliberar sobre o orçamento de capital e a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iv) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos diretores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (2) em sede de Assembleia Geral extraordinária: A consolidação do estatuto social da Companhia. Para participação na AGOE, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar o instrumento de mandato, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da LSA. Os documentos relativos à ordem do dia foram disponibilizados pela Companhia na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital em 01 de abril de 2025.

São Paulo, 25 de abril de 2025. **Gabriel Campos Pérgola**, **Roger Keiti Sasazaki** e **Luciano Valle**- Diretores

AGROPECUÁRIA COSTA DO SOL S/A

CNPJ/MF 41.220.280/0001-20 – NIRE 35300654749

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da **AGROPECUÁRIA COSTA DO SOL S/A** ("Companhia"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, por meio da plataforma Teams, em 22.05.2025, às 9h00, em primeira convocação, e às 9h30, em segunda convocação, para aprovar as seguintes matérias da ordem do dia: ***(i)*** aprovação das demonstrações financeiras do exercício fiscal encerrado em 2024; e ***(ii)*** destinação do resultado do exercício fiscal encerrado em 2024. Diretores Valter Costa Da Silva e Zilene Ferreira Acioli. **Informações Gerais:** 1. A **AGO da Companhia será, excepcionalmente, realizada única e exclusivamente de forma digital**, nos termos autorizados pelo § 2º-A do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração ("IN/DREI 81"). **Desse modo, os senhores acionistas deverão participar da AGO a distância, mediante atuação remota, por meio do acesso à plataforma Teams, na data e hora acima mencionadas**. 2. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão enviar para a Companhia, através do e-mail valtercosta27@gmail.com, com antecedência de pelo menos 30 minutos em relação ao horário previsto para o início dos trabalhos, a documentação contendo a prova de identificação do acionista (documento de identificação oficial com foto) ou de seu procurador (procuração com firma reconhecida ou assinatura digital ICP-Brasil e documento de identificação oficial do representante legal com foto), observado o disposto no art. 126, § 1° da Lei nº 6.404/76. O link de acesso à plataforma Teams, para fins de participação na AGO, será enviado pelo Diretor da Companhia Valter Costa da Silva aos acionistas que tenham manifestado interesse na participação da AGO e tenham enviado a comprovação de representação, por correio eletrônico, nos termos deste item.

AGROPECUARIA SOL DA COSTA S/A

CNPJ/MF 41.412.840/0001-49 - NIRE 35300632541

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da **AGROPECUARIA SOL DA COSTA S/A** ("Companhia"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, por meio da plataforma Teams, em 22.05.2025, às 11h00, em primeira convocação, e às 11h30, em segunda convocação, para aprovar as seguintes matérias da ordem do dia: ***(i)*** aprovação das demonstrações financeiras do exercício fiscal encerrado em 2024; e ***(ii)*** destinação do resultado do exercício fiscal encerrado em 2024. Diretores Valter Costa Da Silva e Zilene Ferreira Acioli. **Informações Gerais:** 1. A **AGO da Companhia será, excepcionalmente, realizada única e exclusivamente de forma digital**, nos termos autorizados pelo § 2º-A do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração ("IN/DREI 81"). **Desse modo, os senhores acionistas deverão participar da AGO a distância, mediante atuação remota, por meio do acesso à plataforma Teams, na data e hora acima mencionadas**. 2. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão enviar para a Companhia, através do e-mail valtercosta27@gmail.com, com antecedência de pelo menos 30 minutos em relação ao horário previsto para o início dos trabalhos, a documentação contendo a prova de identificação do acionista (documento de identificação oficial com foto) ou de seu procurador (procuração com firma reconhecida ou assinatura digital ICP-Brasil e documento de identificação oficial do representante legal com foto), observado o disposto no art. 126, § 1° da Lei nº 6.404/76. O link de acesso à plataforma Teams, para fins de participação na AGO, será enviado pelo Diretor da Companhia Valter Costa da Silva aos acionistas que tenham manifestado interesse na participação da AGO e tenham enviado a comprovação de representação, por correio eletrônico, nos termos deste item.

SOL DA COSTA - GESTÃO PATRIMONIAL S/A

CNPJ/MF 38.146.901/0001-69 - NIRE 35300654781

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da **SOL DA COSTA - GESTÃO PATRIMONIAL S/A** ("Companhia"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, por meio da plataforma Teams, em 22.05.2025, às 10h00, em primeira convocação, e às 10h30, em segunda convocação, para aprovar as seguintes matérias da ordem do dia: ***(i)*** aprovação das demonstrações financeiras do exercício fiscal encerrado em 2024; e ***(ii)*** destinação do resultado do exercício fiscal encerrado em 2024. Diretores Valter Costa Da Silva e Zilene Ferreira Acioli. **Informações Gerais:** 1. A **AGO da Companhia será, excepcionalmente, realizada única e exclusivamente de forma digital**, nos termos autorizados pelo § 2º-A do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração ("IN/DREI 81"). **Desse modo, os senhores acionistas deverão participar da AGO a distância, mediante atuação remota, por meio do acesso à plataforma Teams, na data e hora acima mencionadas**. 2. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão enviar para a Companhia, através do e-mail valtercosta27@gmail.com, com antecedência de pelo menos 30 minutos em relação ao horário previsto para o início dos trabalhos, a documentação contendo a prova de identificação do acionista (documento de identificação oficial com foto) ou de seu procurador (procuração com firma reconhecida ou assinatura digital ICP-Brasil e documento de identificação oficial do representante legal com foto), observado o disposto no art. 126, § 1° da Lei nº 6.404/76. O link de acesso à plataforma Teams, para fins de participação na AGO, será enviado pelo Diretor da Companhia Valter Costa da Silva aos acionistas que tenham manifestado interesse na participação da AGO e tenham enviado a comprovação de representação, por correio eletrônico, nos termos deste item.

Hive Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF nº 29.251.448/0001-60

Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante	24.570	2.210	68.823	40.162
Não circulante	116.828	89.238	103.636	76.911
Total do Ativo	**141.398**	**91.448**	**172.459**	**117.073**
	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante	43.766	13.419	65.539	33.847
Não circulante	1.315	2.583	10.127	4.178
Patrimônio líquido	96.317	75.446	96.793	79.048
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**141.398**	**91.448**	**172.459**	**117.073**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(5.567)	1.662	51.885	40.111
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	37.891	15.198	(18.976)	(14.834)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(10.000)	(20.320)	(12.712)	(23.120)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**22.324**	**(3.460)**	**20.196**	**2.157**
Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do exercício	668	4.129	13.232	11.076
No fim do exercício	22.991	668	33.428	13.232

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receita Operacional Líquida	**–**	**–**	**183.524**	**140.777**
Custo dos serviços prestados	–	–	(72.790)	(43.546)
Lucro Bruto	**–**	**–**	**110.734**	**97.231**
Despesa Operacionais	(2.412)	(456)	(43.339)	(40.854)
Equivalência patrimonial	47.835	38.340	–	739
Lucro antes do Resultado Financeiro	**45.423**	**37.885**	**67.395**	**57.115**
Resultado Financeiro	1.519	1.391	(425)	(414)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**46.942**	**39.275**	**66.970**	**56.701**
Imposto de renda e contribuição social	–	(538)	(19.278)	(18.316)
Lucro Líquido antes da participação dos acionista não controladores	46.942	38.737	47.692	38.385
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(750)	352
Lucro Líquido do Exercício	**46.942**	**38.737**	**46.942**	**38.737**
Lucro por Ação – R$	**905**	**747**	**905**	**747**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional – A Hive Participações Societárias S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades no Brasil ou no exterior. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, vigentes em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado em contrário a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

Melanie Wepeck Teixeira
Diretora Financeira
Ocenildo Correa dos Santos
Contador – CRC - SSP 318.693

Operador Investment S.A.

CNPJ: 66.088.865/0001-60 - NIRE: 35300146166

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Ativo circulante	364.922,41	334.793,59
Disponível:		
Bancos e caixas	189.320,41	159.191,83
Empréstimos a receber	175.358,32	175.358,32
Impostos a recuperar	243,44	243,44
Não circulante	**5.068.982,05**	**5.068.982,05**
Realizável a longo prazo	**123.734,86**	**123.734,86**
Créditos e valores	31.734,86	31.734,86
Títulos a receber	92.000,00	92.000,00
Imobilizado	**4.945.247,19**	**4.945.247,19**
Bens em operação - Custo	4.972.637,19	5.053.437,19
Depreciação	(27.390,00)	(108.190,00)
Total do ativo	**5.433.904,22**	**5.403.775,64**
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2023**
Passivo circulante	**430.436,07**	**395.436,07**
Contas a pagar	430.436,07	395.436,07
Patrimônio líquido	**5.003.468,15**	**5.008.339,57**
Capital social	9.983.161,00	9.983.161,00
Prejuízos acumulados	(4.979.692,85)	(4.974.821,43)
Total do passivo	**5.433.904,22**	**5.403.775,64**

Demonstrações do Resultado

	31/12/2024	**31/12/2023**
Despesas (receitas) operacionais	**13.540,20**	**-**
Despesas administrativas		
Despesas gerais	(3.000,00)	(597,22)
Despesas financeiras	(1.871,42)	(1.631,05)
Outras receitas	-	13.540,20
Créditos vencidos e não líquidados		
Resultado operacional	**(4.871,42)**	**11.311,93**
Resultado antes dos impostos	**(4.871,42)**	**11.311,93**
Resultado do exercício	**4.871,42**	**11.311,93**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital realizado	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldo em 31/12/2022	**9.983.161,00**	**(4.986.133,36)**	**4.997.027,64**
Lucro líquido do exercício	-	11.311,93	-
Saldo em 31/12/2023	**9.983.161,00**	**(4.974.821,43)**	**5.008.339,57**
Prejuízo líquido do exercício	-	(4.871,42)	-
Saldo em 31/12/2024	**9.983.161,00**	**(4.979.692,85)**	**5.003.468,15**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Lucro/Prejuízo do exercício	(4.871,42)	11.311,93
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-
(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante		
(Aumento) diminuição no passivo Circulante e não circulante		
Outras contas a pagar	35.000,00	500,00
Caixa líquido gerado (utilizado) das atividades operacionais	**30.128,58**	**11.811,93**
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos	**30.128,58**	**11.811,93**
Caixa, bancos e aplicações financeiras		
No início do exercício	159.191,83	147.379,90
No fim do exercício	189.320,41	159.191,83
Aumento (redução) em caixa, bancos e aplicações financeiras	**30.128,58**	**11.811,93**

Alberto Douer
Administrador

Wellington Ramos da Silva
CRC: 1SP260022/O9 - Contador

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 9D00-73A9-660B-E7DF.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 9D00-73A9-660B-E7DF.

JT Publicidade

Equipav

ARCOS SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 29.291.541/0001-06

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.123	10	1.878.120	138.986
Aplicações financeiras	6	-	15.963	5.296.783	4.753.600
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.908.102	1.848.528
Ativos financeiros contratuais	8	-	-	304.260	333.560
Estoques		-	-	61.905	179.139
Debêntures privadas partes relacionadas	9	-	-	14.067	-
Tributos a recuperar		1.716	-	255.449	195.376
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	9	113.856	-	2.189	-
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	10.147	71.530
Outros créditos		-	-	166.480	322.168
Total do ativo circulante		**141.695**	**15.973**	**9.897.502**	**7.842.887**
Aplicações financeiras	6	-	-	197.243	172.788
Contas a receber de clientes	7	-	-	575.935	491.522
Ativos financeiros contratuais	8	-	-	1.288.192	512.043
Tributos a recuperar		1.053	2.736	30.986	170.105
Dividendos a receber	9	-	-	1.050.294	835.226
Ativo fiscal diferido	24 b.	-	-	426.795	709.390
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	2.038.007	541.514
Depósitos judiciais	17	-	-	393.291	480.964
Títulos e valores mobiliários	10	-	-	7.074.289	6.533.143
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	3.700	-	3.700	-
Outros créditos		-	-	219.669	220.119
Total do realizável a longo prazo		**4.753**	**2.736**	**13.298.401**	**10.666.814**
Investimentos	10	1.916.240	1.371.386	1.225.139	676.583
Imobilizado		64	84	1.532.270	763.578
Ativo de contrato da concessão	11	-	-	3.241.181	3.010.743
Intangível	12	-	-	16.311.729	11.264.792
Total do ativo não circulante		**1.921.057**	**1.374.206**	**35.608.720**	**26.382.510**
Total do ativo		**2.062.752**	**1.390.179**	**45.506.222**	**34.225.397**

Passivos	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	798.675	612.910
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	37.318	2.069.502	1.556.806
Obrigações trabalhistas e sociais	15	16	15	374.551	658.472
Obrigações fiscais		16	10	130.477	141.379
Dividendos a pagar	9	24.230	2.510	415.153	163.431
Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	235.862	146.734
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	205.759	540.798
Parcelamentos de tributos		-	-	346	604
Outros tributos diferidos		-	-	64.016	30.774
Outras contas a pagar	16	-	-	578.121	288.561
Total do passivo circulante		**24.262**	**39.853**	**4.872.462**	**4.140.469**
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	63.702	65.615
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	151.601	24.889.816	16.255.700
Parcelamentos de tributos		-	-	1.386	1.614
Provisões	17	-	-	1.322.214	1.687.645
Passivo fiscal diferido	24 b.	-	-	438.622	328.935
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	1.166.862	289.827
Provisão para perda de investimentos	10	370.411	-	-	-
Provisão de benefício pós-emprego		-	-	256.976	622.578
Outros tributos diferidos		-	-	60.436	55.465
Contas a pagar de partes relacionadas		52.720	75.174	52.720	75.174
Outras contas a pagar	16	-	-	2.434.816	1.208.470
Total do passivo não circulante		**423.131**	**226.775**	**30.687.550**	**20.591.023**
Total do passivo		**519.136**	**266.628**	**35.560.012**	**24.731.492**
Patrimônio líquido	19				
Capital social		1.465.358	575.584	1.465.358	575.584
Reservas de lucros		344.878	520.869	344.878	520.869
Ajuste de avaliação patrimonial		(196.969)	25.006	(196.969)	25.006
Ajuste de conversão de balanço		2.092	2.092	2.092	2.092
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**1.615.359**	**1.123.551**	**1.615.359**	**1.123.551**
Participação de não controladores		-	-	8.330.851	8.370.354
Total do patrimônio líquido		**1.615.359**	**1.123.551**	**9.946.210**	**9.493.905**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.062.752**	**1.390.179**	**45.506.222**	**34.225.397**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de conversão de balanço	Lucros acumulados	Atribuível aos acionistas controladores - Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1° de janeiro de 2023		**188.814**	**-**	**-**	**672.462**	**(59.058)**	**2.092**	**-**	**804.310**	**3.810.349**	**4.614.659**
Aumento de capital		386.770	-	-	-	-	-	-	386.770	112.377	499.147
Aquisição de participação em não controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	3.736.361	3.736.361
Valor justo de derivativos		-	-	-	-	73.022	-	-	73.022	112.193	185.215
Valor justo de títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	11.042	-	-	11.042	16.901	27.943
Incentivo fiscal		-	-	-	196	-	-	-	196	145	341
Diluição de participação societária		-	-	-	2.325	-	-	-	2.325	-	2.325
Outras operações com acionistas		-	-	-	(15.540)	-	-	-	(15.540)	15.540	-
Perdas atuariais		-	-	-	-	-	-	-	-	11.290	11.290
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	65.179	65.179	1.083.545	1.148.724
Destinação:											
Reserva legal		-	-	3.259	-	-	-	(3.259)	-	-	-
Dividendos		-	-	-	(203.753)	-	-	-	(203.753)	(528.347)	(732.100)
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	61.920	-	-	(61.920)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**575.584**	**-**	**3.259**	**517.610**	**25.006**	**2.092**	**-**	**1.123.551**	**8.370.354**	**9.493.905**
Aumento de capital		889.774	-	-	-	-	-	-	889.774	-	889.774
Valor justo de derivativos		-	-	-	-	(221.975)	-	-	(221.975)	(207.289)	(429.253)
Incentivo fiscal		-	-	-	85	-	-	-	(85)	-	(85)
Outras operações com acionistas		-	-	-	(113.283)	-	-	-	(113.283)	(16.310)	(113.113)
Diluição de participação		-	-	-	-	-	-	-	-	(189.678)	(319.804)
Ganhos atuariais		-	-	-	-	-	-	-	-	383.332	383.332
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	100.692	100.692	1.800.132	1.900.813
Destinação:											
Reserva legal	19 c.	-	-	5.035	-	-	-	(5.035)	-	-	-
Dividendos intermediários		-	-	-	(139.571)	-	-	-	(139.571)	(1.809.630)	(1.835.445)
Dividendos mínimos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	-	-	(23.914)	(23.914)	-	(23.914)
Transferência para lucros retidos	19.d	-	-	-	71.743	-	-	(71.743)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.465.358**	**-**	**8.294**	**336.584**	**(196.969)**	**2.092**	**-**	**1.615.359**	**8.330.851**	**9.946.210**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Arcos Saneamento e Participações S.A. ("Companhia"), é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, 6º andar, sala 65, Jardim Paulistano - São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços administrativos para sociedades controladas ou coligadas, especialmente na área financeira, administrativa, contábil e de processamento de dados, bem como assessoria comercial, locação de bens e participação em outras sociedades como quotista ou acionista. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo tem por objeto social a construção, a operação e a ampliação de instalações e fornecimento de água potável, as atividades de coleta e tratamento de esgotos sanitários, a prestação das atividades de gestão comercial dos serviços de abastecimento de água, prestação de serviços de implantação, operação e manutenção dos resíduos sólidos. Há empresas do Grupo que executam atividades de consultoria e assessoria empresarial, gerenciamento, intermediação comercial e de negócios, comercialização de produtos e atividades relacionadas ao saneamento básico, serviços de locação de veículos, serviços de implementação de software e serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de águas e esgotamento sanitário, esses serviços são realizados somente entre empresas do grupo. **2. ENTIDADES DO GRUPO E COLIGADAS:** A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia no quadro acionário total de suas controladas e coligadas, bem como suas atividades:

Controladas	Atividades Principais	Contrato de concessão ou edital nº	Data de término da concessão	% de Participação Votante 2024 Direta	2024 Indireta	2023 Direta	2023 Indireta
Equipav Saneamento S.A.	Holding	-	-	100%	-	98,84%	-
Camaiore Investimentos e Participação S.A.	Holding	-	-	99.98%	-	-	-
Verona Saneamento e Investimentos S.A.	Holding	-	-	-	100%	-	99,99%
Montese Engenharia e Comércio Ltda.	Serviços de Engenharia	-	-	-	100%	-	100%
Aegea Saneamento e Participações S.A.("Aegea Saneamento")	Holding	-	-	-	70,72%	-	57,37%
AE Contact Call Center Ltda. ("AE Contact")	Teleatendimento *(i)*	-	-	-	100%	-	100%
Aegea Finance S. a R. L. ("Aegea Finance")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
AESAN Engenharia e Participações Ltda. ("AESAN Engenharia")	Serviços de Engenharia *(i)*	-	-	-	100%	-	100%
Águas de Ariquemes Saneamento SPE S.A. ("Ariquemes")	Concessão Água e Esgoto	194/2016	04/2046	-	100%	-	100%
Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A. ("Bombinhas")	Concessão Água e Esgoto	06/2016	08/2051	-	100%	-	100%
Águas de Buritis Saneamento S.A. ("Buritis")	Concessão Água e Esgoto	001/2013	04/2045	-	100%	-	100%
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. ("Camboriú")	Concessão Água e Esgoto	016/2015	11/2050	-	100%	-	100%
Águas de Governador Valadares SPE S.A. ("Governador Valadares")	Concessão Água e Esgoto	005/2023	04/2054	-	100%	-	-
Águas de Guarantã Ltda. ("Guarantã")	Concessão Água e Esgoto	45/2001	05/2031	-	100%	-	100%
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda. ("Holambra")	Concessão Água e Esgoto	001/2015	01/2046	-	100%	-	100%
Águas de Jarú SPE S.A. ("Jarú")	Concessão Água e Esgoto	013/2012	02/2042	-	100%	-	100%
Águas de Matão S.A. ("Matão")	Concessão Água e Esgoto	002/2013	02/2044	-	100%	-	100%
Águas de Matupá Ltda. ("Matupá")	Concessão Água e Esgoto	001/2001	11/2031	-	100%	-	100%
Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda. ("Novo Progresso")	Concessão Água	001/2003	08/2033	-	100%	-	100%
Águas de Paranatinga S.A. ("Paranatinga")	Concessão Água e Esgoto	001/2014	04/2045	-	51%	-	51%
Águas de Penha Saneamento SPE S.A. ("Penha")	Concessão Água e Esgoto	194/2015	11/2050	-	99,81%	-	99,81%
Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda. ("Pimenta Bueno")	Concessão Água e Esgoto	001/2015	09/2045	-	100%	-	100%
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda. ("Porto Esperidião")	Concessão Água e Esgoto	48/2012	12/2042	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Rolim de Moura Saneamento SPE Ltda. ("Rolim de Moura")	Concessão Água e Esgoto	2497/2012	07/2046	-	100%	-	100%
Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A. ("São Francisco")	Concessão Água e Esgoto	02.117/2014	02/2044	-	100%	-	100%
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. ("São Francisco do Sul")	Concessão Água e Esgoto	056/2014	01/2050	-	100%	-	100%
Águas de Sinop S.A. ("Sinop")	Concessão Água e Esgoto	002/2014	11/2044	-	92,18%	-	100%
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. ("Teresina")	Subconcessão Água e Esgoto	001/2016	06/2047	-	100%	-	100%
Águas de Timon Saneamento S.A. ("Timon")	Concessão Água e Esgoto	004/2014	04/2045	-	100%	-	100%
Águas do Mirante S.A. ("Mirante")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	48/2012	06/2042	-	99,99%	-	99,99%
Águas do Piauí SPE S.A. ("Piauí")	Concessão Água e Esgoto	01/2024/SEAD	-	-	100%	-	-
Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Cariacica")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	277/2020	03/2051	-	100%	-	100%
Ambiental Ceará 1 SPE S.A. ("Ceará 1")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	0020/2023	05/2053	-	100%	-	-
Ambiental Ceará 2 SPE S.A. ("Ceará 2")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	0020/2023	05/2053	-	100%	-	-
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Metrosul")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	001/2019	11/2055	-	100%	-	100%
Ambiental MS Pantanal SPE S.A. ("MS Pantanal")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	0018/2021	05/2051	-	100%	-	100%
Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A. ("Serra")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	034/2014	01/2045	-	100%	-	100%
Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Vila Velha")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	008/2017	06/2047	-	99,99%	-	99,99%
Concessionária Águas de Meriti Ltda. ("Meriti")	Concessão Água e Esgoto	86/98	07/2045	-	51%	-	51%
Cortona Participações S.A. ("Cortona")	Holding	-	-	-	100%	-	-
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. ("GSS")	Tecnologia da Informação *(i)*	-	-	-	100%	-	100%
Guaíba Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo Guaíba")	Fundo de Investimento	-	-	-	100%	-	100%
Livorno Participações S.A. ("Livorno")	Holding	-	-	-	100%	-	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. ("LVE")	Locação de Veículos *(i)*	-	-	-	100%	-	100%
Napole Participações S.A. ("Napole")	Holding	-	-	-	100%	-	-
R3 Engenharia S.A. ("R3 Engenharia")	Serviços de Engenharia *(i)*	-	-	-	100%	-	100%
Regenera Cariri SPE S.A. ("Cariri")	Concessão Resíduos Sólidos	2023.06.13.1	07/2054	-	51%	-	51%
Regional 1 Engenharia e Participações Ltda. ("R1 Engenharia")	Serviços de Engenharia *(i)*	-	-	-	-	-	100%
Reuso Itaboraí S.A. ("Reuso Itaboraí")	Concessão Água e Esgoto	-	-	-	100%	-	-
Santense Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo Santense")	Fundo de Investimento	-	-	-	100%	-	100%
Aegea Desenvolvimento S.A. ("Aegea Desenvolvimento")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Ambiental Crato Concessionária de Saneamento S.A. ("Ambiental Crato")	Concessão Esgoto	2021.11.03.2	07/2057	-	100%	-	100%
Igarapé Participações S.A. ("Igarapé Participações")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. ("Rio Negro") (iii)	Concessão Água	001/2016	07/2045	-	100%	-	100%
Igarapé Sustentabilidade S.A. ("Igarapé Sustentabilidade")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Companhia de Saneamento de Manaus ("CSM") (ii)	Holding	-	-	-	-	-	100%
Manaus Ambiental S.A. ("Manaus")	Concessão Água e Esgoto	02/2000	07/2045	-	100%	-	100%
Companhia de Saneamento de Norte ("CSN")	Holding	-	-	-	-	-	100%
Nascentes do Xingu Investimentos S.A. ("Nascentes do Xingú Investimentos")	Holding	-	-	-	51%	-	51%
Águas de Confresa S.A. ("Confresa")	Concessão Água e Esgoto	03/2013	02/2054	-	51%	-	51%
Águas de Diamantino S.A. ("Diamantino")	Concessão Água e Esgoto	002/2013	05/2044	-	51%	-	51%
Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A. ("Nascentes do Xingú Participações")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Águas de Barra do Garças Ltda. ("Barra do Garças")	Concessão Água e Esgoto	090/2003	09/2033	-	100%	-	100%
Águas de Campo Verde S.A. ("Campo Verde")	Concessão Água e Esgoto	01/2001	11/2031	-	89,65%	-	51%
Águas de Carlinda S.A. ("Carlinda")	Concessão Água e Esgoto	001/04	01/2034	-	51%	-	51%
Águas de Cláudia S.A. ("Cláudia")	Concessão Água e Esgoto	033/2004	03/2034	-	51%	-	51%
Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A. ("Jaurú")	Concessão Água e Esgoto	013/2012	01/2042	-	51%	-	51%
Águas de Marcelândia S.A. ("Marcelândia")	Concessão Água e Esgoto	001/2003	06/2033	-	51%	-	51%
Águas de Nortelândia S.A. ("Nortelândia")	Concessão Água e Esgoto	001/2002	01/2052	-	51%	-	51%
Águas de Poconé S.A. ("Poconé")	Concessão Água e Esgoto encerrada em 06/2024	146/2008	06/2024	-	51%	-	51%
Águas de Primavera S.A. ("Primavera")	Concessão Água e Esgoto	001/05/2000	08/2030	-	87,13%	-	51%
Águas de Santa Carmem S.A. ("Santa Carmem")	Concessão Água e Esgoto	001/2001	11/2031	-	51%	-	51%
Águas de São José S.A. ("São José")	Concessão Água e Esgoto	01/2008	03/2038	-	51%	-	51%
Águas de Sorriso S.A. ("Sorriso")	Concessão Água e Esgoto	001/2000	06/2030	-	94,98%	-	51%
Águas de União do Sul S.A. ("União do Sul")	Concessão Água e Esgoto	001/2000	08/2030	-	51%	-	51%
Águas de Vera S.A. ("Vera")	Concessão Água e Esgoto	001/2003	04/2041	-	51%	-	51%
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A. ("Peixoto")	Concessão Água e Esgoto	001/1998	08/2030	-	51%	-	51%
Saneamento Básico de Jangada S.A. ("Jangada")	Concessão Água e Esgoto	031/2004	06/2034	-	51%	-	51%
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. ("Pedra Preta")	Concessão Água e Esgoto	098/2003	12/2032	-	94,36%	-	51%
Saneamento Consultoria S.A. ("Sanco")	Holding	-	-	-	75%	-	75%
Águas de Palhoça S.A. ("Palhoça")	Concessão Água e Esgoto	-	-	-	74,26%	-	-
Ambiental Paraná 1 SPE S.A. ("Ambiental Paraná 1")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	55045	03/2047	-	75%	-	75%
Ambiental Paraná 2 SPE S.A. ("Ambiental Paraná 2")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	001/2024	-	-	75%	-	-
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("CORSAN") (a)	Concessão Água e Esgoto	317 contratos	Dez/29 a Dez/62.	-	61,38%	-	61,21%
Tertúlia Participações e Administração S.A. ("Tertúlia")	Holding	-	-	-	57%	-	57%
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Prolagos")	Concessão Água e Esgoto	CN 04/96	05/2041	-	57%	-	57%
Camastra Participações e Administração S.A. ("Camastra")	Holding	-	-	-	67,92%	-	67,92%
Águas Guariroba S.A. ("Guariroba")	Concessão Água e Esgoto	104/2000	08/2060	-	67,92%	-	67,92%

(i) As controladas não possuem como atividade principal concessão de água e/ou esgoto, contudo, somente prestam serviços para as demais concessionárias do grupo. (ii) Em 30 de setembro de 2024, a Controlada indireta Manaus Ambiental incorporou de forma reversa sua acionista direta Companhia de Saneamento de Manaus ("CSM"). (iii) Em 30 de setembro de 2024, a Controlada indireta Rio Negro Ambiental incorporou de forma reversa sua acionista direta Companhia de Saneamento do Norte ("CSN").

A controlada indireta CORSAN possui 317 contratos de concessão para os municípios do Rio Grande do Sul em que atua, conforme demonstrado abaixo:

	Atividades Principais	Data de término da concessão
313 Municípios *(i)*	Concessão Água e Esgoto	Entre outubro/31 e dezembro/62
4 Municípios *(ii)*	Concessão Água	Entre maio/20 e dezembro/62

(i) Aceguá, Água Santa, Agudo, Ajuricaba, Alecrim, Alegrete, Alpestre, Alto Alegre, Alvorada, Amaral Ferrador, Ametista do Sul, Antônio Prado, Arambaré, Aratiba, Arroio do Meio, Arroio do Sal, Arroio do Tigre, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Arvorezinha, Áurea, Balneário Pinhal, Barão, Barão de Cotegipe, Barão do Triunfo, Barra do Guarita, Barra do Quaraí, Barra do Ribeiro, Barracão, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bossoroca, Braga, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Cacique Doble, Caibaté, Caiçara, Camaquã, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Campinas do Sul, Campo Bom, Campo Novo, Campos Borges, Candelária, Cândido Godói, Canela, Canguçu, Canoas, Capão da Canoa, Capão do Leão, Capela de Santana, Capivari do Sul, Carazinho, Carlos Barbosa, Casca, Caseiros, Catuípe, Cerrito, Cerro Grande do Sul, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Chiapetta, Chuí, Chuvisca, Cidreira, Ciríaco, Colorado, Condor, Constantina, Coronel Bicaco, Cotiporã, Crissiumal, Cristal, Cruz Alta, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dilermando de Aguiar, Dois Irmãos, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dona Francisca, Doutor Maurício Cardoso, Eldorado do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Entre Rios do Sul, Entre-Ijuís, Erebango, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Espumoso, Estação, Estância Velha, Esteio, Estrela, Fagundes Varela, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Faxinalzinho, Feliz, Flores da Cunha, Fontoura Xavier, Formigueiro, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Garibaldi, Gaurama, General Câmara, Getúlio Vargas, Giruá, Glorinha, Gramado, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Herval, Horizontina, Humaitá, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirubá, Igrejinha, Ijuí, Ilópolis, Imbé, Independência, Inhacorá, Ipê, Iraí, Itaara, Itapuca, Itaqui, Itatiba do Sul, Ivorá, Jaboticaba, Jacutinga, Jaguarão, Jaguari, Jaquirana, Júlio de Castilhos, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa Vermelha, Lagoão, Lajeado, Lavras do Sul, Liberato Salzano, Maçambará, Machadinho, Manoel Viana, Marau, Marcelino Ramos, Mariana Pimentel, Mariano Moro, Marques de Souza, Mata, Maximiliano de Almeida, Miraguaí, Montenegro, Morro Redondo, Morro Reuter, Mostardas, Muitos Capões, Não-Me-Toque, Nonoai, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Esperança do Sul, Nova Hartz, Nova Palma, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Nova Santa Rita, Osório, Paim Filho, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Pantano Grande, Paraí, Parobé, Passa Sete, Passo Fundo, Paverama, Pedras Altas, Pedro Osório, Pejuçara, Pinheirinho do Vale, Pinheiro Machado, Pinto Bandeira, Planalto, Portão, Porto Lucena, Porto Xavier, Putinga, Quaraí, Redentora, Restinga Sêca, Rio dos Índios, Rio Grande, Rio Pardo, Riozinho, Roca Sales, Rodeio Bonito, Rolante, Ronda Alta, Rondinha, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Salvador do Sul, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Maria, Santa Maria do Herval, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, Santo Expedito do Sul, São Borja, São Francisco de Assis, São Jerônimo, São João da Urtiga, São Jorge, São José do Herval, São José do Inhacorá, São José do Norte, São José do Ouro, São José dos Ausentes, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Martinho, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Pedro da Serra, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí, São Sepé, São Valentim, São Vicente do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Selbach, Serafina Corrêa, Sertão, Sertão Santana, Severiano de Almeida, Silveira Martins, Sobradinho, Soledade, Tapejara, Tapera, Tapes, Taquara, Taquari, Taquaruçu do Sul, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Tiradentes do Sul, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Coroas, Três de Maio, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tucunduva, Tupanciretã, Tuparendi, Unistalda, Vacaria, Venâncio Aires, Veranópolis, Viadutos, Viamão, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Flores, Vila Nova do Sul, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Xangri-Lá. (ii) Os municípios são: Campina das Missões, Minas do Leão, Piratini e Sentinela do Sul. A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia em suas coligadas, bem como suas atividades:

Coligadas	Atividades Principais	Contrato de concessão ou edital nº	Data de término da concessão	% de Participação 2024 Direta	2024 Indireta	2023 Direta	2023 Indireta
Águas do Rio investimentos S.A. ("Águas do Rio")	Holding	-	-	-	47,72%	-	20%
Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Rio 1")	Concessão Água e Esgoto	032/2021	11/2056	-	47,72%	-	20%
Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Rio 4")	Concessão Água e Esgoto	033/2021	11/2056	-	47,72%	-	20%
Parsan S.A. ("Parsan")	Holding	-	-	-	50%	-	50%

3. BASE DE PREPARAÇÃO: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho da Administração em 23 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pelo Grupo na sua gestão. **b)** Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. **c)** Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perdas de crédito esperadas (nota explicativa n° 7); • Reconhecimento de receita a faturar (nota explicativa n° 7); • Definição de vida útil do ativo imobilizado; • Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa n° 12); • Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa n° 17); • Provisão para benefício pós-emprego (nota explicativa n° 18); • Reconhecimento de ativos fiscais diferidos (nota explicativa n° 24), e • Reconhecimento de títulos e valores mobiliários (nota explicativa n° 25). **d)** Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25. **4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS:** A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a)** Base de consolidação: (i) *Controladas:* As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. (ii) *Coligadas:* As coligadas são entidades sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os resultados do exercício das coligadas são reconhecidos através do método de

continua...

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	20	-	-	13.898.662	8.562.966
Custos dos serviços prestados	21	-	-	(7.218.452)	(4.445.058)
Lucro bruto		**-**	**-**	**6.680.210**	**4.117.908**
Despesas administrativas e gerais	21	(2.643)	(1.030)	(1.534.320)	(955.688)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	21	-	-	(65.823)	(23.358)
Outras receitas operacionais	22	-	-	369.373	401.672
Outras despesas operacionais		-	-	(60.509)	(8.185)
Resultado de equivalência patrimonial	10	108.972	87.334	96.036	256.934
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**106.329**	**86.304**	**5.484.967**	**3.789.283**
Receitas finance

continuação...

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial são utilizadas as informações contábeis das coligadas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. Na demonstração do resultado são refletidas a participação da Companhia nos resultados operacionais de suas coligadas. (iii) *Participação de acionistas não-controladores:* Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios: • Pelo valor justo; ou • Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. (iv) *Perda de controle e de influência significativa:* Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, o Grupo desreconheceos ativos, incluindo qualquer mais-valia, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Ao perder influência significativa sobre uma coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. (v) *Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. **b)** Moeda estrangeira: (i) *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, na data do balanço, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c)** Arrendamentos: O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, o Grupo também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **d)** Ativos intangíveis: São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor. **e)** Redução ao valor recuperável (*impairment*): (i) *Ativos financeiros não derivativos:* Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa*: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. *Contas a receber de clientes:* Para o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber, são consideradas premissas, as quais são as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses, ajustadas por eventos futuros relevantes esperados. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes privados, públicos e renegociados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 25. (ii) *Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **f)** Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura: As concessionárias do Grupo aplicam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. (i) Ativos financeiros contratuais: As controladas Serra, Vila Velha, Cariacica, Metrosul, Ceará 1, Ceará 2 e Ambiental Paraná 1 possuem um direito incondicional de recebimento da remuneração prevista em contrato do montante dos investimentos realizados, razão pela qual, à medida que executam as construções e melhorias, reconhecem um ativo financeiro. A controlada indireta Corsan reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não amortizados no prazo da concessão. Para as demais controladas, não está prevista qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura. **g)** Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **h)** Benefícios a empregados: (i) *Benefício de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) *Benefício pós-emprego - Planos de saúde:* O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde o Grupo são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pelo Grupo são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. (iii) *Benefício de aposentadoria:* Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) /IAS 19. Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano. **i)** Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Caso uma divulgação possa prejudicar seriamente a posição do Grupo, essa informação não é divulgada. **j)** Capital social: (i) *Ações ordinárias:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. (ii) *Ações preferenciais:* Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. **k)** Receita de contrato com cliente: O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: (i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:* A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água. (ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto:* A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. (iii) *Receitas a faturar de serviços de água e esgoto:* As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e sendo contabilizadas na conta de receitas a faturar. (iv) *Receitas de serviços:* A receita de serviços prestados pelas controladas da Companhia, refere-se a serviços de contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos e são apuradas tendo como métrica as economias ativas e números de funcionários das concessões, sendo reconhecidas no resultado. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da mensuração periódica do serviço realizado. A receita de serviços prestados pela controlada GSS, às controladas e coligadas do Grupo, refere-se a serviços de implementação e manutenção de software. A receita de serviços prestados pela controlada LVE, às controladas e coligadas do Grupo, refere-se a serviços de locação de veículos. (v) *Receitas de construção ativo financeiro:* A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referente aos projetos de infraestrutura que algumas controladas executam no âmbito de contratos de parceria público privada ("PPP"). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado em função do estágio da obra, à medida que os custos são incorridos e mensurada com base nos seus valores justos. O concessionário estima que o valor justo de sua contraprestação recebida seja equivalente aos custos de construção previstos mais a margem sobre os custos de desenvolvimento da infraestrutura que são reconhecidos à medida que são incorridos. As margens justas mensuradas nas controladas Serra, Vila Velha, Cariacica, Metrosul, Ceará 1, Ceará 2 e Ambiental Paraná 1, pela margem de construção em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são de: 57,91%, 37,35%, 11,10%, 50,66%, 53,28%, 42,63% e 13,38% respectivamente. Subsequentemente o recebível é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos menos os recebimentos, sendo esse reconhecido no resultado como Remuneração do Ativo Financeiro. (vi) *Receitas de construção ativo intangível:* A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas da Companhia estimaram que eventual margem é próxima a zero. **l)** Tributos: (i) *Imposto de renda e contribuição social: Lucro presumido:* As controladas indiretas Bombinhas, Holambra e Penha calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social com base no faturamento bruto, aplicando sobre esse a alíquota de presunção de 32% e, ao resultado, soma-se 100% da receita financeira para chegar à base tributável. Para fins de apuração dos tributos sobre o lucro devidos, aplica-se o percentual de 15% acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. *Lucro real:* As demais controladas e a Companhia calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. *Subvenção governamental:* Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 algumas controladas indiretas da Companhia utilizaram benefícios fiscais, obtidos por meio de laudos constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme área de atuação, que concedeu o direito à redução de 75% da alíquota de Imposto de Renda, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas. Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em contrapartida, as controladas indiretas deverão atender algumas obrigações, como a não distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago, devendo, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, ser mantido em reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. *Tributo corrente:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. *Tributo diferido:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Exposições fiscais:* Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. (ii) *Tributos sobre prestações de serviços:* O PIS e COFINS corrente e diferidos, para a controladora e controladas enquadradas no regime não cumulativo, são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, sendo essas alíquotas também utilizadas para a tomada de créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações do Grupo. Já para as controladas no regime cumulativo, as alíquotas aplicadas são de 0,65% para PIS e 3% para COFINS, sendo que nesse regime não é permitido a tomada de créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. **m)** Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) *Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (ii) *Mensuração subsequente: Ativos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos oriundos desses instrumentos patrimoniais são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Passivos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados nas seguintes categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meiodo resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. (iii) *Desreconhecimento: Ativos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebram um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, retiveram os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. *Passivos financeiros:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) *Compensação:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: Instrumento financeiro derivativo:* O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. No início de um relacionamento de *hedge*, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como o Grupo avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e • O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que o Grupo efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. (vi) *Hedges de fluxo de caixa:* O Grupo utiliza contratos de *swap* como *hedge* para proteger sua exposição ao risco identificado. A parcela efetiva do ganho ou perda na avaliação do valor justo do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes. Para quaisquer *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado. Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima. (vii) *Hedges de valor justo:* As controladas da Companhia utiliza contratos de *swap* como *hedge* para proteger sua exposição ao risco identificado. A mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado. Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. (viii) *Hierarquia do valor justo:* Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1 -** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2 -** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3 -** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. (ix) *Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e debêntures privadas, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, valor justo da dívida por meio do resultado e perda com instrumentos financeiros derivativos. **n)** Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **o)** Demonstrações de valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia e suas controladas como parte integrante das demonstrações financeiras. **p)** Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpret

continuação...

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

f) Aumento de capital e Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") em controladas e coligadas:

Data	Operação	Aprovação	Controlada	Tipo	Valor
10/01/2024	Aporte de capital	AGC	Governador Valadares	Moeda Corrente Nacional	1
16/01/2024	Aporte de capital	AGE	Jarú	Moeda Corrente Nacional	19.999
18/01/2024	Integralização de capital social	AGE	Regenera Cariri	Moeda Corrente Nacional	896
04/02/2024	Integralização de capital social	AGE	Ambiental MS Pantanal	Moeda Corrente Nacional	6.102
22/03/2024	Integralização de capital social	ACS	Meriti	Capitalização de AFAC	25
06/03/2024	Aporte de capital	AGE	Governador Valadares	Moeda Corrente Nacional	30.467
26/03/2024	Integralização de capital social	AGE	Sanco	Moeda Corrente Nacional	1.868
28/03/2024	Aporte de capital	AGE	Igarapé Participações	Moeda Corrente Nacional	74.000
09/04/2024	Aporte de capital	AGE	Sanco	Moeda Corrente Nacional	13.161
12/04/2024	Aporte de capital	ACS	Meriti	Capitalização de AFAC	10
24/04/2024	Integralização de capital social	AGE	Ambiental Cariacica	Moeda Corrente Nacional	15.000
14/05/2024	Aporte de capital	ACS	Meriti	AFAC	19
14/06/2024	Aporte de capital	ACS	Meriti	AFAC	32
17/07/2024	Aporte de capital	ACS	Meriti	AFAC	9
02/08/2024	Aporte de capital	ACS	Rolim de Moura	Moeda Corrente Nacional	150
15/08/2024	Aporte de capital	ACS	Meriti	AFAC	18
26/08/2024	Redução de capital social	Distrato	R1 Engenharia	Acervo Líquido	(135)
12/09/2024	Integralização de capital social	AGE	Ceará 2	Moeda Corrente Nacional	74.500
16/09/2024	Aporte de capital	ACS	Meriti	AFAC	10
16/09/2024	Aporte de capital	AGE	Sanco	Moeda Corrente Nacional	59.400
10/10/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	Meriti	Moeda Corrente Nacional	27
10/10/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	Meriti	Moeda Corrente Nacional	25
01/11/2024	Aporte de capital	AGE	Sanco	Moeda Corrente Nacional	17.164
10/10/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	Meriti	Moeda Corrente Nacional	13
15/10/2024	Aporte de capital	AGE	Palhoça	Moeda Corrente Nacional	800
05/12/2024	Aporte de capital	AGE	Sanco	Moeda Corrente Nacional	949
06/12/2024	Aporte de capital	AGC	Piauí	Moeda Corrente Nacional	1
16/12/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	NXI	Moeda Corrente Nacional	3.877
19/12/2024	Aumento de capital social	AGE	Piauí	Moeda Corrente Nacional	200.000
20/12/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	Sinop	Moeda Corrente Nacional	46.335
27/12/2024	Aumento de capital social	ACS	GSS	Moeda Corrente Nacional	45.997
27/12/2024	Aumento de capital social	AGE	Ariquemes	Moeda Corrente Nacional	14.660
27/12/2024	Aumento de capital social	AGE	Buritis	Moeda Corrente Nacional	3.236
27/12/2024	Integralização de capital social	AGE	Ceará 1	Moeda Corrente Nacional	78.239
27/12/2024	Integralização de capital social	AGE	Ambiental Cariacica	Moeda Corrente Nacional	15.000
27/12/2024	Aumento de capital social	AGE	Ambiental Cariacica	Moeda Corrente Nacional	3.722
27/12/2024	Aumento de capital social	AGE	Holambra	Moeda Corrente Nacional	10.850
27/12/2024	Aumento de capital social	AGE	Igarapé Participações	Moeda Corrente Nacional	145.000
27/12/2024	Aumento de capital social	AGE	Rolim de Moura	Moeda Corrente Nacional	5.137
27/12/2024	Aumento de capital social	AGE	São Francisco	Moeda Corrente Nacional	44.776
27/12/2024	Aumento de capital social	AGE	Timon	Moeda Corrente Nacional	5.276
27/12/2024	Aporte de capital	AGE	NXP	Moeda Corrente Nacional	79.254
					1.015.870

Data	Operação	Aprovação	Coligada	Tipo	Valor
29/11/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	Rio Investimentos	Moeda Corrente Nacional	13.436
30/12/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	Rio Investimentos	Moeda Corrente Nacional	31.947
30/12/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	Rio Investimentos	Moeda Corrente Nacional	74.633
		Aumento de capital social e AFAC em coligadas (Investimentos)			**120.016**
03/03/2024	Integralização de capital social	AGE	Rio Investimentos	Moeda Corrente Nacional	21.000
09/08/2024	Integralização de capital social	AGE	Rio Investimentos	Moeda Corrente Nacional	238.170
30/10/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	Rio Investimentos	Moeda Corrente Nacional	175.358
30/10/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	Rio Investimentos	Moeda Corrente Nacional	75.063
29/11/2024	AFAC	Instrumento de AFAC	Rio Investimentos	Moeda Corrente Nacional	31.564
		Aumento de capital social e AFAC em coligadas (TVM)			**541.155**
		Aumento de capital social e AFAC em coligadas			**661.171**

g) Participação no ajuste de avaliação patrimonial: A controlada indireta Aegea Saneamento reconheceu o efeito da participação no ajuste de avaliação patrimonial, de suas controladas diretas, São Francisco, Matão, Nascentes do Xingú Participações, Camastra, Aegea Finance e Teresina, conforme descrito na nota explicativa nº 25. **h)** Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos dos títulos e valores mobiliários correspondem a ações preferenciais detidas pela controlada indireta Aegea Saneamento e estão assim representados:

	Ações Preferenciais Classe B	Montante Aportado
Rio Investimentos	679.303.413	7.074.289

	Saldo em 2023	Aportes realizados (g)	Saldo em 2024
Rio Investimentos	6.533.143	541.146	7.074.289
	6.533.143	**541.146**	**7.074.289**

As ações preferencias classe B possuem as seguintes características: (a) não terão direito a voto; (b) terão prioridade de reembolso de capital em caso de liquidação, até o reembolso total do capital investido; e (c) direito de receber, com prioridade sobre todas as demais Ações, um dividendo, não cumulativo, igual a 3% (três por cento) do valor total aportado na controlada indireta Aegea Saneamento a título de integralização dessas ações, limitado ao lucro líquido do exercício, quando da sua distribuição. **Mensuração a valor justo de controladas:** A controlada indireta Aegea Saneamento finalizou a avaliação a valor justo da controlada indireta Corsan, efetuada em base provisória na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e não identificou ajustes nos valores contabilizados anteriormente, de forma que não existem ajustes relativos a essa mensuração no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

11. ATIVO DE CONTRATO DA CONCESSÃO:

	Consolidado	
	2024	2023
Ativo de contrato da concessão	**3.241.181**	**3.010.743**

	Consolidado			
	Saldo em 2023	Adições *(i)*	Transferências	Saldo em 2024
Ativo de contrato da concessão	**3.010.743**	**3.899.838**	**(3.669.400)**	**3.241.181**

	Consolidado					
	Saldo em 2022	Aquisição de controlada	Adições *(i)*	Baixas	Transferências	Saldo em 2023
Ativo de contrato da concessão	**602.199**	**1.593.360**	**1.706.586**	**(709)**	**(890.693)**	**3.010.743**

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido a margem de construção no valor de R$ 82.454 e juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures nos ativos qualificáveis foram capitalizados R$ 182.573 a uma taxa média de 11,08% a.a. (R$ 83.104 e 11,42% em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, os custos de arrendamento são capitalizados nos ativos aos quais estão diretamente ligados, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados R$ 64.341 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023). **12. INTANGÍVEL:** Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos:

			Consolidado			
			2024			2023
Ativo	**Vida útil (em anos)**	**Taxa média anual**	**Custo**	**(-) Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	de 19 a 60	2,8%	4. 686.732	(411.648)	4. 275.084	2.489.233
Instalações técnicas de saneamento	de 01 a 50	3,7%	8.662.506	(1.935.367)	6.727.139	5.941.987
Edificações de estações de tratamento	de 01 a 50	3,5%	5.211.669	(1.255.283)	3.956.386	1.918.040
Máquinas e equipamentos	de 01 a 48	8,6%	1.246.361	(550.799)	695.562	644.493
Outros componentes	de 01 a 50	3,9%	563.333	(235.918)	327.415	8.315
			20.370.601	**(4.389.015)**	**15.981.586**	**11.002.068**
Software						
Licença de uso de software	de 02 a 15	14,2%	505.771	(175.628)	330.143	262.724
			505.771	**(175.628)**	**330.143**	**262.724**
			20.876.372	**(4.564.643)**	**16.311.729**	**11.264.792**

			Consolidado			
			2023			2022
Ativo	**Vida útil (em anos)**	**Taxa média anual**	**Custo**	**(-) Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	de 19 a 60	2,9%	2.819.696	(330.463)	2.489.233	830.758
Instalações técnicas de saneamento	de 01 a 50	3,1%	8.067.319	(2.125.332)	5.941.987	2.630.566
Edificações de estações de tratamento	de 01 a 50	3,7%	2.801.202	(883.162)	1.918.040	1.390.665
Máquinas e equipamentos	de 03 a 48	7,5%	1.013.861	(369.368)	644.493	281.895
Outros componentes	de 03 a 48	4,4%	13.226	(4.911)	8.315	6.640
			14.715.304	**(3.713.236)**	**11.002.068**	**5.140.524**
Software						
Licença de uso de software	de 01 a 15	12,3%	377.483	(114.759)	262.724	158.127
			377.483	**(114.759)**	**262.724**	**158.127**
			15.092.787	**(3.827.995)**	**11.264.792**	**5.298.651**

b) Movimentação dos custos:

	Consolidado				
	2023	2024			
Ativo	**Custo**	**Adições (i)**	**Baixas**	**Transferências *(ii)***	**Custo**
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	2.819.696	1.867.036	-	-	4.686.732
Instalações técnicas de saneamento	8.067.319	2.081.510	(404)	(1.485.919)	8.662.506
Edificações de estações de tratamento	2.801.202	1.277.786	(479)	1.133.160	5.211.669
Máquinas e equipamentos	1.013.861	267.661	(1.075)	(34.086)	1.246.361
Outros componentes	13.226	42.443	-	507.664	563.333
	14.715.304	**5.536.436**	**(1.958)**	**120.819**	**20.370.601**
Software					
Licença de uso de software	377.483	124.840	-	3.448	505.771
	377.483	**124.840**	**-**	**3.448**	**505.771**
	15.092.787	**5.661.276**	**(1.958)**	**124.267**	**20.876.372**

	Consolidado					
	2022	2023				
Ativo	**Custo**	**Aquisição de controladas**	**Adições**	**Baixa**	**Transferências *(ii)***	**Custo**
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	1.115.183	1.144.302	560.211	-	-	2.819.696
Instalações técnicas de saneamento	3.836.699	3.287.426	564.508	(60)	378.746	8.067.319
Edificações de estações de tratamento	2.092.466	310.696	181.553	-	216.487	2.801.202
Máquinas e equipamentos	472.789	381.015	142.340	(1.745)	19.462	1.013.861
Outros componentes	10.934	-	2.292	-	-	13.226
	7.528.071	**5.123.439**	**1.450.904**	**(1.805)**	**614.695**	**14.715.304**
Software						
Licença de uso de software	242.903	49.628	84.952	-	-	377.483
	242.903	**49.628**	**84.952**	**-**	**-**	**377.483**
	7.770.974	**5.173.067**	**1.535.856**	**(1.805)**	**614.695**	**15.092.787**

(i) Os valores referem-se substancialmente as adições da outorga das controladas diretas Governador Valadares R$ 406.882, Jarú R$ 51.085 e Piauí R$ 712.744, e das controladas indiretas Ambiental Paraná 1 R$ 1.253, Corsan R$ 486.717 e Palhoça R$ 208.355. (ii) Refere-se a transferência do montante de R$ 124.267 referente a valores anteriormente classificados como ativos financeiros contratuais. A transferência decorre do alongamento de 280 contratos junto à municípios do Rio Grande do Sul, os quais foram aditados com a postergação do prazo de concessão até 2062, gerando aumento na vida útil dos contratos e, consequentemente, redução no saldo residual do ativo financeiro contratual a ser reembolsado pelo poder concedente, saldo esse que, portanto, será recuperado pelo próprio fluxo do negócio.

c) Movimentação das amortizações:

	Consolidado				
	2023	2024			
Ativo	**Amortização acumulada**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização acumulada**
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	(330.463)	(81.185)	-	-	(411.648)
Instalações técnicas de saneamento	(2.125.332)	(313.350)	376	502.939	(1.935.367)
Edificações de estações de tratamento	(883.162)	(137.415)	447	(235.153)	(1.255.283)
Máquinas e equipamentos	(369.368)	(83.567)	627	(98.491)	(550.799)
Outros componentes	(4.911)	(13.278)	-	(217.729)	(235.918)
	(3.713.236)	**(628.795)**	**1.450**	**(48.434)**	**(4.389.015)**
Software					
Licença de uso de Software	(114.759)	(61.645)	-	776	(175.628)
	(114.759)	**(61.645)**	**-**	**776**	**(175.628)**
	(3.827.995)	**(690.440)**	**1.450**	**(47.658)**	**(4.564.643)**

	Consolidado					
	2022	2023				
Ativo	**Amortização acumulada**	**Aquisição de controladas**	**Adições**	**Baixa**	**Transferências**	**Amortização acumulada**
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	(284.425)	-	(46.038)	-	-	(330.463)
Instalações técnicas de saneamento	(1.206.133)	(664.531)	(259.042)	60	4.314	(2.125.332)
Edificações de estações de tratamento	(701.801)	(86.945)	(94.394)	-	(22)	(883.162)
Máquinas e equipamentos	(190.894)	(131.233)	(46.793)	370	(818)	(369.368)
Outros componentes	(4.294)	-	(617)	-	-	(4.911)
	(2.387.547)	**(882.709)**	**(446.884)**	**430**	**3.474**	**(3.713.236)**
Software						
Licença de uso de software	(84.776)	(558)	(29.425)	-	-	(114.759)
	(84.776)	**(558)**	**(29.425)**	**-**	**-**	**(114.759)**
	(2.472.323)	**(883.267)**	**(476.309)**	**430**	**3.474**	**(3.827.995)**

O Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2024. Em abril de 2012, foram celebrados entre a controlada indireta Guariroba e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, o 3° e o 4° termos aditivos ao Contrato de Concessão nº 104, que determina a extensão do prazo de concessão para exploração e prestação de serviços até 23 de agosto de 2060 ("prazo da concessão"), como consequência de reequilíbrios econômicos e financeiros, decorrentes da execução de serviços adicionais ao escopo inicial e em função à incorporação da universalização da coleta e tratamento de esgoto não prevista no contrato original. Na sequência, a partir de 2014, a controlada indireta Guariroba recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a determinação para que a Concessionária direcionasse os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio de ato do Município de Campo Grande, as metas de expansão do serviço público de esgoto previstas no 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão foram suspensas, para que as obras fossem direcionadas aos locais contemplados pelo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC). Em 16 de outubro de 2017 foi recebido, da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande (AGEREG), Ofício, determinando a suspensão dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, em cumprimento à decisão liminar nº 122/2017, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito do processo administrativo TC/115374/2012. Em defesa dos seus interesses e para a manutenção dos efeitos do 3° e do 4° termos aditivos, a Guariroba interpôs recurso de agravo de instrumento no Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, em desfavor à Decisão Liminar nº 122/2017, que determinou a suspensão cautelar do 3º e do 4º termo aditivo. No julgamento do mencionado recurso, ocorrido no dia 11 de abril de 2018, o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, por maioria de votos, decidiu dar provimento parcial ao recurso de agravo de instrumento, determinando a retirada do 4° termo aditivo da decisão liminar nº 122/2017, mantendo, porém, a suspensão do 3° termo aditivo. A Guariroba opôs embargos de declaração alegando omissão no acórdão exarado, sendo que esta medida foi rejeitada em 06 de junho de 2018. Atualmente, o processo administrativo está em fase de alegações finais para que seja julgado o mérito. A sua probabilidade de perda é remota. A controlada indireta Guariroba e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, com a interveniência da Agência de Regulação, firmaram em 19 de dezembro de 2018 o 7º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 104/2000, que reforçou a previsão de que a Concessionária deverá direcionar os investimentos em expansão do sistema de esgotamento sanitário para os locais onde o Poder Concedente for executar obras de pavimentação asfáltica no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e, em razão disso, as partes estabeleceram, que deverá ser realizado o reordenamento do cronograma e metas de universalização do sistema de esgotamento sanitário e demais medidas necessárias para o equilíbrio econômico do contrato, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 11.445/2007 e pela Portaria Interministerial nº 571/2013, que instituiu o Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab. A Concessionária apresentou a proposta de reordenamento do cronograma de metas e em dezembro de 2022 a Concessionária e a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande - AGEREG, celebraram o Memorando de Entendimentos, documento que precede a formalização de termo aditivo contratual, o qual tem por objeto viabilizar a repactuação das metas contratuais de universalização do serviço de esgotamento sanitário. O processo licitatório nº 001/2016 da controlada Teresina da Subconcessão do município de Teresina possui processos judiciais em andamento os quais versam sobre o resultado da fase da proposta técnica da licitação, bem como a competência para julgamento dessas ações, e foram classificados por nossos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível. Estes processos tiveram origem em questionamento formulado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI, o qual foi julgado por esta corte no sentido de estabilizar a vigência da subconcessão. Na hipótese de ser decretada a anulação da subconcessão vinculada aos processos judiciais em andamento, o poder concedente, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços subconcedidos, bem como indenizar todos os danos emergentes e os lucros cessantes, eis que a subconcessionária assinou o contrato de subconcessão partindo do pressuposto da sua legitimidade e validade. Ainda, a decisão do TCE/PI, decidiu pela estabilização do contrato de subconcessão, reforçando especificamente os possíveis impactos financeiros para o Estado do Piauí decorrentes das indenizações cabíveis como consequência inexorável de uma eventual anulação da subconcessão.

13. FORNECEDORES E EMPREITEIROS:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores de materiais, serviços e empreiteiros a pagar	-	-	862.377	678.525
	-	**-**	**862.377**	**678.525**
Circulante	-	-	798.675	612.910
Não circulante	-	-	63.702	65.615

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

					Controladora		Consolidado	
Modalidade	**Encargos**	**Vencimento final dos contratos**	**Valor contratado**	**Valor captado**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Debêntures	CDI + 0,80% a 3,9% a.a.	Março/2028 a Junho/2035	2.200.000	2.000.000	-	-	2.178.015	-
Debêntures	CDI + 0,80% a 4,56% a.a.	Junho/2024 a Setembro/33	9.264.400	9.264.400	-	66.714	-	66.714
Debêntures	CDI + 0,80% a 3,47% a.a.	Fevereiro/25 a Setembro/29	10.721.900	10.721.900	-	-	10.604.710	9.025.509
Debêntures	IPCA + 4,39 a 7,42% a.a.	Junho/25 a Setembro/39	3.202.600	3.202.600	-	-	3.261.300	2.007.393
Debêntures	Pré 16,34% a 16,76% a.a.	Maio/29 a Janeiro/31	7.134.660	7.134.660	-	-	304.892	367.044
Loan IDB Invest	CDI + 2,10% a.a.	Dezembro/42	750.000	400.000	-	-	383.340	-
Loan Proparco	SOFR 6 meses + 3,25% a.a.	Dezembro/26	136.233	136.233	-	-	51.517	60.158
Projeto BNDES	IPCA 4,65% a 5,49% a.a., Pré 7,42% a.a., SELIC + 1,94% a 3,13% a.a., TJLP + 1,72% a 3,43% a.a.	Novembro/25 a Julho/40	1.752.279	1.531.126	-	-	1.152.884	658.359

			Controladora		Consolidado	
Modalidade	**Encargos**	**Vencimento final dos contratos**	**Valor contratado**	**Valor captado**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Projeto CEF	TR + 7,70% a 9,00% a.a.	Abril/28 a Fevereiro/39	685.815	512.112	-	-	441.303	494.157
Sênior Notes (Bonds)	USD + 6,75% a 9,0% a.a.	Maio/29 a Janeiro/31	6.716.900	6.716.900	-	-	8.168.792	4.791.140
Notas Promissórias Comerciais	CDI + 2,45% a.a.	Dezembro/24	150.000	150.000	-	122.205	-	149.021
Projeto BNB	IPCA + 1,17% a.a. a 2,96% a.a.	Setembro/38 a Dezembro/47	630.677	272.692	-	-	265.406	70.806
Capital de Giro	CDI + 2,18% a.a.	Dezembro/25	300.000	150.000	-	-	147.159	-
					-	**188.919**	**26.959.318**	**17.812.506**
Circulante					-	37.318	2.069.502	1.556.806
Não circulante					-	151.601	24.889.816	16.255.700

Cronograma de amortização da dívida: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - Empréstimos e financiamentos	Controladora 2024	Consolidado 2024
2026	-	255.457
2027	-	212.122
2028	-	209.945
2029	-	3.273.379
2030 em diante	-	6.188.397
	-	**10.139.300**
Cronograma de amortização da dívida - Debêntures		
2026	-	4.474.523
2027	-	1.789.233
2028	-	3.084.205
2029	-	1.547.513
2030 em diante	-	4.317.032
	-	**15.212.506**
Custo de captação (não circulante)	-	(461.990)
Total	**-**	**24.889.816**

Movimentação das dívidas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Saldo inicial	188.919	133.641	17.812.506	10.592.585
Aquisição de controladas	-	-	-	1.071.530
Captações	-	65.000	10.004.672	7.642.412
(-) Pagamentos do principal	(151.450)	(24.700)	(2.250.319)	(1.228.407)
(-) Pagamentos de juros	(44.464)	(7.319)	(2.044.699)	(1.433.972)
Provisão de juros (nota explicativa nº 23)	6.587	22.006	2.183.536	1.468.640
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	-	-	182.573	83.104
(-) Custo de captação do exercício	-	-	(296.466)	(124.922)
Amortização do custo de captação	-	-	129.548	62.975
Variação cambial	-	-	1.629.181	(364.604)
Valor justo da dívida por meio do resultado (nota explicativa nº 23)	-	-	(403.363)	103.345
Baixa de custo de captação de dívida liquidada antecipadamente	408	291	12.149	-
Saldo final	**-**	**188.919**	**26.959.318**	**17.812.506**

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2024 totaliza o montante de R$0 (R$ 408 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e de R$ 533.442 (R$ 374.938 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado.

a) Debêntures: A Companhia e suas controladas emitiram debêntures simples, de espécie quirografária, não conversíveis em ações, conforme demonstrado a seguir:

Companhia contratante	Encargos	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data pagamento principal	Pagamento juros	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")
Equipav Saneamento	CDI + 3,90%	6ª emissão	Fevereiro/2024	1.000.000	Entre 2028 e 2034	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Equipav Saneamento	CDI + 3,90%	7ª emissão	Dezembro/2024	1.200.000	Entre 2030 e 2035	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Aegea Saneamento	IPCA + 7,08%	3ª emissão - 2ª série	Julho/2018	66.500	Julho/2025	Anual da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Guariroba	CDI + 0,80%	4ª emissão - 1ª série	Julho/2019	303.900	2 parcelas: julho 2025 e 2026	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Guariroba	IPCA + 4,40%	4ª emissão - 2ª série	Julho/2019	276.100	3 parcelas: julho 2027, 2028 e 2029	Anual da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Aegea Saneamento	CDI + 1,8%	4ª emissão	Janeiro/2020	305.000	2 parcelas: fevereiro 2024 e 2025	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Manaus	IPCA + 6,25%	3ª emissão	Maio/2020	310.000	Junho/2025	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia
Corsan	CDI + 2,25%	4ª emissão - 2ª série	Fevereiro/2021	150.000	4 parcelas: fevereiro de 2023, 2024, 2025 e 2026	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Corsan	IPCA + 4,39%	4ª emissão - 3ª série	Fevereiro/2021	115.000	4 parcelas: fevereiro de 2025, 2026, 2027 e 2028	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Corsan	IPCA + 4,83%	4ª emissão - 4ª série	Fevereiro/2021	335.000	7 parcelas: fevereiro de 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030 e 2031	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Teresina	CDI + 2,55%	3ª emissão	Março/2021	200.000	3 parcelas: março de 2024, 2025 e 2026	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia
Aegea Saneamento	CDI + 2,15%	7ª emissão	Abril/2021	400.000	3 parcelas: abril de 2025, 2026 e 2027	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Aegea Saneamento	CDI + 1,90%	9ª emissão	Outubro/2021	800.000	3 parcelas: outubro de 2026, 2027 e 2028	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC

Companhia contratante	Encargos	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data pagamento principal	Pagamento juros	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")
Aegea Saneamento	PRÉ + 16,76%	10ª emissão	Abril/2022	2.780.000	Maio/2029	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC. A Companhia com a finalidade de eliminar a exposição a taxa Pré, contratou junto ao Banco Goldman Sachs, Morgan Stanley, Itaú, BTG Pactual e Bradesco instrumento derivativo de *Swap* de taxa de juros, de tal forma a converter a exposição à taxa pré em exposição à variação do CDI, sendo seu custo ponderado final de 136,37% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento durante todo o período do financiamento.
Teresina	IPCA + 6,52%	4ª emissão - 1ª série	Maio/2022	409.317	3 parcelas: maio de 2030, 2031 e 2032	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia. A Controlada Teresina com a finalidade de reduzir o custo total da operação, contratou junto ao Banco Santander, BTG Pactual e BR Partners instrumento derivativo de *Swap* de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de 109,72% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento.
Teresina	IPCA + 6,85%	4ª emissão - 2ª série	Maio/2022	190.683	5 parcelas: maio de 2033, 2034, 2035, 2036 e 2037	Semestral da emissão	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela Companhia. A Controlada Teresina com a finalidade de reduzir o custo total da operação, contratou junto ao BTG Pactual instrumento derivativo de *Swap* de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de 113,86% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento.

Companhia contratante	Encargos	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data pagamento principal	Pagamento juros	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")
Aegea Saneamento	CDI + 2,45%	11ª emissão	Setembro/2022	800.000	3 parcelas: setembro de 2027, 2028 e 2029	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Manaus	CDI + 2,00%	4ª emissão	Outubro/2022	350.000	2 parcelas: outubro de 2026 e 2027	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Aegea Saneamento	CDI + 1,50%	12ª emissão - 2ª série	Dezembro/2022	240.000	Dezembro/2025	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Aegea Saneamento	CDI + 3,00%	13ª emissão	Março/2023	555.500	Março/2026	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Aegea Saneamento	CDI + 3,47%	14ª emissão	Maio/2023	1.000.000	3 parcelas: novembro de 2026 e 2027 e outubro de 2028	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC. A Companhia com a finalidade de reduzir o custo total da operação, contratou junto ao Morgan Stanley e Itaú, instrumento derivativo de *Swap* de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de 132,50% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento durante todo o período do financiamento.
Aegea Saneamento	CDI + 3,00%	15ª emissão	Maio/2023	35.000	Maio/2026	Maio/2026	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Aegea Saneamento	CDI + 2,75%	17ª emissão - 1ª série	Setembro/2023	434.350	Setembro/2026	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Aegea Saneamento	CDI

continuação...

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

acompanhamento das obrigações contratuais e todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente pelo Grupo.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participação nos lucros	-	-	168.808	140.544
Provisão de férias	-	-	94.604	115.354
Encargos sociais	16	15	87.998	78.344
Indenizações (i)	-	-	-	311.699
Salários a pagar	-	-	19.010	12.531
Provisão de 13º salário	-	-	4.131	-
	16	**15**	**374.551**	**658.472**

(i) Provisão estimada em virtude de cláusula prevista em acordo coletivo ("ACT") da controlada indireta Corsan referente a indenização compensatória para funcionários que pediram para ter seu vínculo empregatício encerrado antes do término da estabilidade de 18 meses, sendo a provisão equivalente ao período de estabilidade não trabalhado, conforme prevê o ACT. O processo de indenização foi concluído em dezembro de 2024, conforme previsto no acordo.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Direito de outorga a pagar (i)	-	-	771.792	53.104
Provisão de fundo social a pagar	-	-	1.393	465
Adiantamento de clientes	-	-	39.668	22.035
Arrendamentos (ii)	-	-	1.293.980	503.414
Contratos de repasse (iii)	-	-	131.038	135.752
P.E.D Funcorsan (iv)	-	-	381.921	381.536
Compromissos assumidos	-	-	379.826	377.942
Outras contas a pagar	-	-	13.319	22.783
	-	**-**	**3.012.937**	**1.497.031**
Circulante	-	-	578.121	288.561
Não circulante	-	-	2.434.816	1.208.470

(i) O montante a pagar pela controlada indireta Guariroba é de R$ 11.262 em 31 de dezembro de 2024 e é assim apresentado: (a) R$ 0 (R$ 923 em 31 de dezembro de 2023) devido ao município de Campo Grande/MS e (b) R$ 11.262 (R$ 12.197 em 31 de dezembro de 2023) devido ao Estado do Mato Grosso do Sul que será pago em parcelas mensais até outubro de 2030 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. Os contratos entre a controlada indireta Corsan junto aos municípios estão sendo aditados com a postergação do prazo de concessão para 2062. Em 31 de dezembro de 2024 já foram aditados 280 contratos. Em decorrência do aditamento, foram reconhecidos o montante de outorga a pagar. O montante a pagar pela controlada indireta Corsan é de R$ 151.178 (R$ 39.984 em 31 de dezembro de 2023) e é devido aos municípios do Rio Grande do Sul/RS com vencimentos até dezembro de 2054. O montante a pagar pela controlada indireta Palhoça em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 178.500 devido ao município de Palhoça/SC que será pago em parcelas anuais até dezembro de 2027, sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. O montante a pagar pela controlada indireta Palhoça em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 146.608 devido ao município de Palhoça/SC que será pago em parcelas anuais até dezembro de 2027, sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. O montante está líquido do ajuste a valor presente no montante de R$ 31.892 calculados com base na taxa média de 10,05%. (ii) O Grupo possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	-	-	503.414	358.578
Aquisição de controladas	-	-	-	10.209
Adições	-	-	1.423.652	316.257
Acréscimo de juros	-	-	82.175	40.694
Pagamentos	-	-	(305.674)	(218.692)
Baixa	-	-	(409.587)	(3.632)
	-	**-**	**1.293.980**	**503.414**
Circulante	-	-	247.277	172.464
Não circulante	-	-	1.046.703	330.950

O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2024 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,61% a.a. (11,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023). As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes. Cronograma: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
2026	-	226.928
2027	-	123.966
2028 em diante	-	695.809
	-	**1.046.703**

(iii) A controlada indireta Corsan assinou contratos em outubro de 2011 junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. O valor de R$ 96.397 (R$ 97.988 em 31 de dezembro de 2023) inscrito no passivo não circulante refere-se a obras em andamento ou em fase de conclusão. O valor de R$ 30.989 (R$ 34.111 em dezembro de 2023) corresponde à previsão contratual da controlada indireta Corsan junto ao município de Canoas que foi repactuada no Termo Aditivo assinado em dezembro de 2021, que ajustou a destinação desse recurso a importantes obras de saneamento básico e preservação do meio ambiente, como o projeto e implantação do Parque Nacional Fazenda Guajuviras, obras em redes de drenagem pluvial e obras na central de triagem de resíduos sólidos do município a serem executadas pela Prefeitura Municipal. O montante remanescente de R$ 3.652 (R$ 3.652 em 31 de dezembro de 2023) refere-se ao Convênio Focem 04/13. A controlada indireta Corsan assinou o Convênio para a implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de Aceguá, com o objetivo de elevar o índice de tratamento de esgoto do município para 100%. (iv) O saldo a pagar à Fundação Corsan se refere a contrato assinado em dezembro de 2023, para equacionamento do déficit apurado no Plano de benefício definido nº 001 no exercício de 2021. O referido plano abrange os funcionários da controlada indireta Corsan. Este contrato tem o vencimento final em maio/2045 e seus pagamentos são realizados mensalmente. Os valores são corrigidos com base no INPC + juros de 4,74% a.a. **17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES:** O Grupo é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais. O Grupo, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais aos quais está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões	
Natureza	2024	2023	2024	2023
Cíveis	74.558	90.721	400.236	512.708
Trabalhistas	250.083	347.502	880.984	1.128.626
Tributárias	60.395	42.107	33.969	38.215
Ambientais	8.255	634	7.025	8.096
	393.291	**480.964**	**1.322.214**	**1.687.645**

Movimentação das provisões:

Consolidado						
		Resultado				
Natureza	Saldo em 2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Ativo de indenização *(i)*	Atualização monetária	Saldo em 2024
Cíveis	512.708	122.898	(209.334)	(24.909)	(1.127)	-	400.236
Trabalhistas	1.128.626	802.017	(831.421)	(218.238)	-	-	880.984
Tributárias	38.215	3.694	(1.435)	-	-	(6.505)	33.969
Ambientais	8.096	-	(1.071)	-	-	-	7.025
Total	**1.687.645**	**928.609**	**(1.043.261)**	**(243.147)**	**(1.127)**	**(6.505)**	**1.322.214**

Consolidado							
			Resultado				
Natureza	Saldo em 2022	Aquisição de controlada	Adições	Reversões	Pagamentos	Ativo de indenização *(i)*	(Reversão) Atualização monetária*(ii)*	Saldo em 2023
Cíveis	9.020	714.967	71.937	(257.431)	(24.813)	1.370	(2.342)	512.708
Trabalhistas	7.350	1.220.609	136.157	(275.716)	(3.621)	(57)	43.904	1.128.626
Tributárias	51.637	5.583	-	(21.171)	-	-	2.166	38.215
Ambientais	876	6.170	1.149	(99)	-	-	-	8.096
Total	**68.883**	**1.947.329**	**209.243**	**(554.417)**	**(28.434)**	**1.313**	**43.728**	**1.687.645**

(i) Provisões a serem reembolsadas, em caso de efetiva perda, conforme estabelecido em instrumento de compra e venda de combinação de negócios. (ii) A controlada indireta Corsan no exercício de 2024 mudou a prática contábil das atualizações monetárias em relação ao exercício de 2023, sendo que no exercício de 2024 já fazem parte da provisão. Processos considerados passivos contingentes: A Companhia e suas controladas são parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não se esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda e somavam o montante de R$ 758.921 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 292.155 em 31 de dezembro de 2023), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo: **a)** Processos cíveis: A controlada indireta Corsan possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços, no montante de R$ 209.838 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 135.837 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. A controlada indireta Prolagos possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços, no montante em 31 de dezembro de 2024 de R$ 5.258 (R$ 6.491 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. A controlada indireta Guariroba possui processos que correspondem principalmente a ações envolvendo pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dação de pagamento, indenizações por danos materiais e morais, em 31 de dezembro de 2024, totalizam R$ 923 (R$ 1.031 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos cíveis possíveis no valor de R$ 12.422 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 19.502 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. **b)** Processos trabalhistas: A controlada indireta Corsan, possui processos associados à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2024 de R$ 497.571 (R$ 85.750 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. A controlada indireta Guariroba possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, em 31 de dezembro de 2024 de R$ 2.165 (R$ 1.276 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. A controlada indireta Prolagos, possui processos associados à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2024, totalizam R$ 553 (R$ 1.349 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. A controlada indireta Manaus, possui processos associados à cobrança de diferenças salariais e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2024, totalizam R$ 6.535 (R$ 18.226 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos trabalhistas possíveis no valor de R$ 4.692 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 3.058 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. **c)** Processos tributários: A controlada indireta Guariroba possui processos possíveis que totalizam um montante em 31 de dezembro de 2024 de R$ 8.199 (R$ 11.158 em 31 de dezembro de 2023). O processo refere-se à: • A Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campo Grande lavrou contra a Companhia dois autos de infração para: (i) exigência de IOF, multa de ofício e juros de mora, em razão da suposta realização de empréstimos de recursos financeiros para outras pessoas jurídicas de seu grupo empresarial, relativamente ao período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2010; e (ii) exigência de IRPJ e CSLL, multa de ofício e juros de mora, em razão da glosa de despesas operacionais, e exigência de multa isolada relativos ao ano-calendário 2010. Em 30 de dezembro de 2013 a Companhia apresentou impugnações no âmbito administrativo, as quais aguardam julgamento em primeira instância pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento. As expectativas de perda das defesas apresentadas estão classificadas como possível, em razão de precedentes favoráveis do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) relacionados às matérias que foram objeto das defesas, bem como da possibilidade de discussão das matérias na esfera judicial. Esses processos totalizam um montante em 31 de dezembro de 2024 de R$ 8.199 (R$ 8.062 em 31 de dezembro de 2023). As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos tributários possíveis no valor de R$ 2.744 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.268 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. **d)** Processos ambientais: A controlada indireta Prolagos, possui processos possíveis que totalizam um montante de R$ 4.440 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 4.183 em 31 de dezembro de 2023). Os principais processos referem-se à: • Ação movida pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a Companhia e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A Companhia instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Companhia no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.940 (R$ 1.933 em 31 de dezembro de 2023). • Processo administrativo referente ao auto de infração lavrado pela Secretaria de Meio Ambiente de Cabo Frio (SEMASA) por suposto não atendimento aos parâmetros legais de tratamento de esgotamento identificado em coletas de efluentes bruto e tratado, realizadas na ETE do Jardim Esperança nos dias 05/05/2021 e 13/07/2021, e na ETE Praia do Siqueira nos dias 13/07/2021 e 21/07/2021. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.500 (R$ 1.500 em 31 de dezembro de 2023). As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos ambientais possíveis no valor de R$ 3.581 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.027 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. Depósitos judiciais: A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais que totalizam um montante de R$ 391.449 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 479.122 em 31 de dezembro de 2023). Os principais depósitos estão demonstrados abaixo: A controlada indireta Prolagos realizou depósitos judiciais no montante de R$ 29.404, atualizados até 31 de dezembro de 2024 (R$ 19.915 em 31 de dezembro de 2023) em ações judiciais questionando a incidência de ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão, TUSD e TUST (energia elétrica). A controlada indireta Prolagos recebeu em março de 2023 a decisão favorável do processo 0232695-30.2014.8.19.0001 em ações judiciais questionando a alíquota de 25% de ICMS sobre serviços essenciais (energia elétrica e telecomunicações), pleiteando a sua redução a 18%. Conforme requerido foi executado o levantamento dos depósitos judiciais realizados, sendo o montante de R$ 13.206 restituídos a Companhia. A controlada indireta Corsan realizou depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 no montante de R$ 316.814 (R$ 422.553 em 31 de dezembro de 2023) e não há depósitos judiciais individualmente significativo.

18. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO: O grupo possui saldo referente a provisão para benefício pós-emprego. A contabilização foi realizada com base em laudo técnico preparado por atuário externo da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim apresentado:

	Consolidado	
	2024	2023
Plano de benefício definido	158.907	480.428
Sistema de assistência - Saúde	98.069	141.852
Incentivo à demissão voluntária	-	298
	256.976	**622.578**

A evolução do valor presente das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2024 está assim apresentada:

	Plano de benefício definido		Sistema de assistência - Saúde	Incentivo à demissão voluntária
Evolução do valor presente das obrigações atuariais	**2024**		**2024**	**2024**
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.916.822		141.852	298
Juros sobre obrigação atuarial	264.826		13.164	6
Custo do serviço corrente, líquido	31.078		-	-
Contribuições dos participantes	43.145		-	-
Benefícios pagos no ano	(364.446)		(13.982)	(126)
(Ganhos) Perdas atuariais	(449.660)		(42.965)	(178)
Obrigação total no exercício	**2.441.765**		**98.069**	**-**
Valor justo dos ativos no início do ano	(2.060.579)		-	-
Benefícios pagos durante o exercício	364.446		-	-
Contribuições de participantes	(43.145)		-	-
Contribuições de empregador	(81.535)		-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	(189.654)		-	-
Ganhos (Perdas) atuariais	109.531		-	-
Valor justo dos ativos no exercício	**(1.900.936)**		**-**	**-**
Déficit apurado	**540.829**		**98.069**	**-**
Passivo reconhecido no final do exercício	**540.829**	*(i)*	**98.069**	**-**

(i) O saldo do passivo a ser reconhecido referente ao Plano de benefício definido é composto também pelo saldo do Plano de benefício definido no montante de R$ 381.921 (nota explicativa nº 16). A partir da privatização da controlada indireta Corsan, em junho/23, o passivo passou a ser reconhecido com a adoção do Risk Sharing.

A provisão de benefício pós-emprego tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro 2024 e 2023:

	Saldo em 2023	Efeito de resultado	Ganhos reconhecidos em patrimônio	Saldo em 2024
Plano de benefício definido	480.428	18.608	(340.129)	158.907
Sistema de assistência - Saúde	141.852	(818)	(42.965)	98.069
Incentivo à demissão voluntária	298	(120)	(178)	-
	622.578	**17.670**	**(383.272)**	**256.976**

	Aquisição de controlada	Efeito de resultado	(Ganhos) Perdas reconhecidos em patrimônio	Efeito do PED	Saldo em 2023
Plano de benefício definido	888.287	3.692	(35.791)	(375.760)	480.428
Sistema de assistência - Saúde	218.724	(118.921)	42.049	-	141.852
Incentivo à demissão voluntária	834	(315)	(221)	-	298
	1.107.845	**(115.544)**	**6.037**	**(375.760)**	**622.578**

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções: Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	Plano de benefício definido 2024	Sistema de assistência - Saúde 2024
Taxa real de desconto atuarial	7,19%	7,25%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,19%	7,25%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,85%	N/A
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	N/A	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	N/A
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	N/A
Inflação esperada	4,96%	4,96%
Taxa de desconto nominal	12,51%	12,57%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,51%	12,57%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,95%	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,96%	9,26%

	Plano de benefício definido	Sistema de assistência - Saúde
Demográficas	**2024**	**2023**
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)
Entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS (A20%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	Nula	Família Real
Aging Factor	Não aplicável	Conforme histórico do Plano de Saúde

Análise de sensibilidade das premissas significativas:

Premissa Plano	Plano de benefício definido	Sistema de assistência - Saúde
Taxa de desconto		
Aumento de 1%	(8,00%)	(8,80%)
Redução de 1%	9,38%	10,31%
Expectativa de vida		
Aumento de 1 ano	1,85%	4,22%
Redução de 1 ano	(1,89%)	(4,15%)
Crescimento Real de Salários		
Aumento de 1%	0,79%	-
Redução de 1%	(0,71%)	-
HCCTR		
Aumento de 1%	-	10,54%
Redução de 1%	-	(9,12%)

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado é de R$ 1.465.358 (R$ 575.584 em 31 de dezembro de 2023). Os acionistas, as quantidades de ações e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados no exercício: Quantidade de ações:

	2024					
Sócios	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações preferenciais**	**%**	**Total de ações**	**%**
CMT Saneamento e Participações Ltda.	273.845.527	50%	55.373.326	50%	329.218.853	50%
LIV Saneamento e Participações S.A.	273.845.527	50%	55.373.326	50%	329.218.853	50%
Total	**547.691.054**	**100%**	**110.746.652**	**100%**	**658.437.706**	**100%**
	2023					
Sócios	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações preferenciais**	**%**	**Total de ações**	**%**
CMT Saneamento e Participações Ltda.	94.406.760	50%	-	0%	94.406.760	49,5%
LIV Saneamento e Participações Ltda.	94.406.760	50%	-	0%	94.406.760	49,5%
FIP - Saneamento 100%	-	0%	2.020.801	100%	2.020.801	1%
Total	**188.813.520**	**100%**	**2.020.801**	**100%**	**190.834.321**	**100%**

Em 9 de abril de 2024, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R$ 671.190 representado por 182.343.208 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 10 de junho de 2024, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R$ 48.825. Em 06 de agosto de 2024, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R$ 107.879. Em 4 de novembro de 2024, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R$ 61.879. **b)** Reserva de capital: Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). **c)** Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. **d)** Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	100.692	65.179
(-) Constituição da reserva legal	(5.035)	(3.259)
Lucro líquido ajustado	**95.657**	**61.920**
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	23.914	15.480
Dividendos destinados e declarados no exercício		
Dividendos intercalares distribuídos	**139.571**	**203.753**

e) Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se a variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes. **f)** Reserva de retenção de lucros: A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), não propôs retenção de parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal, uma vez que recomendou distribuição integral como dividendos desse excedente, recomendação esta que estará à disposição para retenção ou aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:

	Controladora		Consolidado	
Receita de prestação de serviços	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Serviços de abastecimento de água	-	-	7.388.549	4.713.066
Outros serviços indiretos de água	-	-	524.875	339.551
Serviços de esgoto	-	-	1.771.493	1.216.777
Outros serviços indiretos de esgoto	-	-	89.787	56.750
Receita de serviços partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	-	-	845.158	863.001
Remuneração do ativo financeiro	-	-	30.750	79.952
Receitas de construção ativo financeiro	-	-	857.340	420.800
Receitas de construção ativo intangível	-	-	3.891.411	1.706.586
Total receita bruta	**-**	**-**	**15.399.363**	**9.396.483**
Deduções da receita bruta				
(-) Cancelamentos e abatimentos	-	-	(490.729)	(168.083)
(-) Tributos sobre serviços	-	-	(1.009.972)	(665.434)
Total da receita operacional líquida	**-**	**-**	**13.898.662**	**8.562.966**

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal	(538)	(518)	(1.454.141)	(1.216.303)
Conservação e manutenção	-	-	(163.630)	(113.919)
Serviços de terceiros	(1.648)	(265)	(848.131)	(762.072)
Materiais, equipamentos e veículos	-	-	(114.699)	(54.871)
Amortização e depreciação	(19)	(13)	(926.418)	(685.929)
Custos de concessão	-	-	(110.626)	(45.947)
Custos de construção ativo financeiro	-	-	(409.353)	(276.567)
Custos de construção ativo intangível	-	-	(3.808.957)	(1.706.586)
Reversão de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	-	-	3.786	112.839
Baixa de títulos do contas a receber	-	-	(48.427)	(166.744)
Reversões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	-	-	114.652	345.174
Impostos, taxas e contribuições	(29)	(7)	(19.564)	(8.991)
Energia elétrica	-	-	(570.224)	(444.892)
Produtos químicos	-	-	(153.710)	(126.297)
Locação	-	-	(75.450)	(102.136)
Outros	(409)	(227)	(233.703)	(170.863)
	(2.643)	**(1.030)**	**(8.818.595)**	**(5.424.104)**
Custos dos serviços prestados	-	-	(7.218.452)	(4.445.058)
Despesas administrativas e gerais	(2.643)	(1.030)	(1.534.320)	(955.688)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	(65.823)	(23.358)

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de dividendos	-	-	228.471	266.179
Reversão de provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	115.544
Resultado na baixa de intangível, imobilizado e arrendamentos	-	-	27.845	-
Indenização de seguros	-	-	21.474	-
Receita de precatórios	-	-	12.122	-
Remuneração de garantia	-	-	40.392	-
Outras receitas	-	-	39.069	19.949
	-	**-**	**369.373**	**401.672**

23. RESULTADO FINANCEIRO:

	Controladora		Consolidado	
Receitas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas (i)	1.634	1.184	567.455	259.935
Juros e multa recebidos ou auferidos	-	-	179.543	115.384
Variações cambiais ativas	-	-	2.570	371.948
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 25)	-	-	1.365.657	436.687
Valor justo da dívida por meio do resultado	-	-	496.806	259.066
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	-	-	15.271	16.923
Valor justo por opção de ações	-	-	78.873	-
Outras receitas financeiras	103	-	76.893	57.974
Receitas financeiras	**1.740**	**1.184**	**2.783.068**	**1.517.917**
Despesas				
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 14)	(6.587)	(22.309)	(2.198.600)	(1.468.863)
Descontos concedidos	-	-	(284.625)	(174.632)
Despesas e comissões bancárias	(382)	-	(62.704)	(34.825)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 7)	-	-	(91.116)	(65.046)
Variações cambiais passivas	-	-	(1.631.719)	(7.344)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 25)	-	-	(438.388)	(1.030.451)
Juros de arrendamentos	-	-	(82.175)	-
Valor justo da dívida por meio do resultado	-	-	(93.443)	(362.411)
Outras despesas financeiras	(408)	-	(289.990)	(290.469)
Despesas financeiras	**(7.377)**	**(22.309)**	**(5.172.760)**	**(3.434.041)**
Resultado financeiro	**(5.637)**	**(21.125)**	**(2.389.692)**	**(1.916.124)**

(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras no consolidado abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R$ 3.161 (R$ 683 em 31 de dezembro de 2023).

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos tributos	100.692	65.179	3.095.275	1.873.159
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**(34.235)**	**(22.161)**	**(1.052.394)**	**(636.874)**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado com investimentos	37.050	29.694	32.652	87.358
Receita de dividendos	-	-	68.840	90.500
Despesas indedutíveis	-	-	(8.403)	(8.001)
Lucro não realizado	-	-	(98.830)	(83.324)
Provisão para bônus diretoria	-	-	(31.849)	(12.541)
Juros sobre capital próprio recebido	-	-	66.845	15.992
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social reconhecido no exercício	-	-	(11.879)	17.934
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecido *(i)*	(2.815)	(7.533)	(11.229)	(73.476)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido *(i)*	-	-	(288.154)	(328.739)
Redução da alíquota - Lucro de exploração *(ii)*	-	-	54.304	69.825
Programa de alimentação do trabalhador	-	-	15.805	8.570
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	-	-	(7.285)	(6.786)
Diferença de alíquota controlada no exterior	-	-	14.415	(1.715)
Doações Rouanet e caráter desportivo	-	-	18.913	12.742
Inovação tecnológica	-	-	11.702	4.580
Tributo de controladas apurado pelo lucro presumido	-	-	1.768	3.007
Realização prejuízo fiscal e base negativa CSLL 30%	-	-	11.414	7.321
Provisões para benefício pós-emprego	-	-	-	93.940
Outras diferenças permanentes	-	-	18.914	15.252
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	(866.278)	(539.158)
Diferido	-	-	(388.671)	(241.990)
Lucro da exploração	-	-	60.746	56.713
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**-**	**-**	**(1.194.203)**	**(724.435)**
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**39%**	**39%**

	Consolidado	
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	**2024**	**2023**
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração	**(805.532)**	**(482.153)**
Saldo a pagar anterior a aquisição - Controlada indireta Corsan	-	(34.594)
Saldo pago referente a anos anteriores	(152.485)	(64.762)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(5.935)	(36.301)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	326.747	210.512
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	**(637.205)**	**(407.298)**
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte	90.891	63.782
Imposto de renda e contribuição social a pagar

continuação...

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Os riscos de taxas de juros decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de juros. Ambas as taxas utilizadas pelo Grupo para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, estes instrumentos financeiros do Grupo estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo "*swap*". O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para esses riscos do Grupo, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Consolidado

Risco cambial	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 2024	Cenários I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos e financiamentos	(1.344.495)	USD	6,1923	1.816.413	2.270.516	2.724.620	1.362.310	908.207
Swap - Ponta ativa	1.345.914	USD	6,1923	(1.818.330)	(2.272.913)	(2.727.495)	(1.363.748)	(909.165)
Exposição líquida	**1.419**			**(1.917)**	**(2.397)**	**(2.875)**	**(1.438)**	**(958)**

Consolidado

Risco de taxa de juros	Exposição	Cenários I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos						
Empréstimos e financiamentos	(3.683.028)	(3.683.028)	(4.603.785)	(5.524.542)	(2.762.271)	(1.841.514)
Swap - Ponta ativa	3.681.799	3.681.799	4.602.249	5.522.699	2.761.349	1.840.900
Exposição líquida	**(1.229)**	**(1.229)**	**(1.536)**	**(1.843)**	**(922)**	**(614)**

Gerenciamento do capital: A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

Controladora

Ativo	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2024	Valor contábil 2023	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	5	Custo amortizado	-	26.123	10	26.123	10
Total				**26.123**	**10**	**26.123**	**10**
Passivo							
Dividendos a pagar *(i)*	9	Custo amortizado	-	24.230	2.510	24.230	2.510
Total				**24.230**	**2.510**	**24.230**	**2.510**

Consolidado

Ativo	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2024	Valor contábil 2023	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	5	Custo amortizado	-	182.644	138.954	182.644	138.954
Aplicações financeiras *(i)*	6	Custo amortizado	-	197.243	172.788	197.243	172.788
Aplicações financeiras *(i)*	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	5.296.783	4.710.979	5.296.783	4.710.979
Contas a receber de clientes *(i)*	7	Custo amortizado	-	2.484.037	2.340.050	2.484.037	2.340.050
Ativos financeiros contratuais *(i)*	8	Custo amortizado	-	1.592.451	845.603	1.592.451	845.603
Dividendos a receber *(i)*	9	Custo amortizado	-	1.052.483	835.226	1.052.483	835.226
Instrumentos financeiros derivativos *(i)*		Valor justo - Instrumentos de *hedge*	Nível 2	2.048.154	613.044	2.048.154	613.044
Títulos e valores mobiliários *(iii)*	10	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 3	6.999.236	6.533.143	6.999.236	6.533.143
Outros créditos		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	169.682	352.498	169.682	352.498
Total				**20.022.713**	**16.542.285**	**20.022.713**	**16.542.285**
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	13	Custo amortizado	-	861.923	677.782	861.923	677.782
Empréstimos, financiamentos e debêntures *(ii)*	14	Custo amortizado	-	23.806.663	16.055.483	25.873.010	17.982.445
Debêntures *(ii)*	14	Valor justo	Nível 2	974.640	1.023.792	1.114.897	1.229.164
Dividendos a pagar *(i)*	9	Custo amortizado	-	415.153	149.307	415.153	149.307
Instrumentos financeiros derivativos *(i)*		Valor justo - Instrumentos de *hedge*	Nível 2	1.372.621	830.625	1.372.621	830.625
Outras contas a pagar *(i)*	16	Custo amortizado	-	2.633.111	1.119.089	2.633.111	1.119.089
Total				**30.064.111**	**19.856.078**	**32.270.715**	**21.988.412**

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações. (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). (iii) Os valores justos foram calculados, utilizando os critérios descritos no tópico "Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos". Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia e suas controladas fizeram contratações de contratos de *swap*, com o objetivo de trocar a exposição da variação cambial dos contratos obtidos em moeda estrangeira e a exposição das taxas de juros, por um percentual do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura do risco de câmbio e taxas, conforme demonstrado:

Consolidado

Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	Ativo 2024	Ativo 2023
Swap - Debêntures	R$ 600.000	6,62% do IPCA	111,03% do CDI	CETIP	15/maio/37	-	49.309
Debêntures	R$2.780.000	16,76% a.a.	CDI +136,37% a.a.	CETIP	16/maio/29	-	320.481
Debêntures	R$1.000.000	18,1% a.a.	CDI +132,26% a.a.	CETIP	05/maio/26	-	227.131
Swap - Loan Proparco	USD 25.263	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	21.786	16.123
Swap - Bond Senior Notes	USD 500.000	USD + 6,75% a.a.	16,76% a.a.	CETIP	16/mai/29	622.926	-
Swap - Bond Senior Notes	USD 500.000	USD + 9,00% a.a.	16,34% a.a.	CETIP	15/jan/31	885.445	-
Swap - Bond Senior Notes	USD 300.000	USD + 9,00% a.a.	16,61% a.a.	CETIP	15/jan/31	439.124	-
Valor justo - Opção de ações *(i)*	-	-	-	-	-	78.873	-
						2.048.154	**613.044**
Circulante						10.147	71.530
Não circulante						2.038.007	541.514

Consolidado

Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	Passivo 2024	Passivo 2023
Debêntures	R$ 790.826	IPCA + 7,42% a.a.	CDI + 1,04% a.a.	CETIP	15/set/39	68.154	-
Debêntures	R$ 709.174	IPCA + 6,99% a.a.	CDI + 0,70% a.a.	CETIP	15/set/34	45.729	-
Debêntures	R$ 190.683	IPCA + 6,85% a.a.	113,86% CDI a.a.	CETIP	15/mai/37	10.170	-
Debêntures	R$ 409.317	IPCA + 6,52% a.a.	109,72% CDI a.a.	CETIP	15/mai/32	8.554	-
Debêntures	R$ 2.780.000	16,76% a.a.	136,37% CDI a.a.	CETIP	16/mai/29	406.331	-
Debêntures	R$ 1.000.000	CDI + 3,47% a.a.	132,50% CDI a.a.	CETIP	25/out/28	29.773	-
Debêntures	R$ 2.685.650	16,34% a.a.	138,53% CDI a.a.	CETIP	15/jan/31	535.022	-
Debêntures	R$ 1.669.010	16,61% a.a.	134,35% CDI a.a.	CETIP	15/jan/31	268.888	-
Swap - Bond Senior Notes	USD 500.000	USD + 6,75% a.a.	16,76% a.a.	CETIP	16/maio/29	-	830.625
						1.372.621	**830.625**
Circulante						205.759	540.798
Não circulante						1.166.862	289.827

(i) Opção de ações: A Companhia detém uma opção irrevogável e irretratável para a compra das ações preferenciais ("PN") de sua controlada Tertúlia. A opção de compra PN poderá ser exercida a qualquer momento a partir do 2º (segundo) aniversário da data de eficácia (a partir de 03 de fevereiro de 2023), sendo a opção já passível de exercício em 31 de dezembro de 2023. O preço de compra das ações PN será igual ao valor investido pelo respectivo Acionista na subscrição e integralização das ações PN, corrigido por IPCA + taxa, contados de cada integralização de capital, deduzido do valor dos dividendos pagos às ações PN até a data de consumação da transferência. A opção de compra detida pela Companhia foi mensurada ao valor justo por meio do resultado (VJR) e em 31 de dezembro de 2024 o valor justo desta opção é de R$ 57.267 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia detém uma opção irrevogável e irretratável para a compra das ações preferenciais ("PN") de sua controlada Camastra. A opção de compra PN poderá ser exercida, total ou parcialmente, uma ou mais vezes, a qualquer tempo. O preço de compra das ações PN será igual ao valor investido pelo respectivo Acionista na subscrição e integralização das ações PN, corrigido por IPCA + taxa, contados de cada integralização de capital, deduzido do valor dos dividendos pagos às ações PN até a data de consumação da transferência. A opção de compra detida pela Companhia foi mensurada ao valor justo por meio do resultado (VJR) e em 31 de dezembro de 2024 o valor justo desta opção é de R$ 21.606 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023). O Grupo efetuou o registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de valor justo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os impactos no resultado dos exercícios foram:

Derivativo	Mercado	Risco	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Swap	**CETIP**	**CDI**	**(927.269)**	**593.764**
Efeito líquido no resultado (nota explicativa nº 23)			(927.269)	593.764

Hedge Accounting: O Grupo possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, o Grupo designou as operações apresentadas abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa e *hedge accounting* de valor justo, as quais apresentam índice de *hedge* equivalente a 1,0. Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado. A mudança no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de valor justo é reconhecida na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo registrou efeitos negativos de R$ 450.316 de eventos temporais de marcação a mercado de seus derivativos, sendo reconhecido proveniente das operações classificadas como *hedge* de fluxo de caixa. O método utilizado, para testar a efetividade do *Hedge*, confronta os termos críticos dos derivativos contratados e dos itens protegidos, evidenciando que movimentos nas taxas de juros e variação cambial afetam o valor justo ou fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* e dos itens protegidos de forma proporcional e inversa. O método está alinhado com a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia. A efetividade será medida utilizando a comparação dos termos críticos do objeto e instrumento de *hedge*. As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de: • Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de hedge; • O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de hedge e itens protegidos; • Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de hedge. Valor justo: *Descrição dos inputs não observáveis significativos na avaliação do valor justo:* Os *inputs* significativos não observáveis utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são apresentados abaixo:

	Saldo em 2024	Saldo em 2023	Técnicas de valorização	Inputs significativos não observáveis	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
TVM - Títulos e Valores Mobiliários	42.338	42.338	Método de descontos de dividendos	Dividendos estimados	5% de aumento (redução) na taxa de crescimento resultaria em aumento (redução) no valor justo de R$ 44.455 e/ou R$ 40.221
Opção de ações - Tertúlia	57.267	-	Ajuste a valor presente de modelo determinístico (VPL)	Preço do exercício, preço *spot* das ações e taxa de desconto	5% de aumento (redução) na taxa de crescimento resultaria em aumento (redução) no valor justo de R$ 60.130 e/ou R$ 54.404
Opção de ações - Camastra	21.606	-	Ajuste a valor presente de modelo determinístico (VPL)	Preço do exercício, preço *spot* das ações e taxa de desconto	5% de aumento (redução) na taxa de crescimento resultaria em aumento (redução) no valor justo de R$ 22.686 e/ou R$ 20.526

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos: O Grupo divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Companhia, originado por instrumentos financeiros derivativos, ao qual o Grupo está exposto na data do balanço. A Companhia considera o dólar do cenário base de R$ 6,1923/US$. O cenário I é o dólar a R$ 4,9538/US$, o cenário II é o dólar a R$ 3,5385/US$ e o cenário III é o dólar a R$ 3,0962. Além disso, em outra avaliação, considera-se como risco a alta do CDI. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2024. O Grupo estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. A Companhia considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2024. O Grupo estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. A Companhia considera, por fim, o risco da alta do IPCA. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais NTNB divulgadas pela Anbima no dia 31 de dezembro de 2024. O Grupo estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.
Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Consolidado

Instrumento	Exposição	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Alta Curva CDI	(2.476.312)	(4.178.191)	(4.840.217)
Swap	(1.372.621)	Alta Curva IPCA	(358.012)	(707.466)	(843.637)
		Variação IPCA	(527.412)	(978.618)	(1.119.620)
		Variação USD	114.255	(2.005.775)	(2.668.285)
Swap	1.969.281	Queda Curva CDI	986.240	(1.701.347)	(3.554.358)
	596.660	Alta Curva Cupom Cambial	1.499.898	705.765	366.359

25. COBERTURA DE SEGUROS: O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a cobertura de seguros era composta por:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Danos materiais	579.938	368.738
Responsabilidade civil	340.000	230.000
Executante concessionário	1.989.419	1.968.173
Equipamentos e veículos	461.595	549.605
D&O - *Directors and Officers Liability Insurance*	125.000	125.000
Riscos de engenharia	319.665	112.000
Cyber	30.000	30.000
Seguros garantia	1.020.713	633.958

26. COMPROMISSOS: A tabela abaixo apresenta os principais compromissos de investimento e obrigações de suas controladas conforme contratos de concessão e seus aditivos:

Controladas	Investimento contratual (a)	Metas específicas	Obrigações contratuais
Guariroba	607.146	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; (ii) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão. (iii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário município, a Companhia redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, conforme determinado pelo Poder Concedente, enquanto o reordenamento de metas é definido.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação e fundo social, em valores de 1% e 0,5% respectivamente do faturamento mensal de acordo com o município.
Prolagos	848.379	A partir de 2024 até o final da concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (iii) manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,5% sobre o somatório das receitas das tarifas auferidas mensalmente, excluídos os tributos sobre elas incidentes.
Mirante	332.627	Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto e foram definidos de acordo com o cronograma de marcos contratuais, os quais já foram finalizados.	-
Matão	75.016	Todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos.	-
Holambra	78.876	Os índices de abastecimento de água, e da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos e deverão ser mantidos até o final da concessão.	-
Nascentes do Xingú Participações (b)	184.618	(i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2052, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2020 a 2040 até 15%, de acordo com cada município.	-
Porto Esperidião	9.274	(i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário a partir de 2022 em 100%; (iii) reduzir os índices de perdas em 2023 para 25% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, sendo o percentual fixo de 3% sob o valor da arrecadação mensal.
São Francisco	188.642	As metas de atendimento, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 99% até 2025; (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2025; (iii) reduzir o índice de perdas em 2024 para 39,5%, 2025 para 37,1% e 30% de 2029 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação.
Timon	206.583	(i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir 45% da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2024, 2025 atingir 51%, em 2026 deverá atingir a meta de 57%, em 2033 deverá atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir as perdas em 2024 para 34%, 2025 para 32% e 30% de 2026 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Sinop	453.128	(i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter os níveis de redução de perdas de 40% em 2025, 2030 em 35%, 2035 em 30% e a partir de 2040 em 25%; (iii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, dez/24 em 30%, dez/25 em 40%, dez/26 em 50%, dez/27 em 60%, dez/28 em 70%, dez/29 em 75%, dez/30 em 85%, dez/31 em 92%, dez/32 em 98% e de dez/33 a nov/54 em 98% da população com coleta e tratamento de esgoto.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 4% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Guarantã	11.948	(i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter níveis de redução de perdas em 20%; (iii) atingir e manter a meta de cobertura do sistema de esgotamento sanitário em 99% a partir de dezembro de 2021.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3,5% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Novo Progresso	6.630	(i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população. (ii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário de 2024 até 2028 em 25%, 2029 em 35%, 2030 em 45%, 2031 em 55%, 2032 em 65% e 2033 em 90% da população urbana com coleta e tratamento de esgoto.	-
Matupá	9.231	(i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter níveis de redução de perdas em 20%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Nascentes do Xingú Investimentos (c)	122.817	(i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2044, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2023 a 2026 para 25% e manter até o final da concessão de acordo com cada município.	-
Buritis	78.250	(i) Com relação a cobertura de água potável: até 2024 atender 100%; (ii) com relação a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto: até 2024 atender 20%, em 2025 atender 40%, em 2026 atender 60%, em 2027 atender 80%, em 2028 atender 100%; (iii) reduzir os índices de perdas até 2025 para 20%, até 21% de 2030 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Paranatinga	37.619	(i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto até 2032 atingir a meta de 67%, a partir de 2033 atingir 70% e manter esse índice até o fim da concessão; (iii) até o final da concessão manter os índices de perdas em 58,50%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, sendo o percentual fixo de 1,5% sob o valor da arrecadação mensal.
Pimenta Bueno	55.425	(i) Cobertura com o sistema de abastecimento de água: 98% de 2024; 100% a partir de 2025; (ii) cobertura dos serviços de esgotamento sanitário: 49% em 2024; 52% em 2025, 55% em 2026; 58% em 2027; 61% em 2028, 64% em 2029, 67% em 2030, 70% em 2031, 73% em 2031, 75% em 2033, 78% em 2034; 80% em 2035, 83% em 2036, 85% em 2037, 88% em 2038, 90% em 2039, 93% em 2040, 95% em 2041 e a partir de 2042 100%; (iii) reduzir os índices de perdas para 28% de 2022 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
São Francisco do Sul	229.883	(i) Cobertura de 95% de rede de distribuição de água até 2027 e atingir o índice de 100% até o final da concessão, (ii) cobertura de 70,6% dos serviços de coleta e tratamento de esgotos até 2027 e 85% até 2034, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas para 25% em 2024 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação de R$ 0,10 centavos por habitantes.
Camboriú	159.007	(i) Cobertura de 100% de água potável até de 2021 e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 10% de esgotamento sanitário até 2026, 90% até 2033, 100% até 2036, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2023 para 35%, 30% de 2028 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, do faturamento mensal.
Penha	181.115	(i) Cobertura de 98% até 2024 e até 2026 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 11% de esgotamento sanitário até 2024, 93% em 2032, 100% em 2035 e manter esse índice até final da concessão; (iii) reduzir até 2027 os índices de perdas para 25% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação R$ 0,10 centavos por habitantes.
Bombinhas.	135.039	(i) Manter a cobertura de 100% de água potável do início até o final da concessão, (ii) cobertura de 97% de esgotamento sanitário até final 2024, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2027 os índices de perdas para 25% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, do faturamento mensal.
Ariquemes	194.537	(i) Cobertura de 100% até 2025 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de esgotamento sanitário de 30% em 2024, 40% em 2025, 50% em 2026, 60% em 2027, 70% até 2028, 80% em 2029, 90% até 2033, 92% em 2034, 96% em 2036, 98% em 2037, em 2038 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2024 para 37%, 2025 para 34%, 2026 para 31%, 2027 para 28%, 25% de 2028 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Rolim de Moura	96.484	(i) Cobertura de 99% de água potável até 2038, até 2043 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 80% de esgotamento sanitário em 2024, 90% até 2028, 98% até 2032, 99% até 2038, até 2043 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 28% de 2022 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Vila Velha	383.382	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 75% em 2024, 88% em 2026, 95% em 2027 e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Serra	322.992	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 95% em 2023 e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Teresina	1.731.583	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) ampliação da cobertura de água potável para 100% até 2019/2020 e sua manutenção até o final da subconcessão; (ii) ampliação da cobertura de esgotamento sanitário para 59% em 2024, 80% até 2028 e atingir 90% em 2033 devendo manter esse índice até o final da subconcessão; (iii) reduzir os índices de perdas para 35% até 2024, 25% até 2028 mantendo o índice até o final da subconcessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1,1% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Manaus	3.307.651	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 98% até 2045, 99% até 2033; (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2033.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1% do faturamento mensal.
Cariacica	829.550	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 62% em 2024, 66% em 2025, 71% em 2026, 76% em 2027, 81% em 2028, 86% em 2029, 90% em 2030, 95% em 2031 e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Metrosul	6.928.254	Atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 36,06% a 87,30% da população entre 2021 e 2055, de acordo com cada município.	-
Crato	324.387	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2033.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1,5% da arrecadação.
MS Pantanal	1.026.350	Atingir níveis de atendimento de coleta e tratamento de esgoto, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão: (i) a partir de 2031 até o final da concessão em 2050, 98% de coleta e tratamento de esgoto.	-
Ceará 1	1.925.476	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: Coleta de esgoto: 90% até 2033 e 95% até 2040.	-
Ceará 2	1.637.038	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: Coleta de esgoto: 90% até 2033 e 95% até 2040.	-
Cariri	1.388.859	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: até o final do 1º ano a concessionária deverá implantar as Estações de Transferência de Resíduos (ETRs); até o final do 2º ano a concessionária deverá implantar 09 galpões de triagem manual de material reciclável; até o final do 4º ano da concessão a concessionária deverá implantar a Unidade de Tratamento Mecânico de resíduos sólidos urbanos, o aterro e as unidades de tratamento de resíduos orgânicos nas CMRs; garantir uma redução, mínima, de 80% de resíduos sólidos orgânicos dispostos no aterro a partir do 5º (quinto) ano até o final da concessão em relação aos resíduos verdes provenientes da limpeza urbana e resíduos provenientes de feiras livres encaminhados; garantir uma redução, mínima, de 3% de resíduos sólidos orgânicos dispostos no aterro do 15º ao 19º ano de concessão, de 7% do 20º ao 24º ano de concessão, e de 11,5% a partir do 25º ano até o final da concessão em relação aos resíduos sólidos urbanos encaminhados à CTR; garantir uma redução de, no mínimo, 10% de resíduos recicláveis secos dispostos no aterro a partir do 5º ano até o final da concessão, em relação aos resíduos sólidos urbanos encaminhados à CTR; comprovar a captação de gases para queima, geração de energia elétrica e/ou produção de biometano de, pelo menos: (i) 25% dos gases gerados no aterro até o 5º ano de concessão; (ii) 30% do 6º ao 10º ano; (iii) 40% do 1º até o 15º ano; (iv) de 50% do 16º até o 20º ano; (v) e de 55% do 21º ano até o final da concessão.	-
Ambiental Paraná 1	1.930.785	As metas de atendimento de esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: 70% em 2024, 74% em 2025, 76% em 2026, 77% em 2027, 79% em 2028 e 2029, 84% em 2030 a 2032, 91% em 2033 a 2036, 90% em 2037 e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Governador Valadares	1.308.923	As metas de atendimento global deverão atingir os seguintes índices: (i) Índice de atendimento de água: 99% até 2027 e 100% até 2028; (ii) Índice de perdas de água: redução de 2,5% ao ano, partindo de 47,5% em 2025 para 25% até 2034; (iii) Índice de coleta de esgoto: incremento anual de 1%, de 95% em 2025 para 100% até 2030; (iv) Índice de tratamento de esgoto: incremento de 10% ao ano, partindo de 10% em 2025 para 100% até 2034. (v) índice de eficiência energética: incremento anual de 0,50% ao ano, partindo de 0,50% em 2025 até 5,00% em 2034. Indicador atual é de 0,65 kWh/m³ e as porcentagens apresentadas indicam a redução do consumo em relação a este valor. As metas serão mantidas constantes até o término da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação com valor apurado pela quantidade de ligações totais, conforme dados fornecidos pelo prestador, multiplicado pelo valor de referência aplicado por ligação. Compromisso mensal de pagamento da Outorga Variável.
Jaru	43.460	As metas de atendimento de universalização de água deverão atingir os seguintes índices: 85% em 2025, 89% em 2026, 90% em 2027, 91% em 2028, 94% em 2029, 97% em 2030, 99% em 2031, 100% em 2032 e deverá ser mantido até o final da concessão. As metas de atendimento de esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: 30% em 2029, 50% em 2030, 70% em 2031, 85% em 2032, 95% em 2033 e deverá ser mantido até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação e fundo meio ambiente, em valores de 1% e 1% respectivamente do faturamento mensal de acordo com o município.
Palhoça	1.930.785	(i) Metas de Cobertura de Água: Central, 93,4% em 2025, e 100% a partir de 2026 até o final do contrato. Pinheira, 30% em 2025 e 2026, ampliando em 10% por ano até atingir 90% em 2032, 90% em 2033 e 100% em 2024 até o final do contrato. Praia de Fora, 85% de 2025 até 2028, e 100% de 2029 até final do contrato. Enseada de Brito, 0% em 2025 e 2026, 50% em 2027 e 2028, e 100% em 2029 até final do contrato; (ii) Metas de Tratamento de Esgoto: Norte (Central, Praia de Fora e Enseada de Brito), 10% em 2025 com aumento de 5% ao ano até atingir 35% em 2030, 70% em 2031 e 2032, 90% de 2033 a 2048, 100% de 2049 até final do contrato. Sul (bairros Passagem, Praia do Sonho, Ponta do Papagaio, Pinheira, Guarda do Embaú e Morretes), 0% em 2025, 10% em 2026, aumento de 5% ao ano até atingir 40% em 2032, 50% em 2033, 90% de 2034 a 2042, e 100% de 2043 até o final do contrato. OBS.: Devido a uma Ação Civil Pública, o distrito Guarda do Embaú deverá ter 100% de esgoto tratado

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Terça-feira, 29 de abril de 2025

ATECH - Negócios em Tecnologias S.A.

CNPJ: 11.262.624/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Atech Negócios em Tecnologias S/A, uma companhia de base tecnológica adquirida pela Embraer Defesa e Segurança em 2013, atua na prestação de serviços especializados em engenharia, desenvolvendo sistemas de controle, defesa e monitoramento, além de fornecer máquinas e equipamentos relacionados. Os principais contratos incluem o desenvolvimento de tecnologia para o controle de tráfego aéreo no Brasil (ATM-SAGITARIO) e o sistema de gestão de fluxo de aeronaves (ATFM-SIGMA). A Atech também tem participado de projetos de defesa, como o SIPAM e o SISDABRA, e entrou no segmento nuclear em 2012 com o desenvolvimento do Sistema de Proteção e Controle do Reator Nuclear da Marinha Brasileira (LABGENE). A partir de 2013, a Atech expandiu seus negócios, estabelecendo uma filial em São José dos Campos para projetos de modernização de sensores aero embarcados e sistemas táticos de gestão de dados. Em 2014, a empresa iniciou sua presença no mercado internacional, com contratos de modernização de sistemas de gerenciamento de fluxo aéreo com o governo da Índia e soluções de comando e controle na África. Em 2017, a Atech entrou no mercado corporativo B2B com produtos como OKTO, MAKRON e ARKHE, focados em gestão de ativos, logística e soluções integradas para defesa. Nos anos seguintes, a Atech continuou a expandir suas operações, destacando-se em projetos como o fornecimento de fragatas da classe Tamandaré para a Marinha do Brasil, utilizando o incentivo fiscal do RETID para empresas estratégicas de defesa. Durante a pandemia em 2020, a Atech adaptou-se rapidamente ao trabalho remoto e implementou um novo ERP para suportar o crescimento futuro. Em 2022, entregou um projeto de BIG DATA para o Estado de São Paulo, melhorando a gestão e planejamento do transporte regional. Em 2023, a Atech consolidou-se como parceira da Gerdau, reforçando a excelência de suas soluções e a rápida expansão no mercado. Em 2024, a Atech continuou a mostrar um crescimento robusto, com vendas brutas de 302.301 milhões de reais, um aumento significativo em relação aos 288.026 milhões de reais registrados em 2023, e encerrou o ano de 2024 com 526 pessoas em seu quadro de colaboradores. **A Administração**. São Paulo, 31 de março de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 2024 E 2023 (em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	242.769	201.845
Contas a receber de clientes	5	3.910	10.786
Contas a receber, partes relacionadas	6	24.161	2.383
Ativo de contrato	8	18.643	35.454
Estoques	9	4.362	4.411
Adiantamentos a terceiros	10	7.780	11.760
IRPJ e CSLL a compensar	12.1	7.874	16.907
Créditos com impostos	12.2	9.770	7.824
Outros ativos		4.993	1.714
		324.262	**293.084**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social	11	6.686	5.494
IRPJ e CSLL a compensar	12.1	1.679	3.953
Créditos com impostos	12.2	5.026	6.648
Outros ativos		634	69
		14.025	**16.164**
Investimentos	13	46.816	41.004
Direito de uso	15	6.011	5.973
Imobilizado	14	7.932	8.552
Intangível	16	37.055	37.949
		97.814	**93.478**
Total do ativo		**436.101**	**402.726**

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	17	9.410	28.002
Contas a pagar	19	24.326	23.726
Impostos e encargos sociais a recolher	20	6.527	8.103
Passivo de contrato	8	78.646	76.318
Receita diferida	18	472	472
Passivo de arrendamento	15	1.470	1.645
Dividendos	24.4	17.550	12.513
Provisão de garantia de projetos e outras	22	275	1.796
		138.676	**152.575**
Não circulante			
Impostos e encargos sociais a recolher	20	3.911	3.634
Passivo de arrendamento	15	6.238	5.958
Receita diferida	18	590	1.063
Provisão para contingências	21	182	649
		10.921	**11.304**
Patrimônio líquido			
Capital social	24.1	108.000	108.000
Reserva legal	24.2	17.857	14.162
Reserva de lucros	24.3	160.647	116.685
		286.504	**238.847**
Total do passivo e patrimônio líquido		**436.101**	**402.726**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2024 E 2023 (em milhares de Reais)

		Capital social	Reservas de lucros – Reserva para investimento e capital de giro	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022		**108.000**	**79.149**	**11.528**	**-**	**198.677**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	52.685	52.685
Apropriação para reserva legal	24.2	-	37.536	2.634	(40.170)	-
Dividendos a pagar	24.4	-	-	-	(12.513)	(12.513)
Saldos em 31/12/2023		**108.000**	**116.685**	**14.162**	**-**	**238.847**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	73.894	73.894
Apropriação para reserva legal	24.2	-	52.650	3.695	(56.345)	-
Dividendos a pagar	24.4	-	(8.688)	-	(17.550)	(26.238)
Saldos em 31/12/2024		**108.000**	**160.647**	**17.857**	**-**	**286.504**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 2024 E 2023 (em milhares de Reais)

Atividades operacionais:	Nota	2024	2023
Lucro do exercício		73.894	52.685
Itens que não afetam o caixa:			
Depreciação	14 e 15	3.644	4.225
Amortização	16	1.883	4.434
Juros do arrendamento	15	1.486	1.149
Baixa de imobilizados	14 e 15	632	1.496
Baixas de intangível	16	1.207	7.527
Baixas de contrato de arrendamento	15	-	(355)
(-) Perda de crédito esperada	5	194	1.976
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	9.812	(5.656)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(1.192)	(728)
Provisão de contingência	21	(467)	26
Resultado da equivalência	13	(5.812)	(23.547)
Variação cambial	27	-	30
Créditos fiscais da lei do bem	11	-	5.656
Provisão de garantia de projetos e outras	22	(1.521)	(961)
Variação nos ativos:			
Contas a receber de clientes	5	6.682	(837)
Contas a receber, partes relacionadas	6	(21.778)	10.156
Ativo de contrato	8	16.811	(3.501)
Estoques	9	49	162
Adiantamentos a terceiros	10	3.980	25.875
Atividades operacionais:	**Nota**	**2024**	**2023**
Créditos com impostos	12	10.983	(6.285)
Outros ativos		(3.843)	569
Variação nos passivos:			
Fornecedores	17	(18.592)	(44.863)
Contas a pagar	19	600	3.396
Impostos e encargos sociais a recolher	20	(1.299)	(1.816)
Passivo de contrato	8	2.328	(7.107)
Receita diferida	18	(473)	(473)
Imposto de renda e contribuição social pagos	11	(9.812)	-
Caixa provenientes das atividades operacionais		**69.396**	**23.234**
Atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	14	(2.128)	(3.205)
Aquisições de intangível	16	(2.196)	(3.852)
Caixa (usado nas) atividades de investimentos		**(4.324)**	**(7.057)**
Atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	24.4	(21.201)	(7.971)
Pagamentos de arrendamentos	15	(2.947)	(3.117)
Caixa (usado) nas atividades de financiamento		**(24.148)**	**(11.088)**
Efeito das variações no caixa e equivalentes de caixa			
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		**40.924**	**5.088**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**201.845**	**196.757**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**242.769**	**201.845**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 2024 E 2023 (em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas líquidas	26	**271.250**	**256.438**
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	25	(182.837)	(193.325)
Lucro bruto		**88.413**	**63.113**
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas	25	(23.891)	(21.036)
Comerciais	25	(19.902)	(21.702)
Perda por redução ao valor recuperável	5	(194)	(1.976)
Pesquisas	25	(2.344)	(2.500)
Outras receitas e despesas operacionais	25	1.149	(7.511)
Equivalência patrimonial	13	5.812	23.547
Resultado operacional		**49.043**	**31.935**
Receitas financeiras	27	26.032	20.466
Despesas financeiras	27	(2.862)	(5.339)
Variações monetárias e cambiais liquidas	27	10.301	(761)
Lucro antes do imposto		**82.514**	**46.301**
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(9.812)	5.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.192	728
Lucro líquido do exercício		**73.894**	**52.685**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 2024 E 2023 (em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**73.894**	**52.685**
Outros resultados abrangentes	-	-
Itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido	**-**	**-**
Total do resultado abrangente do exercício	**73.894**	**52.685**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Atech - Negócios em Tecnologias S.A. ("Atech" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, CNPJ 11.262.624/0001-01 e tem por objeto social: A Companhia desenvolve sistemas que envolve controle e gestão de tráfego aéreo (civil e militar), sistemas de defesa e segurança, simuladores, logística, gestão de ativos, entre outros. Tem forte presença no Brasil, mas também atua no mercado internacional. Seu produto de sistema de gestão e controle de tráfego brasileiro é, reconhecidamente, um dos melhores do mundo: completo, modular e indicado pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) como referência. Adicionado aos sistemas de tráfego aéreo, a Atech desenvolve projetos estratégicos na área de Defesa e Segurança, que engloba simuladores, sistemas embarcados de missão, treinamento, entre outros. Adicionalmente, é uma das únicas latino-americanas a dominar tecnologias ligadas a sistemas de instrumentação e controle na área nuclear. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras de 31/12/2024 foram aprovadas pelos membros da Diretoria em 31/03/2025. **(i) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente) e quando aplicável ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo na mensuração subsequente. **(ii) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A Administração, após análise das operações e negócios da Companhia, concluiu que o Real (R$) é a moeda que melhor expressa seus resultados e representatividade, sendo assumida como moeda funcional e, em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas na mesma moeda. **(iii) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os CPCs, exige que a Companhia utilize estimativas e adote premissas e julgamentos que afetam os valores ativos e passivos, de receitas e despesas e de suas divulgações. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras incluídas neste relatório, são utilizadas variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e outros fatores considerados pertinentes. Essas estimativas e premissas são revistas de forma contínua e suas eventuais alterações aplicadas e adotadas prospectivamente. As áreas nas quais as premissas utilizadas nas estimativas da Companhia são relevantes e envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, são descritas a seguir: **a.** ***Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 13 - Investimentos e equivalência patrimonial:** A Companhia não possui influência significativa devido a porcentagem sobre o capital da investida; • **Nota explicativa 15 - Direito de uso:** A Companhia demonstrou probabilidade de prorrogação dos prazos dos contratos de arrendamento pelo período de mais três anos; • **Nota explicativa 26 - Reconhecimento de receita:** A Companhia possui contratos que geram receitas ao longo do período (POC) e contratos com reconhecimento em momento específico. **b.** ***Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 5 - PCLD:** Os critérios para reconhecimento de PCLD da Companhia seguem o previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, além das métricas estabelecidas sendo utilizados os critérios de perda efetiva e média aritmética dos recebimentos nos períodos anteriores; • **Nota explicativa 11 - Ativos fiscais diferidos:** O lucro orçado para o exercício futuro suporta as diferenças temporárias dedutíveis para utilização; • **Nota explicativa 21 - Processos judiciais:** As contingências são reconhecidas no balanço quando são consideradas como saídas prováveis, o saldo refere-se a contingências trabalhistas. **c.** ***Premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:*** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*). Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, as principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso são: • **Fluxo de caixa esperado bruto -** a Administração projetou entradas e saídas de caixa com base no seu desempenho passado considerando suas expectativas para o desenvolvimento do mercado e estratégia de negócio. Essas projeções também consideram os ganhos de eficiência planejados para o ciclo do produto. • **Taxas de crescimento -** as taxas de crescimento foram refletidas no fluxo de receita orçado pela Companhia, consistentemente com as previsões incluídas nos relatórios do setor. • **Taxas de desconto -** é utilizada taxa de desconto apropriada que reflete a expectativa de retorno dos investidores no momento que o cálculo está sendo efetuado. Esta taxa também é comparada com o mercado para validar sua coerência. **d.** ***Reconhecimento de receita de contrato de longo prazo:*** Parcela significativa das receitas é oriunda de contratos de desenvolvimento cujo controle de produtos e serviço é transferido ao cliente (governo brasileiro e governos estrangeiros) ao longo do tempo pelo método do custo incorrido, utilizando a relação dos custos incorridos acumulados divididos pelos custos estimados totais para mensuração do progresso de conclusão. No decorrer da execução do contrato, a Companhia avalia os custos incorridos e caso seja identificada a necessidade, os custos estimados totais para conclusão são reajustados para refletir as variações ocorridas nos custos em relação ao projetado, mudanças nas circunstâncias e/ou novos eventos, como modificações contratuais. Qualquer aumento ou diminuição nas receitas e custos estimados para conclusão são reconhecidos de forma cumulativa nas demonstrações do resultado no período de reporte no qual as circunstâncias que geraram a revisão foram identificadas pela Administração. Em um cenário hipotético de aumento ou diminuição em 10% nos custos estimados totais para conclusão dos contratos em curso no exercício de 2024 em relação às estimativas da Administração, a receita da Companhia no exercício diminuiria em R$ 64.960 ou aumentaria em R$ 34.182, respectivamente. **3. Principais práticas contábeis materiais:** Não houve alterações significativas nas principais práticas contábeis da Companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31/12/2023, e essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **3.1 Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2 Instrumentos financeiros: a.** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros, exceto os mensurados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos da transação são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável e com variação cambial, incluindo também os juros calculados pela curva contratual, são reconhecidos no resultado do exercício como receitas (despesas) financeiras, líquidas, exceto pela variação cambial reconhecida como variações monetárias e cambiais, líquidas. **b.** ***Classificação e mensuração subsequente:*** **Ativos financeiros:** A Atech classifica seus ativos financeiros sob a categoria de mensurado ao custo amortizado. A classificação depende do objetivo do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação de ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado somente é permitida se ambos os critérios forem atendidos: • O ativo financeiro é mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja receber os fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos exclusivamente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios do ativo. **Passivos financeiros:** A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria de mensurado ao custo amortizado. Variações nos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de receitas (despesas) financeiras, líquidas, exceto pela variação cambial reconhecida como variações monetárias e cambiais, líquidas. Passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado do exercício. **3.2.1** ***Avaliação do modelo de negócio:*** Os fatores considerados na avaliação do modelo de negócios para gestão dos ativos financeiros são: • A política financeira vigente e os objetivos estipulados para gestão da carteira, o que inclui avaliar se a estratégia tem como foco obter receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinando perfil de taxa de juros, a relação entre a duração dos ativos financeiros e passivos relacionados, saídas esperadas de caixa, ou a realização dos fluxos de caixa através da venda dos ativos financeiros; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • Riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a como eles são gerenciados; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos em períodos anteriores, os motivos de tais transações e as expectativas futuras; • Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de principal e juros. Para avaliação se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, e os juros como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante os prazos contratuais, outros riscos e custos gerais de empréstimos, como também uma margem de lucro na transação. Essa avaliação é efetuada por meio da consideração dos termos contratuais dos ativos financeiros o que inclui, além da avaliação se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de principal e juros, a existência de termos que poderiam mudar o momento ou valor dos fluxos de caixa contratuais que não atenderiam a definição, incluindo: eventos contingentes, termos que possam ajustar as taxas contratuais, pré-pagamento e a prorrogação de prazos, e termos que limitam acesso a fluxos de caixa de ativos específicos. **3.3 Contas a receber de clientes:** Ao efetuar uma venda, a Companhia avalia o seu prazo de recebimento. Caso o valor da venda não seja recebido imediatamente, ele será reconhecido no contas a receber. O valor a receber por uma venda a prazo é ajustado a valor presente quando aplicável, identificando-se uma taxa de juros compatível com o mercado à época da venda e aplicando-a ao valor a receber de acordo com o prazo de recebimento. A Companhia não possui contas a receber de clientes com componente significativo de financiamento. O nicho Defesa & Segurança são somente entidades e agências governamentais e por este motivo, possuem uma particularidade, pois o risco está correlacionado à soberania do país, como também com a continuidade dos projetos estratégicos, para os quais a Companhia normalmente possui direito executável de receber pelo trabalho concluído até a data. Assim como os demais clientes, não há na Companhia histórico de inadimplência no contas a receber de clientes e ativos de contrato com essas contrapartes. A mensuração da provisão com expectativa de perdas de crédito são demonstradas pelo período que os títulos estão em aberto, e aplica-se o fator de perda esperada com base no histórico de perdas efetivas da Companhia. Em 2024, a Companhia adotou a prática de reconhecimento conforme CPC 48 para provisão de perda sobre o saldo de contas a receber, aplicando alíquotas específicas com base no período que os títulos estão em aberto, desconsiderando clientes que englobam partes relacionadas do grupo econômico. As taxas utilizadas com base na classificação do subgrupo Defesa & Segurança conforme agrupamento da Embraer foram:

	Defesa & Segurança
A Vencer	0,01%
Vencidos até 90 dias	0,03%
De 91 a 180 dias	0,36%
Mais de 180 dias	0,86%

Em 31/12/2024, o fator de perdas esperadas inicial pela metodologia de recebimento é de 35,63%, o registro da provisão foi feito considerando a média aritmética de recebimentos tendo em vista que não houveram baixas efetivas nos exercícios de 2014 à 2024. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma conta de provisão para perda estimada, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Quando uma conta a receber de clientes não será efetivamente recebida é executado o reconhecimento por meio da baixa contra a provisão para contas a receber. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditados contra despesas, na demonstração do resultado. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. **3.4 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo das compras ou produção, ou ao valor realizável líquido, entre esses o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio ponderado. Estoques compreendem a peças e componentes, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas e, quando aplicável, estão reduzidos ao valor líquido de realização após a dedução dos custos, dos impostos e das despesas estimadas de vendas. Uma provisão para potenciais perdas é constituída quando, com base na melhor informação da Administração, os itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidades superiores àquelas a serem utilizadas no projeto. **3.5 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente mensal de R$ 20 mil para impostos de renda, e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. • **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. • **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. A contribuição social e o imposto de renda diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras. **3.6 Impostos sobre serviços diferidos:** Os impostos sobre serviços diferidos são mensurados com base na alíquota de até 5% que se espera aplicar às diferenças temporárias no momento do reconhecimento da receita do contrato de custo incorrido e/ou avanço físico. **3.7 Investimentos:** Os investimentos são registrados inicialmente pelo custo de aquisição, o qual inclui os gastos com transações. Após o reconhecimento inicial as devidas atualizações são registradas nas demonstrações financeiras utilizando o método de equivalência patrimonial. **3.8 Imobilizado:** Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada para o ativo (nota 14). Segue abaixo resumo da descrição dos itens que compõem o ativo imobilizado:

Classes de ativo	Vida útil média (anos)
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Benfeitorias em instalações	10
Bens em poder de terceiros	4

(a) Computadores e periféricos - Envolvem os equipamentos de informática utilizados principalmente no processo produtivo e administrativo. **(b) Móveis e utensílios -** Compreendem principalmente a mobiliários e utensílios utilizados nas áreas produtivas e administrativas. **(c) Máquinas, aparelhos e equipamentos -** Refletem máquinas, aparelhos e outros equipamentos usados direta ou indiretamente no processo de fabricação. **(d) Benfeitorias em instalações -** Representam obras em instalações de terceiros em áreas produtivas e administrativas. **(e) Bens em poder de terceiros -** Representam mobiliários e utensílios utilizados em entregas de projetos a clientes, retornando ao poder da empresa conforme término de contrato. **3.9 Intangível:** O intangível é composto por: • **Programas para computadores (softwares) -** adquiridos de terceiros e capitalizados e amortizados ao longo da melhor estimativa de sua vida útil (5 anos). Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados de acordo com a vida útil. • **Desenvolvimento -** os gastos com pesquisas são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos, compostos principalmente por gastos com desenvolvimento de sistemas que são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade comercial e tecnológica, disponibilidade de recursos técnicos e financeiros. Os gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa na rubrica de despesa com inovação e/ou em custo com serviços prestados, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os gastos de desenvolvimento são amortizados a partir da ocasião em que os benefícios começam a ser gerados com base na venda dos sistemas, sendo os montantes amortizados apropriados ao custo de produção. O método de amortização é considerado conforme plano de investimento de cada projeto desenvolvido podendo ser linear ou conforme entrega dos produtos. Caso algum projeto seja paralisado ou sua realização é considerada improvável, os gastos são baixados ou reduzidos ao valor líquido estimado de recuperação. **3.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não circulantes:** Os ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida útil definida da Companhia são analisados, ao final do exercício, para avaliar se há indicadores que seu valor contábil pode não ser recuperável, visando à realização do teste de *impairment*. Os ativos intangíveis que ainda não estão sendo amortizados, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. **3.11 Arrendamentos:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente de pagamentos de arrendamento a serem feitos durante o prazo da locação mensurado com base no contrato e em opções de renovação. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, a Companhia usa a taxa de empréstimo incremental. Depois da data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros, atualizações de parcelas e reduzido para os pagamentos de arrendamentos efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado quando existe uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos fixos da locação ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente. A taxa média de desconto dos contratos vigentes no exercício é 10,99%. Os juros são reconhecidos na rubrica de receitas (despesas) financeiras, líquidas nas demonstrações do resultado do exercício. ***(i) Determinação do prazo de arrendamento:*** A Companhia determina o prazo do contrato como o prazo não cancelável de arredamento, acrescido de qualquer período coberto por uma opção de renovação, se for razoavelmente certo que seja exercido, ou qualquer opção para rescindir a locação, se é razoavelmente certo de não ser exercido. A Companhia tem a opção, sob alguns de seus arrendamentos, de manter os ativos para termos adicionais de três a cinco anos. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo exercer a opção de renovação, considerando todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação. A Companhia reavalia o prazo da locação se houver um evento ou alteração significativa em circunstâncias que está sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovar (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios). ***(ii) Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a todos seus arrendamentos que têm prazo de contrato menor ou igual a 12 meses à partir da data de início e não contém uma opção de compra. Aplica-se também o expediente prático de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos cujo valor individual dos ativos esteja abaixo de US$ 5.000 mil. Pagamentos de aluguel em arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.12 Reconhecimento de receita de contrato de clientes:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia especificada no contrato com o cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Tipo de produto/ serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Serviços de TI	A Companhia considera para os projetos POC, a realização dos custos como obrigatoriedade de reconhecimento de receita. Sendo a entrega parcial (quando decorrente de execução por módulos ou fases) ou entrega total do serviço desenvolvido. No momento em que é recebido o aceite pelo cliente as faturas são emitidas. Os valores não faturados são apresentados como ativos de contrato. Os prazos de vencimento seguem o cronograma financeiro de cada projeto.	Custo incorrido
Serviços (Assessoria e Consultoria)	As faturas para o serviço de assessoria e consultoria são emitidas após o aceite do cliente e normalmente são pagas em 30 dias.	Faturamento e Medição
Produtos	Durante o desenvolvimento, as receitas podem ser reconhecidas pelo método POC seguindo a execução dos custos e no momento em que os clientes obtêm o controle dos produtos, estes são entregues fisicamente e após os testes, o cliente informa o aceite do produto. As faturas são emitidas conforme contratos e cronogramas financeiros dos projetos.	Híbrido

a. Receitas de contratos de longo prazo: Grande parte dos contratos de venda são caracterizados pela alta customização dos bens e pelo desenvolvimento de novas tecnologias cuja transferência de controle ao cliente ocorre ao longo do tempo. Para esses contratos, suas receitas são reconhecidas ao longo do tempo em valores equivalentes à relação dos custos incorridos acumulados ao final do período de reporte dividido pelos custos estimados totais na conclusão, multiplicado pelo preço alocado menos a receita acumulada reconhecida no período de reporte anterior. A adequação do reconhecimento de receitas, relativas aos contratos de venda desse segmento é realizada com base nas melhores estimativas dos custos estimados totais. Quando a Companhia identifica um contrato oneroso as possíveis perdas são reconhecidas através de provisão de perda com programas contra o resultado do período em que a perda foi apurada. A Companhia entende que o método de custo incorrido fornece as bases mais confiáveis para estimar o progresso dos contratos cujas receitas são reconhecidas ao longo do tempo. **b.** ***Receitas de venda de outros produtos:*** As receitas de vendas de outros produtos, qualificadas como venda de bens e materiais obsoletos do ativo imobilizado, são reconhecidas quando o controle, propriedade transferida ao cliente é realizada, conforme definição do CPC 47, ou seja, quando todas as condições de reconhecimento são atingidas. **c.** ***Ativos e passivos de contrato:*** Os ativos de contrato relacionam-se aos direitos da Companhia a contraprestação pelo trabalho concluído e não faturado na data das demonstrações financeiras principalmente dos contratos de longo prazo que são mensurados com base no percentual de conclusão da obrigação de desempenho e líquidos de adiantamentos de clientes recebidos e eventual perda de crédito esperada. Com a aplicação da métrica do reconhecimento de receita considerando os custos incorridos no período, seguindo a calendarização do contrato em seus módulos e avanços de entrega e aceite dos clientes, o faturamento ocor

continuação...

Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção de investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos e privados. **Contas a receber de clientes:** A Companhia pode incorrer em perdas com contas a receber oriundos de faturamentos, de equipamentos e serviços a clientes. Os fatores mais relevantes para a apuração das perdas foram a desconsideração dos saldos do contas a receber relacionados à orgão públicos e o histórico mais antigo registrado no sistema da Companhia de perda efetiva. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, os saldos a receber são agrupados pelo período que os títulos estão em aberto, e aplica-se fator de perda esperada com base em experiências reais de perda de crédito de cada período. Para os saldos não vencidos, a perda de crédito esperada é calculada utilizando experiência dos últimos 5 anos e acompanhamento de tendências prospectivas. Em 31/12/2020 a Companhia provisionou R$ 1.976 de perdas tendo em vista tendência de risco. Em 2022, a provisão foi estornada em razão de avanços nas negociações com o cliente. Em 2023 não houve o pagamento do acordo realizado e foi feita novamente a provisão de R$ 1.976. A característica de risco de crédito dos clientes do segmento de Defesa & Segurança é diferente dos demais, considerando que as contrapartes são somente entidades e agências governamentais. O risco nesse caso está associado com o risco soberano de cada país, principalmente o Brasil, como também com a continuidade dos projetos estratégicos em desenvolvimento, para os quais a Companhia normalmente possui direito executável de receber pelo trabalho concluído até a data. Historicamente a Companhia não apresenta perdas no contas a receber de clientes e ativos de contrato com essas contrapartes. ***Risco de liquidez:*** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em reais e em dólares, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Companhia, dado isso, possíveis descasamentos são detectados com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro. A tabela a seguir fornece informações adicionais relativas aos passivos financeiros da Companhia, os fluxos de caixa não descontados e seus respectivos vencimentos.

Em 31/12/2024	Fluxo de Caixa	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	9.410	9.410	-	-	-
Passivo de Arrendamento	7.708	1.470	5.500	738	-
Total	**17.118**	**10.880**	**5.500**	**738**	**-**

Em 31/12/2023	Fluxo de Caixa	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	28.002	28.002	-	-	-
Passivo de Arrendamento	7.603	1.645	4.507	1.451	-
Total	**35.605**	**29.647**	**4.507**	**1.451**	**-**

Risco de mercado: Risco com taxa de juros: Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, o que pode aumentar as despesas financeiras dos passivos financeiros, e/ou diminuir a receita financeira dos ativos financeiros, como também impactar negativamente o valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo. As principais linhas das demonstrações financeiras sujeitas a risco com taxa de juros são: • **Caixa e equivalentes de caixa** - Como medida de proteção para os riscos desta natureza, a Companhia adotou a contratação de aplicações financeiras com taxas pré-fixadas e negociadas no momento da aplicação. As receitas financeiras apuradas no período já refletem o efeito do valor justo desses ativos. **Risco com taxa de câmbio:** A Companhia adota o real como moeda principal de seus negócios. Como consequência, as operações de exportação da Companhia expostas ao risco de variação cambial são reduzidas a eventuais operações em dólares referentes a contratos com fornecedores de equipamentos e prestadores de serviços. A maior parte desses fornecimentos, entretanto, está vinculada a contratos firmados pela Companhia e a Administração pública, de forma que em caso de risco cambial a Companhia pode pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, a proteção de riscos cambiais sobre posições ativas e passivas, adotada pela Companhia, está substancialmente baseada na busca pela manutenção do equilíbrio de ativos e passivos sujeitos à variação cambial indexados em cada moeda e na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira visando assegurar que, na realização das transações contratadas, esse hedge natural efetivamente se materialize. Essa medida minimiza o efeito da variação cambial sobre ativos e passivos já contratados, mas não protege o risco de flutuação dos resultados futuros em função da apreciação ou depreciação do dólar. A Companhia, em determinadas condições de mercado, pode decidir proteger possíveis descasamentos futuros de despesas ou receitas em outras moedas com o intuito de minimizar a variação cambial futura implícita no resultado da Companhia. **24. Patrimônio líquido: 24.1 Capital social:** Em 2022 foi feita a integralização de capital no montante de 43.000 em ações ordinárias equivalentes a um real, resultando o capital social subscrito da Companhia no final do exercício em R$ 108.000 divididos em ações ordinárias, sendo que cada ação equivale a um real, conforme 35ª AGE. Em 31/12/2024, a participação no capital social da Atech, é 100% de propriedade da Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. O controlador final da Companhia é a Embraer S.A. **24.2 Reserva legal:** Constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A Companhia apresentou, no exercício de 2024, lucro líquido de R$ 73.894 e destinou 5% para a Reserva legal, no valor de R$ 3.695. O saldo da reserva legal em 31/12/2024 é de R$ 17.857 (R$ 14.162 em 2023), o que não atinge o limite máximo recomendado pela Lei 6.404/76, art. 193 §1º. **24.3 Reserva de investimento e capital de giro:** Conforme previsto no estatuto da Companhia, após a destinação para as reservas obrigatórias e a destinação dos dividendos mínimos, obrigatórios, a diretoria pode propor e a Assembleia aprovar, destinar valor para reserva de investimento e capital até 75% do lucro líquido do período. O valor poderá ser destinado com as seguintes finalidades: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76, (ii) reforço de capital de giro; e (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia. A Assembleia Geral, por proposta da diretoria, pode a qualquer tempo, distribuir dividendos a conta dessa reversa ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, para aumento de capital. **24.4 Dividendos:** De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, sendo assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social. Atendendo a exigência da Lei nº 6.404/76 artigo 199, para adequar o saldo de reservas para investimentos e capital de giro que estava superior ao capital integralizado da Companhia, foram direcionados R$ 8.688 do resultado de 2023, registrado anteriormente em reservas, para Dividendos a Pagar. Somando-se ao saldo provisionado de R$ 12.513 no balanço de 2023, cujo pagamento total ocorreu em 12/12/2024. Os dividendos mínimos obrigatórios de 2024 foram calculados em um montante de R$ 17.550 sendo destinado à Dividendos a Pagar.

	2024	2023
Resultado do período	**73.894**	**52.685**
(-) Reserva legal (5%)	(3.695)	(2.634)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	70.199	50.051
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	17.550	21.201

25. Despesas por natureza:

Despesas por natureza	31.12.2024	31.12.2023
Matéria-prima	(108)	(330)
Mão de obra	(134.923)	(128.741)
Serviço de terceiros	(33.386)	(27.439)
Material utilizado na prestação de serviços	(22.992)	(43.635)
Condomínio	(3.850)	(3.903)
Telefone	(1.204)	(1.142)
Despesas com seguro fiança	(1.908)	(1.739)
Despesas por natureza	(2.984)	(5.644)
Depreciação e amortização	(5.606)	(8.662)
Viagens	(11.810)	(6.768)
Participação nos lucros	(10.905)	(10.335)
Equivalência patrimonial	5.812	23.547
Perda por redução ao valor recuperável	(194)	(1.976)
Contingências	467	(26)
Garantias	858	815
Patrocínios	(623)	(1.013)
Outras receitas e despesas operacionais	1.149	(7.511)
Resultado operacional	**222.207**	**224.502**
Classificação por função:	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Custos dos produtos vendidos	(182.837)	(193.325)
Despesas administrativas	(23.891)	(21.036)
Despesas comerciais	(19.902)	(25.653)
Perda por redução ao valor recuperável	(194)	1.976
Despesas com pesquisas	(2.344)	(2.500)
Equivalência patrimonial	5.812	23.547
Outras receitas e depesas	1.149	(7.511)
Resultado operacional	**222.207**	**224.502**

26. Receita: a. A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Vendas brutas de produtos e serviços	302.301	288.026
Impostos sobre vendas	(31.051)	(31.588)
Receita líquida	**271.250**	**256.438**

b. Segue abaixo a abertura do reconhecimento da receita:

Reconhecimento da receita	31.12.2024	31.12.2023
Em um momento específico	35.218	32.630
Ao longo do período	267.083	255.396
	302.301	**288.026**

c. Desagregação da receita: Os valores de receita por áreas de negócios, incluindo principais linhas de produto e serviço são apresentados abaixo, incluindo a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis da Companhia:

	31.12.2024	31.12.2023
Air Traffic Management (ATM)	103.703	91.426
Defesa	164.422	160.815
Business to Business (B2B)	3.125	4.197
	271.250	**256.438**

27. Receitas (despesas) financeiras, líquidas:

Receitas financeiras	31.12.2024	31.12.2023
Receitas de aplicações financeiras	23.149	18.226
Outras receitas financeiras	2.883	2.240
Total receitas financeiras	**26.032**	**20.466**
Despesas financeiras		
Juros pagos e/ou incorridos	(17)	(86)
Comissões e despesas bancárias	(55)	(305)
Juros com arrendamento	(1.486)	(1.149)
IOF	(180)	(145)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.116)	(853)
Fianças	-	(2.552)
Outras despesas financeiras	(8)	(249)
Total despesas financeiras	**(2.862)**	**(5.339)**
Variação cambial passiva	(943)	(2.753)
Variação cambial ativa	11.244	1.992
Receitas financeiras, líquidas	**23.170**	**15.127**
Variações monetárias e cambiais líquidas	**10.301**	**(761)**

28. Eventos subsequentes: Ao fim do exercício de 2024, o saldo de reservas para investimentos e capital de giro encontrava-se superior ao capital integralizado da Companhia, dessa forma para adequação da Lei nº 6.404/76 artigo 199, em fevereiro de 2025 foram direcionados R$ 60.450 do saldo de reservas para Dividendos a Pagar, somando-se aos dividendos mínimos obrigatórios provisionados em 2024 no valor de R$ 17.550, totalizando assim o saldo de Dividendos a Pagar em R$ 78.000. O pagamento total do saldo de dividendos ocorreu em 10 de março de 2025. Até a presente data desta publicação, a administração afirma a não incidência de outros eventos subsequentes que alterem as demonstrações aqui publicadas.

DIRETORIA

Marcia de Almeida Fernandes – Diretora Financeira

Rodrigo Persico de Oliveira Padron – Presidente

Marcos Paulo de Almeida Rosa
Contador - CRC 1SP-232230/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Atech - Negócios em Tecnologia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras Atech - Negócios em Tecnologia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Atech - Negócios em Tecnologia S.A. em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 31 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028568/O-9 F SP

Isaac de Mello
Contador CRC 1SP-294263/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 9D00-73A9-660B-E7DF.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 9D00-73A9-660B-E7DF.

segurpro

SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A.

CNPJ nº 25.278.459/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**15.534**	44.032
Contas a receber de clientes	5	**403.198**	364.849
Impostos a recuperar	6	**59.148**	33.272
Despesas antecipadas		**7.264**	1.458
Estoques		**1.162**	1.035
Créditos a receber de terceiros	7	**8.402**	8.197
Adiantamentos		**17.154**	15.379
Outros		**8.170**	9.342
		520.032	477.564
Não circulante			
Valores a receber de partes relacionadas	25	**18.691**	17.072
Ativo fiscal diferido	24	**132.995**	127.573
Depósitos judiciais	8	**27.022**	25.839
Depósitos vinculados		**8.013**	7.619
Investimentos	11	**46.649**	46.649
Imobilizado	9	**19.462**	20.222
Direitos de uso	14	**23.315**	16.550
Intangível	10	**40.105**	35.687
		316.252	297.211
Total do ativo		**836.284**	774.775

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	12	**52.018**	33.043
Empréstimos e financiamentos	13	**1.985**	1.729
Passivo de arrendamento	14	**15.434**	9.678
Salários e encargos sociais	15	**178.684**	158.699
Impostos e contribuições	16	**136.896**	157.282
Provisões	17	**620**	471
Obrigações por compra de participações	18	**6.379**	5.755
Outros		**1.776**	1.050
		393.792	367.707
Não circulante			
Passivo de arrendamento	14	**9.771**	8.393
Impostos e Contribuições	16	**149.742**	122.410
Provisões	17	**95.882**	82.037
Empréstimos e financiamentos	13	**2.214**	3.782
Receita Diferida		**180**	–
Valores a pagar a partes relacionadas	25	**44.019**	66.618
		301.808	283.240
		695.600	650.947
Patrimônio líquido	19		
Capital social		**552.620**	512.620
Reserva de capital		**(11.027)**	(11.027)
Outros resultados abrangentes		**3.026**	402
Prejuízos acumulados		**(403.935)**	(378.167)
		140.684	123.828
Total do passivo e patrimônio líquido		**836.284**	774.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	495.620	(11.027)	1.443	(364.119)	121.917
Prejuízo do exercício	–	–	–	(14.048)	(14.048)
Capital integralizado	17.000	–	–	–	17.000
Remensuração do passivo atuarial - CPC 33	–	–	(1.041)	–	(1.041)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	512.620	(11.027)	402	(378.167)	123.828
Prejuízo do exercício	–	–	–	**(25.769)**	**(25.769)**
Capital integralizado	**40.000**	–	–	–	**40.000**
Remensuração do passivo atuarial - CPC 33	–	–	**2.626**	–	**2.626**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**552.620**	**(11.027)**	**3.028**	**(403.936)**	**140.685**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Informações sobre a Companhia: A Segurpro Vigilância Patrimonial S.A. ("Companhia" ou "Segurpro") é uma Companhia anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Seu objeto social é a prestação de vigilância patrimonial armada e desarmada a estabelecimentos públicos, privados e residenciais, escolta armada, segurança pessoal privada, dentre outros. Atualmente, a Segurpro possui 32 filiais distribuídas em 26 Estados do Brasil e Distrito Federal e um efetivo de 23.749 colaboradores (23.115 em 2023). O Grupo continua trabalhando em alternativas para otimizar o negócio e tomando algumas ações com foco principal na geração de valor. O resultado deste trabalho é refletido na melhoria contínua dos números operacionais nos últimos anos que, conjugado com a intenção e capacidade financeira de sua controladora em mantê-la, faz com que não exista nenhuma incerteza quanto à capacidade em honrar seus compromissos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Elas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 22 de abril de 2025. Os detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. i) *Incertezas sobre premissas e estimativas:* As informações sobre julgamentos e incertezas realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.5 e 3.6 - premissa sobre a mensuração da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida; • Nota explicativa 3.7 - classificação de arrendamento mercantil; • Nota explicativa 5 - mensuração das perdas estimadas de crédito; • Nota explicativa 14 - premissas sobre a mensuração das taxas de desconto para mensuração de passivo de arrendamento; • Nota explicativa 17 - i) reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e ii) reconhecimento e mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; e • Nota explicativa 24 - premissas sobre a mensuração dos impostos diferidos. e) Pronunciamentos contábeis: e.1) *Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:* As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:* Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e incluí novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas não entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. *IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:* Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19. *Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.* Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis são consistentes com aquelas adotadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício anterior. **3.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os custos amortizados e depósitos na data em que foram originados. Os demais ativos financeiros são reconhecidos quando ela se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Segurpro desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere seus direitos ao recebimento em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial apenas quando há o direito legal de compensar os valores e exista a intenção de liquidá-lo em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos: caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas. Equivalentes de caixa: Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de, no máximo, três meses a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2. Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Suas baixas são realizadas quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, passivos de arrendamentos, obrigações por compra de participações, outros e valores a pagar com partes relacionadas. **3.3. Capital social:** Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais: O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso não seja resgatável ou somente resgatável, à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Conforme definido em estatuto, se houver, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo. **3.4. Redução ao valor recuperável *(impairment)*:** i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Essa perda é reconhecida se ocorrer algum evento que tenha efeito negativo mensurável nos fluxos de caixa futuros projetados. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o atraso ou não pagamento por parte do devedor, a negociação de condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Segurpro considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individual como no nível coletivo. Todos os ativos significativos são avaliados separadamente quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente, são avaliados coletivamente, com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares. Na avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração das condições econômicas e de crédito atuais. Uma redução do valor recuperável de um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos, através da reversão do desconto. Se houver um evento subsequente indicando reversão da perda, o montante indicado é registrado diretamente no resultado. ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, a saber: estoques e impostos diferidos, imobilizado e intangível são revisados anualmente quanto a sua recuperabilidade. Caso haja algum indicativo, um novo valor para o ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa" ou "UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou a Companhia de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado as mesmas e, se ainda houver perda remanescente, o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs é reduzido em uma base pró-rata em contrapartida do resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é passível de reversão. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada apresentação das demonstrações financeiras. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida quando existe mudança nas estimativas usadas e quando o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização e sem considerar a perda de valor reconhecida. **3.5. Imobilizado:** i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre o valor de venda e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas e despesas no resultado. O imobilizado em curso é composto predominantemente por obras civis, reforma, ampliação da rede de processamento de dados e microcomputadores, móveis e utensílios, equipamentos de comunicação. ii) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido pelo valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual e é reconhecida no resultado pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros gerados para Companhia. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como uma mudança de estimativas contábeis. **3.6. Ativos intangíveis:** i) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. ii) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. iii) Amortização: A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual e é reconhecida no resultado pelo método linear e com base nas vidas úteis estimadas dos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A Segurpro considera que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os ativos intangíveis alocados que possuem vida útil definida são amortizados linearmente conforme apresentado abaixo:

	Prazo de amortização (anos)
Carteira de clientes (grandes)	13 a 18
Carteira de clientes (outros)	5 a 14
Licença de uso de software	5

Além dos ativos intangíveis mencionados acima, registraram-se gastos com aquisições das carteiras de clientes da região Nordeste, advindas de Cisão da Prosegur Brasil em 2017. Estes gastos estão sendo amortizados linearmente pela taxa de 5% ao ano, em conformidade com a vida útil determinada por estudo desenvolvido por empresa especializada. **3.7. Investimentos:** Ágio: O ágio resultante na aquisição de combinações de negócio integra o saldo contábil dos Investimentos. Mensuração subsequentes: O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **3.8. Ativos arrendados:** Determinando se um contrato contém um arrendamento: No começo de um contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo quando transfere o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 14. Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis e veículos. De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia optou por não reconhecer o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso correspondente a arrendamentos de curto prazo (arrendamentos por um período inferior a um ano) e arrendamentos de ativos de baixo valor (valor em reais inferior a 5 mil dólares). Com as exceções supracitadas, foram registradas na rubrica de arrendamentos na sua totalidade. **3.9. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, desde que seja inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizáveis líquidos. **3.10. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais realizados referem-se a processos em que a Companhia é parte. A realização desses depósitos ocorre conforme andamento dos seus respectivos processos. Os depósitos judiciais estão apresentados em rubrica específica do Ativo Não Circulante. **3.11. Benefícios a empregados**: i) Planos de benefício definido: A Companhia concede o plano de assistência médica decorrente da Lei nº 9.656 de 03/06/1998. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefício definido (assistência médica), é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado, sendo utilizado o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando a obrigação de plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, ele é reconhecido no grupo contábil de Provisões, no passivo não circulante. Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA). A Segurpro determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinação no início do período a que se referem as demonstrações financeiras e considerando quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. ii) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.12. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados de uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **3.13. Receita de contrato com clientes:** Serviços (faturados e a faturar): A receita decorrente da prestação de serviços, não faturadas, é reconhecida como contas a receber de clientes tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, evidenciado através de medição dos serviços, bem como dos contratos firmados, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada. Geralmente, os serviços a clientes são faturados entre os dias 1 a 25 de cada mês. Por este motivo, os serviços executados dentro do mês em datas posteriores ao fechamento da última fatura são provisionados na conta de "Serviços a faturar", em contrapartida da "Receita" na demonstração do resultado do exercício. Mensalmente a Companhia avalia a necessidade de contabilização no resultado das possíveis perdas, de acordo com a data do vencimento da fatura e do histórico do cliente. A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados. A receita pela prestação de serviços, não faturadas, é reconhecida como contas a receber de clientes tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada. A receita é reconhecida quando: (a) os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador; (b) for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia; (c) possa ser mensurada de forma confiável, baseada no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Adicionalmente, os contratos de receita vigentes são avaliados para determinar se está atuando como agente ou principal. O resultado desta avaliação é que a Companhia está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A provisão para perdas esperadas de crédito é contabilizada na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" na demonstração do resultado do exercício. Mensalmente a Companhia avalia a necessidade de contabilização no resultado das possíveis perdas, de acordo com data do vencimento da fatura e do histórico do cliente. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são baixados definitivamente no resultado do exercício. **3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são contabilizados no resultado, através do método de juros efetivos. **3.15. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **3.16. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Esses são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As exceções no seu reconhecimento são para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável; diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às reversões das diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.17. Fornecedores participantes de operações de risco sacado:** A Sociedade é parte de uma operação de risco sacado (*supply chain financing*) com instituições financeiras com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Sociedade. Nesta operação, as instituições financeiras se oferecem separadamente para pagar antecipadamente ao nosso fornecedor em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Sociedade paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Sociedade com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Sociedade. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Sociedade representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa da Sociedade. Dessa forma, a Sociedade continua reconhecendo o passivo como "fornecedores".

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa	**129**	133
Bancos conta movimento	**12.870**	6.567
Aplicações financeiras	**2.535**	37.332
	15.534	44.032

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20. As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. As aplicações financeiras estão atreladas a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e são remuneradas a aproximadamente 85,80% (83,45% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Tais aplicações possuem liquidez imediata e são resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2024	2023
Contas a receber de terceiros no país	**234.487**	206.083
Serviços a faturar	**208.198**	196.764
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito	**(39.487)**	(37.998)
	403.198	364.849

A composição do contas a receber já faturado pela Companhia, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2024	2023
A vencer	**177.392**	149.613
Vencidos		
0 a 30 dias	**9.956**	5.665
31 a 60 dias	**1.085**	976
61 a 90 dias	**511**	674
91 a 180 dias	**1.615**	1.949
Mais de 181 dias	**43.928**	47.206
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito	**(39.487)**	(37.998)
	195.000	168.085

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito está demonstrada abaixo:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	**(37.998)**	(40.067)
Créditos provisionados no exercício	**(2.972)**	(178)
Reversão de provisão	**1.483**	2.247
Saldo no final do exercício

>>> SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A.

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Fornecedores	33.043	32.858	185	–	–
Obrigações por compra de participações	5.755	5.755	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	5.511	288	1.441	1.785	1.997
Passivos por arrendamento	18.071	1.867	7.811	5.889	2.504
Partes relacionadas	66.618	–	–	66.618	–
Saldos em 31/12/2023	128.998	40.768	9.437	74.292	4.501

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam variar significantemente das estimativas realizadas. Os prazos de vencimentos dos passivos financeiros encontram-se apresentados nas respectivas notas explicativas, a saber: Fornecedores (Nota 12); Empréstimos e financiamentos (Nota 13); Passivo de arrendamento (Nota 14); Obrigações por compra de participações (Nota 18); Partes relacionadas (Nota 25). *Risco de mercado: Risco de taxa de juros:* Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros com taxa variável era:

	2024	2023
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	**2.535**	37.332
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	**4.199**	5.511
Obrigação por compra de participações	**25.205**	5.755
Passivo de arrendamento	**6.379**	18.071

A política de gestão de risco do Grupo Prosegur, do qual a Companhia é parte, é não correr riscos que possam afetar os índices financeiros de forma significativa, adotando taxas de juros pré-fixados. *Risco cambial:* Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía exposição cambial ao Euro, Peso Argentino e ao Dólar, em consequência de transações com partes relacionadas.

A exposição é conforme segue:	31/12/2024				31/12/2023			
Ativos/passivos	R$	EURO	ARS	USD	R$	EURO	ARS	USD
Valores a receber de partes relacionadas	**2.271**	**350**	–	**3**	3.628	249	–	5
Valores a pagar a partes relacionadas	**(17.754)**	**(2.731)**	**(33.963)**	–	(13.802)	(2.487)	(33.964)	–
Fornecedores	**(29.462)**	–	–	**(4.762)**	–	–	–	–
	(44.945)	**(2.381)**	**(33.963)**	**(4.759)**	(10.174)	(2.238)	(33.964)	5

A obtenção da cotação do câmbio a R$/EUR, R$/ARS e R$/USD e teve como base a compilação das projeções mercadológicas extraídas de relatórios das principais consultorias, instituições financeiras nacionais e internacionais e do Banco Central. A Companhia efetua a análise de sensibilidade utilizando os seguintes cenários em relação ao risco de taxa de juros ativos e passivos e risco cambial: *Cenário I* - definição de um cenário provável do comportamento do risco; *Cenário II* - considerando como referencial: obtenção das taxas mercadológicas e cotação do câmbio a R$ / EUR, utilizando cenários que consideram o aumento de 25%. *Cenário III* - esses cenários consideram aumento de 50% sobre as taxas projetadas para 12 meses, atreladas aos instrumentos financeiros derivativos com as posições em aberto na data do fechamento.

Risco	Natureza	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Variação Cambial Euro	Partes relacionadas	**2.686**	**3.357**	**3.777**
Receita e despesa Financeira Projetada		**545**	**839**	**1.888**
Variação %		**20,29%**	**25,00%**	**50,00%**
Variação Cambial Dólar	Partes relacionadas	**22**	**28**	**31**
Receita Financeira Projetada		**6**	**7**	**16**
Variação %		**27,91%**	**25,00%**	**50,00%**
Empréstimo TJLP	Partes relacionadas	**3.371**	**4.213**	**4.740**
Despesa Financeira Projetada		**250**	**391**	**528**
Variação %		**7,43%**	**9,29%**	**11,15%**
CDI	Aplicação financeira	**(1.321)**	**(1.651)**	**(1.857)**
Receita Financeira Projetada		**(160)**	**(251)**	**(339)**
Variação %		**12,15%**	**15,19%**	**18,23%**
Selic	Arrendamento mercantil	**205**	**257**	**289**
Despesa Financeira Projetada		**25**	**39**	**53**
Variação %		**12,25%**	**15,31%**	**18,38%**
Pré-fixado	Leasing	**724**	**724**	**724**
Despesa Financeira Projetada		**33**	**41**	**49**
Variação %		**4,53%**	**5,66%**	**6,80%**
Total risco		**5.687**	**6.928**	**7.704**
Total receita e despesa financeira projetada		699	1.066	2.195
Total variação %		14,09%	15,91%	25,76%

Valor justo: O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2024			31/12/2023		
Ativos	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	**15.534**	–	**15.534**	44.032	–	44.032
Contas a receber de clientes	**403.198**	–	**403.198**	364.849	–	364.849
Valores a receber de partes relacionadas	**18.691**	–	**18.691**	17.072	–	17.072
	437.423	–	**437.423**	425.953	–	425.953

	31/12/2024			31/12/2023		
Passivos	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos por arrendamento	**25.205**	–	**25.205**	18.071	–	18.071
Empréstimos e financiamentos	**4.199**	–	**4.199**	5.511	–	5.511
Fornecedores	**52.018**	–	**52.018**	33.043	–	33.043
Valores a pagar com partes relacionadas	**44.019**	–	**44.019**	66.618	–	66.618
	125.441	–	**125.441**	123.243	–	123.243

Os valores contábeis dos Instrumentos financeiros coincidem com os seus valores justos em 31 de dezembro de 2024. Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Equivalentes de caixa - os valores contábeis correspondem substancialmente ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. • Clientes, fornecedores e partes relacionadas - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado. Estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. • Empréstimos e financiamentos - São registrados pelo método do custo amortizado, de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada pelo fato de tais passivos não estarem mantidos para negociação. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para as atividades da Companhia. • Passivo de arrendamento - são registrados pelo método do custo amortizado, de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada pelo fato de tais passivos não estarem mantidos para negociação. Os valores justos destes arrendamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de contratos de locação. *Hierarquia de valor justo:* Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2024 os instrumentos financeiros estão avaliados na hierarquia de valor justo no nível 2.

21. RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida é composta da seguinte forma:

	2024	2023
Receita bruta - terceiros	**1.623.118**	1.408.600
Receita bruta - partes relacionadas	**27.358**	26.798
Menos:		
Impostos sobre vendas	**(124.859)**	(108.074)
Devoluções e abatimentos	**(1.736)**	(1.849)
	1.523.881	1.325.475

Durante o exercício de 2024, a Companhia recebeu da Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança o montante de R$ 27.303 (R$ 26.306 em 2023), líquido de impostos, relativo à emissão de faturamentos realizados por essa Companhia, mas referentes a serviços prestados pela Companhia para clientes objeto das cisões realizadas em 31 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018. As receitas da Companhia estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em deduções das receitas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre serviços de qualquer natureza ("ISS"), reconhecidos pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota
Imposto sobre circulação de mercadorias (i)	ICMS	4% a 22%
Programa de integração social	PIS	0% a 0,65%
Contribuição para o financiamento da seguridade social	COFINS	0% a 3,00%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	ISS	2% a 5%

(i) Em 2024, houve uma alteração na alíquota do ICMS, que passou de 18% para 22%, devido ao aumento da alíquota em treze estados, sendo eles: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins.

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função, sendo composta pelas naturezas abaixo:

	2024	2023
Custo dos serviços prestados	**(1.367.732)**	(1.213.421)
Despesas gerais e administrativas	**(114.752)**	(79.500)
Despesas comerciais	**(50.613)**	(51.897)
	(1.533.097)	(1.344.818)

Custos e despesas por natureza:	2024	2023
Custos e despesas com pessoal	**(1.323.667)**	(1.175.827)
Serviços especializados	**(36.795)**	(41.697)
Amortização e depreciação	**(35.543)**	(26.130)
Processos trabalhistas, cíveis e tributários	**(25.662)**	(3.800)
Viagens e refeições	**(19.016)**	(16.656)
Aluguéis	**(14.076)**	(17.719)
Combustíveis	**(13.834)**	(10.489)
Outros Impostos	**(10.668)**	(3.618)
Manutenção	**(9.685)**	(11.542)
Telecomunicações	**(8.420)**	(9.311)
Materiais de expediente	**(4.058)**	(2.790)
Seguros	**(3.368)**	(2.449)
Fretes carretos e pedágios	**(2.277)**	(1.917)
Reversão (Provisão) para perdas esperadas de crédito	**(1.483)**	2.070
Luz	**(1.217)**	(1.148)
Despesas com informática	**(683)**	(919)
Outros custos e despesas operacionais	**(22.645)**	(20.876)
	(1.533.097)	(1.344.818)

23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro da Companhia é como segue:

Receitas financeiras	2024	2023
Atualização de impostos e créditos	**2.427**	4.947
Juros sobre aplicações financeiras	**2.265**	4.753
Variação cambial ativa	**2.668**	3.660
Outras receitas financeiras	**1.003**	2.882
	8.363	16.242
Despesas financeiras		
Despesas de juros	**(2.961)**	(17.608)
Atualização monetária	**(24.359)**	(6.991)
Juros sobre operações entre empresas do grupo	**(3.371)**	(5.354)
Despesas de juros CPC 06 (R2)	**(4.241)**	(2.693)
Variação cambial passiva	**(5.434)**	(1.185)
Outras despesas financeiras	**363**	(1.186)
	(40.003)	(35.017)
Resultado financeiro, líquido	**(31.640)**	(18.775)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação da taxa efetiva:	2024	2023
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	**(28.013)**	(34.121)
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	**9.524**	11.601
Adições/exclusões permanentes	**(1.582)**	(36)
Efeito de crédito tributário não constituído (*)	**(2.520)**	4.744
Outros	**(3.178)**	3.764
Imposto de renda e contribuição social apurados	**2.244**	20.073
Diferido	**5.422**	33.050
Corrente	**(3.178)**	(12.977)
Alíquota efetiva	**8%**	59%

(*) Refere-se a ativos fiscais diferidos não reconhecidos devido à ausência de expectativa de lucros tributários futuros. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias: Impostos diferidos ativos e passivos foram contabilizados sobre as seguintes bases:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	**268**	63	–	–	**268**	63
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	**4.915**	3.877	–	–	**4.915**	3.877
Diferenças temporárias:	**127.812**	123.633	–	–	**127.812**	123.633
Provisões contingência	**105.369**	100.704	–	–	**105.369**	100.704
Provisões para perda esperada de crédito	**13.129**	12.828	–	–	**13.129**	12.828
Provisões com pessoal	**3.757**	5.418	–	–	**3.757**	5.418
Outras	**5.557**	4.683	–	–	**5.557**	4.683
Impostos ativos (passivos)	**132.995**	127.573	–	–	**132.995**	127.573

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisou o impacto estimado no ambiente macroeconômico, as perspectivas de mercado e as operações da Companhia. Usando as informações atualizadas, a Administração decidiu pela não constituição do ativo diferido devido não haver perspectiva da utilização destes prejuízos no abatimento dos lucros futuros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui um montante de R$ 307.392 de prejuízo fiscal acumulado não reconhecido (R$ 299.980 em 2023).

25. PARTES RELACIONADAS

Remuneração de pessoal-chave da Administração: O montante dos gastos incorridos com remuneração e encargos sociais dos Administradores em 2024 foi de R$ 3.510 (R$ 3.546 em 2023).

Mapa de transações com partes relacionadas:

		2024							
		Ativo		Passivo		Resultado			
		Contas a receber	Reembolso de gastos	Reembolso de gastos	Contas a pagar	Receita	Despesa	Resultado Financeiro	Rateio de Gastos
Controladora									
Prosegur Holding SIS Ltda.		–	–	–	–	–	–	–	–
Coligadas									
Transportadora de Caudales Juncadella S.A.	A	**461**	–	–	–	–	–	–	–
Prosegur Activa Argentina S.A.		**75**	–	–	–	–	–	–	–
Prosegur S.A.	A-B	**166**	–	–	**(1.515)**	–	–	–	–
Prosegur Serviços e Participações Societárias S.A.	C	**102**	–	–	–	–	–	–	**1.048**
Log Cred Tecnologia Comercio e Serviços Ltda.	C	**96**	–	–	**(1)**	–	–	–	**615**
Cipher S.A.	A-C	**24**	–	–	**(303)**	–	**(6.008)**	–	**64**
Prosegur Pay Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.		**15**	–	–	–	–	–	–	**99**
Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança	A-C	**13.960**	–	**(2.332)**	**(67)**	**27.313**	–	–	**27.088**
Segurpro Tecnologia em Sistemas de Segurança Eletrônica e Incêndios Ltda.	A-B-C	**809**	**1.252**	–	**(23.187)**	–	–	**(3.371)**	**(13.267)**
Prosegur Soluciones Integrales de Seguridad España SLU		–	–	–	**(123)**	**25**	**(366)**	–	–
Prosegur Compañía de Seguridad S.A.	C	–	–	–	–	–	**(2)**	–	**1.922**
Prosegur Gestión de Activos SLU	A-B-C	–	–	–	**(5.360)**	–	**(4.288)**	–	**14.630**
Prosegur Global SIS SLU	A-B-C	**796**	**673**	–	**(7.212)**	–	–	–	**(34.146)**
Risk Management Solutions SLU	A-B	–	–	–	**(3.544)**	–	–	–	**(250)**
Outros		**186**	**76**	**(2)**	**(373)**	**20**	**63**	–	**266**
		16.690	**2.001**	**(2.334)**	**(41.685)**	**27.358**	**(10.601)**	**(3.371)**	**(1.931)**

(A) Os principais valores a receber referem-se ao faturamento por exceção, realizado pela Prosegur Brasil S.A, e retenções contratuais em contas garantias a favor desta, porém por serviços prestados pela sua subsidiária Segurpro Vigilância Patrimonial S.A, no valor de R$ 4.357; compartilhamento de despesas corporativas - Management Fee - e reembolso de gastos com as empresas coligadas Segurpro Tecnologia em Sistemas de Segurança., Prosegur Gestión de Activos. e Prosegur Global SIS. (B) As obrigações a pagar referem-se aos rateios de despesas corporativas, reembolso de gastos e faturas por compra e serviços contratados, com as coligadas Prosegur S.A., Cipher S.A., Prosegur Brasil SA., Segurpro Tecnologia em Sistemas de Segurança Ltda., Prosegur Gestion de Activos SLU., Prosegur Global SIS S.L. e Risk Management Solutions SLU. (C) A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos administrativos e operacionais, referente ao Management Fee conforme critério de alocação aprovado pela Administração, estes valores são pagos pelo custo efetivamente incorrido na empresa de origem. Em 2024, a empresa coligada Prosegur Gestión de Activos SLU rateou os custos das compras de licenças Office e Umbrella Cisco, que se referem aos pacotes de acesso ao empregado e VPN, no montante R$ 4.194.

		2023							
		Ativo		Passivo		Resultado			
		Contas a receber	Reembolso de gastos	Reembolso de gastos	Contas a pagar	Receita	Despesa	Resultado Financeiro	Rateio de Gastos
Controladora									
Prosegur Holding SIS Ltda.		–	–	–	–	–	–	–	–
Coligadas									
Transportadora de Caudales Juncadella S.A.		385	–	–	–	–	–	–	(384)
Prosegur Activa Argentina S.A.		63	–	–	–	–	–	–	(63)
Prosegur S.A.	B-C	139	–	–	(1.297)	–	–	–	953
Prosegur Serviços e Participações Societárias S.A.		67	–	–	–	–	–	–	(903)
Log Cred Tecnologia Comercio e Serviços Ltda.		64	–	–	(1)	–	–	–	(784)
Cipher S.A.	B-C	69	–	–	(271)	–	(3.286)	–	(84)
Prosegur Pay Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.		22	–	–	–	–	–	–	(127)
Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança	A-B-C	10.289	802	(2.381)	(67)	26.306	–	–	(27.219)
Segurpro Tecnologia em Sistemas de Segurança Eletrônica e Incêndios Ltda.	A-B-C	783	1.329	(568)	(49.528)	–	–	(5.354)	11.718
Prosegur Gestão de Ativos Ltda.		15	–	–	–	184	–	–	–
Prosegur Soluciones Integrales de Seguridad España SLU		(2)	–	–	–	286	(99)	–	(658)
Prosegur Compañía de Seguridad SA	C	136	–	–	–	–	–	–	(1.784)
Prosegur Gestión de Activos SLU	A-B	937	–	–	(2.228)	–	–	–	397
Prosegur Global SIS SLU	A-B-C	754	673	–	(7.554)	–	–	–	19.379
Risk Management Solutions SLU	B-C	1	–	–	(2.721)	–	–	–	5
Prosegur Cash Services Germany GmbH (Ex-Prosegur GmgH)		54	–	–	–	–	–	–	(216)
Transportadora Ecuatoriana de Valores TEVCOL Cia Ltda.		97	–	–	–	–	–	–	(97)
Outros		393	2	–	(2)	22	–	–	475
		14.266	2.806	(2.949)	(63.669)	26.798	(3.385)	(5.354)	608

(A) Os principais valores a receber referem-se ao faturamento por exceção, realizado pela Prosegur Brasil S.A, e retenções contratuais em contas garantias a favor desta, porém por serviços prestados pela sua subsidiária Segurpro Vigilância Patrimonial S.A, no valor de R$ 6.190; compartilhamento de despesas corporativas - Management Fee - e reembolso de gastos com as empresas coligadas Segurpro Tecnologia em Sistemas de Segurança., Prosegur Gestión de Activos. e Prosegur Global SIS. (B) Principais obrigações a pagar referem-se à operação de mútuo com a Segurpro Tecnologia em Sistemas de Segurança Eletrônica e Incêndios Ltda. no montante de R$ 46.828 e aos rateios de despesas corporativas, reembolso de gastos e faturas por compra e serviços contratados com as coligadas Prosegur S.A., Cipher S.A.,Prosegur Brasil SA., Segurpro Tecnologia em Sistemas de Segurança Ltda. , Prosegur Gestión de Activos SLU., Prosegur Global SIS S.L. e Risk Management Solutions SLU. (C) A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos administrativos e operacionais, referente ao Management Fee, sendo as principais transações com as coligadas Prosegur S.A., Cipher S.A., Prosegur Brasil S.A., Segurpro Tecnologia em Sistemas de Segurança Eletrônica e Incêndios Ltda., Prosegur Cia. de Seguridad S.A., Prosegur Global SIS SL. e Risk Management Solutions SLU. Conforme critério de alocação aprovado pela Administração, estes valores são pagos pelo custo efetivamente incorrido na empresa de origem. Em 2023, do faturamento por exceção realizado pela Prosegur Brasil S.A., registrou-se receita no montante de R$ 26.306, líquido de impostos.

26. SEGUROS (COBERTURA NÃO AUDITADA)

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para gerenciamento de riscos e proteção de seus ativos ou responsabilidades. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, riscos de transportes, danos morais e materiais de terceiros, incêndio das bases, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada abaixo:

	2024	2023
Resp. civil - seguro aeroportuário	**1.227.250**	1.227.250
Seguro empresarial incêndio das bases	**231.140**	248.169
Resp. civil - administração e gerência	**78.798**	77.336
Responsabilidade civil geral	**76.216**	68.651
Seguro frotas carros locados	**500**	500
	1.613.904	1.621.906

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Fabio Réus da Silva

DIRETORA FINANCEIRA

Luis Sergio Martins Oliveira Souza

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Paula Andrea Huertas Parra

Marcela Roque Leite - Gerente de Contabilidade - CRC MG-090101/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Segurpro Vigilância Patrimonial S.A.** - São Paulo/SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Segurpro Vigilância Patrimonial S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Segurpro Vigilância Patrimonial S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S. Ltda. - CRC 2SP-015199/O

Tomás Menezes - Contador CRC 1MG-090648/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 9D00-73A9-660B-E7DF.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROSEGUR

PROSEGUR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ nº 87.391.579/0001-49

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos	Nota	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**251.633**	188.498	**16.163**	7.034
Clientes	5	**241.180**	256.930	**1.137**	10.168
Impostos a recuperar	7	**90.994**	107.301	**32**	158
Despesas antecipadas		**23.832**	23.237	–	–
Estoques		**3.109**	1.035	–	–
Créditos a receber de terceiros	6	**97.332**	11.992	**787**	964
Adiantamentos		**16.830**	18.636	–	9
Outros		**37.864**	22.390	**1.029**	–
		762.774	630.019	**19.148**	18.333
Não circulante					
Valores a receber de partes relacionadas	26	**290.362**	272.885	**1.822**	995
Ativo fiscal diferido	25	**250.979**	227.287	**40.175**	25.904
Depósitos judiciais	8	**133.681**	123.789	–	44
Depósitos vinculados		**4.121**	5.261	–	–
Créditos a receber de terceiros	6	–	76.039	–	–
Investimentos	9	–	–	**1.502.118**	1.328.439
Imobilizado	10	**470.926**	495.328	**52**	137.234
Direitos de uso	13	**98.832**	93.257	**3.523**	5.384
Intangível	11	**741.036**	793.182	**11.687**	14.952
		1.989.937	2.087.028	**1.559.377**	1.512.952
Total do ativo		**2.752.711**	2.717.047	**1.578.525**	1.531.285

Passivo	Nota	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Circulante					
Fornecedores	12	**120.734**	127.122	**5.764**	5.104
Passivo de arrendamento	13	**33.309**	37.701	**1.994**	1.826
Salários e encargos sociais	14	**135.365**	142.257	–	–
Impostos e contribuições	15	**170.261**	160.013	**2.871**	1.981
Provisões	16	**14.219**	16.088	–	–
Obrigações por compra de participações	17	**47.821**	25.461	**794**	2.901
Outros		**4.611**	2.278	**35**	36
		526.320	510.920	**11.458**	11.848
Não circulante					
Passivo de arrendamento	13	**81.076**	78.252	**2.105**	4.100
Provisões	16	**521.842**	545.097	**160**	162
Obrigações por compra de participações	17	–	25.339	–	–
Passivo fiscal diferido	25	–	–	**4.237**	5.505
Valores a pagar a partes relacionadas	26	**49.313**	46.340	**29.501**	16.437
Impostos e contribuições	15	**874**	1.355	–	–
Outras contas a pagar	18	**42.196**	39.054	–	–
Provisão para perda de investimento	9	**60.943**	52.962	**60.943**	75.530
		756.244	788.399	**96.946**	101.734
		1.282.564	1.299.319	**108.404**	113.582
Patrimônio líquido	19				
Capital social		**606.722**	606.722	**606.722**	606.722
Reserva de capital		**319.111**	319.111	**319.111**	319.111
Outros resultados abrangentes		**26.734**	4.625	**26.734**	4.625
Reserva de lucros		**517.554**	487.245	**517.554**	487.245
Participação de controladores		**1.470.121**	1.417.703	**1.470.121**	1.417.703
Participação de não controladores		**26**	25	–	–
		1.470.147	1.417.728	**1.470.121**	1.417.703
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.752.711**	2.717.047	**1.578.525**	1.531.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Receita líquida	21	**1.889.716**	1.854.601	**67.877**	96.974
Custo dos serviços prestados	22	**(1.350.320)**	(1.393.619)	**(38.224)**	(45.896)
Lucro bruto		**539.396**	460.982	**29.653**	51.078
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas comerciais	22	**(145.367)**	(144.969)	**(284)**	(724)
Despesas gerais e administrativas	22	**(325.955)**	(327.878)	**(12.107)**	(11.538)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	23	**(44.505)**	(52.897)	**(41.686)**	(69.718)
Resultado de equivalência patrimonial	9	**(14.115)**	(14.431)	**44.305**	(45.932)
		(529.942)	(540.175)	**(9.772)**	(127.912)
Lucro antes do resultado financeiro		**9.454**	(79.193)	**19.881**	(76.834)
Resultado financeiro, líquido	24	**30.474**	(34.487)	**3.164**	(3.325)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**39.928**	(113.680)	**23.045**	(80.159)
Imposto de renda e contribuição social	25				
Corrente		**(33.311)**	(16.714)	**(8.275)**	(12.812)
Diferido		**23.692**	62.194	**15.539**	24.771
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**30.309**	(68.200)	**30.309**	(68.200)
Resultado atribuído a:					
Acionistas controladores		**30.309**	(68.200)	–	–
Acionistas não controladores		–	–	–	–
		30.309	(68.200)	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**30.309**	(68.200)	**30.309**	(68.200)
Outros componentes do resultado abrangente				
Remensuração do passivo de benefício definido da controlada	**22.109**	(20.644)	**22.109**	(20.644)
Resultado abrangente do exercício	**52.418**	(88.844)	**52.418**	(88.844)
Resultado abrangente atribuído a:				
Acionistas controladores	**52.418**	(88.844)	–	–
Acionistas não controladores	–	–	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Lucros retidos	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	606.722	319.111	56.246	499.199	25.269	–	1.506.547
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(68.200)	(68.200)
Atualização passivo atuarial - CPC 33	–	–	–	–	(20.644)	–	(20.644)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	(68.200)	–	68.200	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	606.722	319.111	56.246	430.999	4.625	–	1.417.703
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	**30.309**	**30.309**
Constituição de Reserva Legal	–	–	**1.515**	–	–	**(1.515)**	–
Atualização passivo atuarial - CPC 33	–	–	–	–	**22.109**	–	**22.109**
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	**28.794**	–	**(28.794)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**606.722**	**319.111**	**57.761**	**459.793**	**26.734**	–	**1.470.121**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**30.309**	(68.200)	**30.309**	(68.200)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	22	**185.506**	195.236	**21.996**	25.934
Perdas esperadas em contas a receber	5	**2.948**	4.587	**281**	249
Provisão para processos judiciais	16	**24.672**	26.909	**157**	(203)
Provisões passivo atuarial	16	**6.129**	3.831	**13**	10
Ganhos / Perdas na venda de imobilizado e intangível	10	–	(172)	–	4.042
Provisão (baixa) por desvalorização de imobilizado, intangível e investimento	9-10-11-	**(170)**	37.440	**(112)**	33.286
Provisão por perdas (baixas) de empréstimo a receber (pagar)	23	**45.880**	1.796	**45.880**	1.796
Equivalência patwrimonial	9	**14.115**	14.431	**(44.305)**	45.932
Provisão para perda de investimento	9	**(6.134)**	29.470	**(6.134)**	29.470
Impostos diferidos	25	**(23.692)**	(62.194)	**(15.539)**	(24.771)
Juros e variações monetárias líquidas		**(24.188)**	40.431	**(1.712)**	(3.025)
		255.375	223.565	**30.834**	44.520
(Aumento) redução de ativos					
Clientes	5	**12.802**	(2.969)	**8.750**	(756)
Impostos a recuperar		**12.641**	(21.451)	**126**	290
Estoques		**(2.074)**	(23)	–	–
Adiantamentos		**1.806**	(9.626)	**9**	5
Despesas antecipadas		**(595)**	584	–	–
Depósitos judiciais	8	**(2.920)**	(3.815)	**38**	9
Depósitos vinculados		**1.140**	2.076	–	–
Juros recebidos com partes relacionadas		**2.361**	–	–	–
Contas a receber de partes relacionadas		**(155)**	201	**(316)**	1.268
Outros		**(24.923)**	(13.040)	**(1.000)**	(242)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	12	**(6.388)**	(75.605)	**660**	(3.374)
Salários e encargos sociais	14	**(6.892)**	(10.057)	–	(627)
Impostos e contribuições	15	**253.508**	228.408	**23.400**	23.042
Juros pagos com partes relacionadas		–	–	**(1.489)**	–
Impostos pagos		**(245.665)**	(218.959)	**(22.513)**	(22.513)
Pagamento de processos judiciais e outros	16	**(55.749)**	(40.246)	**(141)**	(1.597)
Contas a pagar de partes relacionadas		**807**	(250)	**(1.251)**	875
Outros		**5.475**	1.832	**(2)**	19
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		**200.554**	60.625	**37.105**	40.919
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de ativo imobilizado, intangível e direitos de uso		**(80.479)**	(125.652)	**(5.048)**	(7.370)
Venda de imobilizado e intangível		**13.809**	12.274	**10.722**	2.236
Juros pagos na compra de participações		**(734)**	–	**(734)**	–
Obrigações por compra de participações, líquido		**(4.611)**	(17.939)	**(1.257)**	–
Aumento de capital social em controladas		–	–	**(36.000)**	(40.001)
Dividendos recebidos de controladas		–	–	**34.999**	42.999
Fluxos de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de investimentos		**(72.015)**	(131.317)	**2.682**	(2.136)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Amortização de passivo de arrendamento		**(61.596)**	(57.858)	**(2.422)**	(2.477)
Recebimento de mútuo entre partes relacionadas		–	–	–	17.834
Mútuos entre partes relacionadas líquidas		**(3.808)**	(13.949)	**(28.236)**	(58.741)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		**(65.404)**	(71.807)	**(30.658)**	(43.384)
Aumento (diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa		**63.135**	(142.499)	**9.129**	(4.601)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**188.498**	330.997	**7.034**	11.635
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**251.633**	188.498	**16.163**	7.034
Aumento (diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa		**63.135**	(142.499)	**9.129**	(4.601)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Informações sobre a Companhia: A Prosegur Serviços e Participações Societárias S.A. ("Companhia" ou "Grupo") *é holding* do Grupo Prosegur Brasil no que tange ao negócio de "*cash*". O Grupo exerce, primariamente, atividades de prestação de serviços de transporte de valores, logística, gestão de numerários e serviços de gerenciamento de caixa, como terceirização de cofres e serviços de segurança inteligente. Atualmente, o Grupo possui 170 filiais (174 em 2023) distribuídas em 26 Estados do Brasil e Distrito Federal, contando com um efetivo de 10.729 colaboradores (11.764 em 2023). **1.2. Combinação de negócios e incorporação de investimentos adquiridos:** 1.2.1. Aquisições feitas pela controladora: 1.2.1.1. *Harapay Holding Ltda.*: Em 8 de abril de 2022, a Companhia adquiriu 51% da Harapay Holding Ltda., que detém 100% da Harapay Instituição de Pagamentos S.A. A empresa oferece serviços de cofres, caixas eletrônicos (ATM), conta digital/White label e meios de pagamento (POS). O controle não foi adquirido pela Companhia, sendo compartilhado entre os acionistas. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou os resultados apurados da Harapay Holding Ltda, bem como as perspectivas de geração de caixa e recuperabilidade futura dos valores investidos e registrados na controladora ou transacionados nas coligadas, e concluiu que não são passíveis de realização devido a indícios de reestruturação e redução das atividades operacionais, inclusive de descontinuidade de determinadas linhas de negócios que não compõem o foco da Harapay em suas operações futuras. Sendo assim, optou por registrar as baixas e provisões de perdas por redução ao valor recuperável no resultado do exercício dos saldos dos intangíveis (carteira de clientes e ágio), assim como os valores a receber de empréstimos e créditos. Também foi constituída uma provisão para perda adicional em que a Administração entende existir uma probabilidade mais que possível de ocorrer. Além disto, como a dívida de compra da empresa estava vinculada a resultados futuros, a Companhia baixou o saldo a pagar desta aquisição. No exercício de 2024, foram constituídas provisões adicionais no montante de R$ 45.880, referentes a empréstimos realizados com a controladora no próprio ano. Além disso, foi complementada a provisão para perda de créditos a receber, com um acréscimo de R$ 124, totalizando R$ 1.922 ao considerar o saldo já existente em 2023. Por outro lado, foi revertida parte da provisão adicional para perda de investimentos, no valor de R$ 6.134, em função de revisões realizadas no período. Abaixo segue o detalhamento dos registros efetuados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Controladora:	**2024**	**2023**
Provisão para perda do fundo de comércio - ágio	–	(R$ 27.865)
Provisão para perda da carteira de clientes	–	(R$ 4.154)
Baixa de dívida por compra	–	R$ 15.575
Provisão adicional para perda de investimentos	R$ 6.134	(R$ 29.470)
Provisão para perdas de empréstimos a receber	(R$ 45.880)	(R$ 17.371)
Controlada - Prosegur Brasil S.A.		
Provisão perdas esperadas de créditos a receber	(R$ 124)	(R$ 1.798)
Total	**(R$ 39.870)**	**(R$ 65.083)**

1.2.1.2. Profácil Serviços Ltda.: Em 31 de julho de 2022, a controladora Prosegur Serviços e Participações e a controlada Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança Ltda constituíram a sociedade Profácil Serviços Ltda. As movimentações contábeis da Profácil Serviços Ltda começaram em 2023, sem impacto em 2022. Em 2024, a empresa continua operando e desenvolvendo suas atividades conforme o planejado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Elas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 23 de abril de 2025. Os detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente fundamentado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. *Incertezas sobre premissas e estimativas:* As informações sobre julgamentos e incertezas realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.6 e 3.7 - premissa sobre a mensuração da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida; • Nota explicativa 3.8- classificação de arrendamento mercantil; • Nota explicativa 5 - mensuração das perdas estimadas de crédito; • Nota explicativa 11 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade do fundo de comércio (ativo intangível com vida útil indefinida); • Nota explicativa 13 - premissas sobre a mensuração das taxas de desconto para mensuração de passivo de arrendamento; e • Nota explicativa 16 - i) reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e ii) reconhecimento e mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais. e) Pronunciamentos contábeis: *e.1) Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes:* As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:* Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. *IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:* Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. *Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:* Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. *Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:* Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para a Companhia. **3.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os custos amortizados e depósitos na data em que foram originados. Os demais ativos financeiros são reconhecidos quando ela se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere seus direitos ao recebimento em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial apenas quando há o direito legal de compensar os valores e exista a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos: caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas. Equivalentes de caixa: Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de, no máximo, três meses a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2. Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Suas baixas são realizadas quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: passivo de arrendamento, conta garantida, fornecedores, outras contas a pagar, obrigações por compra de participações e valores a pagar com partes relacionadas. **3.3. Base de consolidação e investimento em controladas:** As controladas do Grupo estão sediadas no Brasil e o percentual de participação é conforme demonstrado abaixo:

	Tipo de controle	Participação acionária % 31/12/2024	31/12/2023
Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança	Direto	**99,998**	99,998
Log Cred Tecnologia Comércio e Serviços Ltda.	Direto	**99,999**	99,999
Prosegur Digital Ltda	Direto	**99,999**	99,999
Prosegur Logística e Armazenamento Ltda.	Direto	**100,00**	100,00
Prosegur Pay Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.	Direto	**100,00**	100,00
Profácil Serviços Ltda	Direto	**99,900**	99,900
Harapay Holding Ltda.	Controle Conjunto	**51,00**	51,00

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas descritas na nota explicativa 3 e incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora Prosegur Serviços e Participações Societárias S.A. e das controladas sediadas no Brasil, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo método da equivalência patrimonial. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. **3.4. Capital social:** Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, excluído de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais: O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso não seja resgatável ou à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Conforme definido em estatuto, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo. **3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*):** i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Essa perda é reconhecida se ocorrer algum evento que tenha efeito negativo mensurável nos fluxos de caixa futuros projetados. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o atraso ou não pagamento por parte do devedor, a negociação de condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individual como no nível coletivo. Todos os ativos significativos são avaliados separadamente quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente, são avaliados coletivamente, com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Na avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração das condições econômicas e de crédito atuais. Uma redução do valor recuperável de um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos, através da reversão do desconto. Se houver um evento subsequente indicando reversão da perda, o montante indicado é registrado diretamente no resultado. ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, a saber: estoques, impostos diferidos, imobilizado, intangível e direitos de uso, são revisados anualmente quanto a sua recuperabilidade. Caso haja algum indicativo, um novo valor para o ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às mesmas e, se ainda houver perda remanescente, o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs é reduzido em uma base pro-rata em contrapartida do resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é passível de reversão. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada apresentação das demonstrações financeiras. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida quando existe mudança nas estimativas usadas e quando o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização e sem considerar a perda de valor reconhecida. **3.6. Imobilizado:** i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre valor de venda e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de Outras Receitas no resultado. O imobilizado em curso do Grupo é composto predominantemente por obras civis, reforma e aquisição de novos blindados, ampliação da rede de processamento de dados, ampliação e modernização de maquinários de tesouraria. ii) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para o Grupo e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado na medida em que incorridos. iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. Ela é reconhecida no resultado pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros gerados para a Companhia. Ativos arrendados são depreciados com base nas suas vidas úteis, considerando que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

11. INTANGÍVEL

Custo	Consolidado: Carteira de clientes (i)	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Desenv. de informática	Acordo não competitividade	Total
Saldos em 31/12/2022	905.210	524.044	55.739	6.027	23.306	1.514.326
Adições	3.474	–	77	8.960	–	12.511
Transferências	–	–	6.565	(6.565)	–	–
Baixas	(605)	–	–	(2)	–	(607)
Reversão (provisão) para desvalorização	(4.154)	(33.286)	–	–	–	(37.440)
Saldos em 31/12/2023	903.925	490.758	62.381	8.420	23.306	1.488.790
Adições	–	–	**7.304**	**5.868**	–	**13.172**
Transferências	–	–	–	–	–	–
Baixas	**(959)**	–	**(1.210)**	**(1.786)**	–	**(3.955)**
Reversão (provisão) para desvalorização	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2024	**902.966**	**490.758**	**68.475**	**12.502**	**23.306**	**1.498.007**
Amortização acumulada	**Carteira de clientes (i)**	**Fundo de comércio**	**Licença de uso de software**	**Desenv. de informática**	**Acordo não competitividade**	**Total**
Saldos em 31/12/2022	(563.705)	(6.414)	(44.163)	–	(13.819)	(628.101)
Amortização	(57.291)	–	(6.143)	–	(4.073)	(67.507)
Transferências	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2023	(620.996)	(6.414)	(50.306)	–	(17.892)	(695.608)
Amortização	**(54.887)**	–	**(5.127)**	–	**(2.912)**	**(62.926)**
Transferências	959	–	604	–	–	1.563
Saldos em 31/12/2024	**(674.924)**	**(6.414)**	**(54.829)**	–	**(20.804)**	**(756.971)**
Vida útil - ano	(i)	–	5	–	5	
Intangível líquido						
Saldos em 31/12/2023	282.929	484.344	12.075	8.420	5.414	793.182
Saldos em 31/12/2024	**228.042**	**484.344**	**13.646**	**12.502**	**2.502**	**741.036**

(i) A carteira de clientes é amortizada de acordo com o prazo estabelecido para cada aquisição, conforme indicado no relatório do PPA Purchase Price Alocation (Alocação do Preço de Compra).

Custo	Controladora: Carteira de clientes (i)	Licença de uso de software	Intangível em andamento	Total
Saldos em 31/12/2022	35.427	31	–	35.458
Adições	3.474	–	–	3.474
Transferências	–	–	–	–
Baixas	(605)	–	–	(605)
Reversão (provisão) para desvalorização	(4.154)	–	–	(4.154)
Saldos em 31/12/2023	**34.142**	**31**	–	**34.173**
Adições	–	–	**63**	**63**
Transferências	–	–	–	–
Baixas	**(959)**	–	–	**(959)**
Reversão (provisão) para desvalorização	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2024	**33.183**	**31**	**63**	**33.277**
Amortização acumulada	**Carteira de clientes (i)**	**Licença de uso de software**	**Intangível em andamento**	**Total**
Saldos em 31/12/2022	(15.268)	(3)	–	(15.271)
Amortização	(3.944)	(6)	–	(3.950)
Baixas	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2023	**(19.212)**	**(9)**	–	**(19.221)**
Amortização	**(3.322)**	**(6)**	–	**(3.328)**
Baixas	959	–	–	959
Saldos em 31/12/2024	**(21.575)**	**(15)**	–	**(21.590)**
Vida útil - ano	**(i)**	**5**	–	–
Intangível líquido				
Saldos em 31/12/2023	14.930	22	–	14.952
Saldos em 31/12/2024	**11.608**	**16**	**63**	**11.687**

(i) A carteira de clientes é amortizada de acordo com o prazo estabelecido para cada aquisição, conforme indicado no relatório do PPA Purchase Price Allocation (Alocação do Preço de Compra). Teste de redução ao valor recuperável do ágio (fundo de comércio): O teste de redução ao valor recuperável do ágio foi baseado no valor justo menos as despesas de vendas, determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontadas a valor presente. A Companhia avalia seus ativos quando há indicativos da não recuperação do valor contábil nas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que, de acordo com o CPC 01, é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. A Companhia determina como UGC o conjunto de ativos que suportam a operação da Companhia como um todo. Em 2023, a Companhia revisou os negócios e operações do Grupo para os próximos anos usando informações atualizadas e considerando o plano estratégico dentro do contexto do Grupo. Como resultado dessa análise a Companhia fez uma provisão para perda do Fundo de Comércio relacionado à combinação de negócios com a coligada Harapay Holding Ltda (adquirida em 2022), no montante de R$ 27.865, conforme detalhado na nota explicativa 1.2. Adicionalmente a Companhia também avaliou a viabilidade de recuperabilidade futura da controlada Prosegur Logística e Armazenamento Ltda e optou por provisionar a perda do Fundo de Comércio proveniente dessa controlada em R$ 5.421. Em 2024, não houve necessidade de realizar provisão adicional. Carteira de clientes: Em função das aquisições das carteiras de clientes realizadas Prosegur Brasil S.A. Transporte de Valores e Segurança das empresas Preserve Segurança e Transporte de Valores Ltda (adquirida em 2005), Transpev - Transporte de Valores e Segurança Ltda (adquirida em 2005), Norsergel Vigilância e Transporte de Valores S.A. (adquirida em 2009), Grupo Nordeste (adquirido em 2012), Transexcel Segurança e Transporte de Valores Ltda. (adquirida em 2018), Sacel Serviços de Vigilância e Transporte de Valores Eirelli (adquirida em 2019), Transfederal Transporte de Valores Ltda. (adquirida em 2019), Transvip - Transporte de Valores e Vigilância Patrimonial Ltda (adquirida em 2020), pelas as aquisições das carteiras de clientes realizadas Prosegur Serviços e Participações Societárias S.A. das empresas Depa Empreendimentos e Participações da Amazônia Ltda. (adquirida em 2019), Log Cred Tecnologia Comércio e Serviços Ltda. (adquirida em 2018) e Harapay Holding Ltda (adquirida em 2022) foram identificados ágios gerados nas compras e ativos intangíveis de combinação de negócios, com base em laudos elaborados por empresas independentes. Em 31 de dezembro de 2023 devido à incerteza quanto à capacidade de recuperação e a geração de caixa, a Administração decidiu provisionar a perda da carteira de clientes da Harapay Holding Ltda no valor de R$ 4.154 (conforme detalhado na nota explicativa 1.2). Em 2024, a Administração manteve essa provisão e não houve necessidade de realizar provisão adicional.

12. FORNECEDORES

	Consolidado 2024	2023	Controladora 2024	2023
Moeda local	**113.016**	115.724	**5.130**	4.566
Fornecedores risco sacado (i)	**6.627**	11.250	**478**	413
Moeda estrangeira	1.091	148	**156**	125
	120.734	127.122	**5.764**	5.104

(i) Saldo referente a operação de confirming ou "risco sacado". Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira, e em troca recebe antecipadamente esses recursos. A administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos, além de concluir que a Companhia não é impactada com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. A composição do contas a pagar com fornecedores, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	Consolidado 2024	2023	Controladora 2024	2023
A vencer	**77.971**	109.919	**4.512**	4.904
Vencidos				
0 a 30 dias	**34.633**	7.749	**1.167**	189
31 a 60 dias	**2.666**	2.720	**61**	11
61 a 90 dias	**143**	1.539	**24**	–
91 a 180 dias	**297**	17	–	–
Mais de 180 dias	**5.024**	5.178	–	–
	120.734	127.122	**5.764**	5.104

As informações sobre sua exposição para os riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 20.

13. DIREITOS DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A composição dos direitos de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Ativo	Consolidado 2024	2023	Controladora 2024	2023
Direito de uso - não circulante	**98.832**	93.257	**3.523**	5.384
	98.832	93.257	**3.523**	5.384
Passivo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo de arrendamento - circulante	**33.309**	37.701	**1.994**	1.826
Passivo de arrendamento - não circulante	**81.076**	78.252	**2.105**	4.100
	114.385	115.953	**4.099**	5.926

A composição dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações:

Custo	Consolidado	Controladora
Saldos em 31/12/2022	219.271	9.212
Adições	30.242	272
Baixas	(1.813)	–
Saldos em 31/12/2023	**247.700**	**9.484**
Adições	**52.298**	–
Baixas	**(24.545)**	–
Saldos em 31/12/2024	**275.453**	**9.484**
Amortização acumulada		
Saldos em 31/12/2022	(115.542)	(2.189)
Adições	(38.902)	(1.911)
Baixas	1	–
Saldos em 31/12/2023	**(154.443)**	**(4.100)**
Adições	**(35.358)**	**(1.861)**
Baixas	**13.180**	**–**
Saldos em 31/12/2024	**(176.621)**	**(5.961)**

A movimentação dos passivos de arrendamento:

Passivo	Consolidado	Controladora
Saldos em 31/12/2022	132.285	7.351
Adições	30.242	272
Baixas	(1.951)	–
Amortização	(57.719)	(2.477)
Resultado Financeiro	13.096	780
Saldos em 31/12/2023	**115.953**	**5.926**
Adições	**47.693**	–
Baixas	**(9.172)**	–
Amortização	**(52.424)**	**(2.422)**
Resultado Financeiro	**12.335**	**595**
Saldos em 31/12/2024	**114.385**	**4.099**

A duração média dos arrendamentos imobiliários é de 12 anos e para os veículos de 3 anos conforme a duração do contrato atual para cada ativo. A análise do vencimento contratual dos passivos de arrendamento, incluindo juros futuros a pagar, é a seguinte:

	Até 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivo de arrendamento	**16.890**	**16.419**	**31.368**	**43.412**	**6.296**	**114.385**

As taxas de desconto foram utilizadas para calcular o valor presente dos direitos de uso e passivos de arrendamento reconhecidos na data da primeira aplicação do CPC 06, sendo a média conforme segue:

		Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
2024	Taxa média de desconto	**12,01%**	**11,67%**	**11,60%**
2023	Taxa média de desconto	**13,50%**	**13,03%**	**12,72%**

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

O saldo de salários e encargos sociais é composto por:

	Consolidado 2024	2023	Controladora 2024	2023
Salários a pagar	**22.942**	25.355	–	–
Provisão de férias	**73.260**	74.390	–	–
FGTS e INSS a pagar	**21.052**	22.337	–	–
Provisão de bônus	**15.090**	16.026	–	–
Rescisões a pagar	**75**	79	–	–
Outros encargos e provisões a pagar	**2.946**	4.070	–	–
	135.365	142.257	–	–

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

O saldo de impostos e contribuições é composto por:

	Consolidado 2024	2023	Controladora 2024	2023
Circulante				
ICMS a recolher (i)	**88.164**	84.139	**6**	1
INSS previdenciário (i)	**47.609**	42.837	**60**	60
COFINS a recolher	**7.928**	8.636	–	851
ICMS da Base do IRPJ e CSLL (i)	**5.527**	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social	**4.370**	1.526	**2.623**	604
IRRF sobre a folha de pagamento	**5.926**	5.802	–	–
CIDE a recolher	**3.978**	4.568	**108**	237
ISS a recolher	**3.120**	3.287	**34**	36
PIS a recolher	**1.718**	1.875	–	184
Parcelamentos fiscais (ii)	**558**	5.886	–	–
Outros impostos	**1.363**	1.457	**40**	8
	170.261	160.013	**2.871**	1.981
Não circulante				
Parcelamentos fiscais (ii)	**874**	1.355	–	–
	874	1.355	–	–

(i) Refere-se a impostos não recolhidos pela Companhia dado que os mesmos se encontram atualmente em discussão judicial, o que tange à sua natureza e pagamento. O saldo é composto por ações que discutem (a) inclusão de algumas verbas na base de cálculo das contribuições previdenciárias; (b) a definição do sujeito ativo do imposto incidente sobre os serviços de transporte de valores intermunicipal em São Paulo, (c) INSS a pagar em discursão judicial em relação as verbas de salários maternidade e férias e (d) Exclusão ICMS na base do IRPJ e CSLL. (ii) Os saldos dos parcelamentos fiscais referem-se aos programas de recuperação fiscal para regularização de créditos, decorrentes de débitos de tributos federais, estaduais e municipais.

16. PROVISÕES

	Consolidado: Contingências (a) Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Benefícios a empregados (b)	Outras provisões (c)	Total
Saldos em 31/12/2022	320.699	40.240	118.686	35.721	10.855	526.201
Adições	34.611	5.359	42.083	24.475	5.940	112.468
Pagamentos	(174)	(2.829)	(36.907)	–	(336)	(40.246)
Reversões	(31.290)	(658)	(4.919)	–	(371)	(37.238)
Saldos em 31/12/2023	323.846	42.112	118.943	60.196	16.088	561.185
Adições	18.237	8.484	54.802	–	6.356	87.879
Pagamentos	(1.952)	(8.703)	(43.138)	–	(900)	(54.693)
Reversões	(25.338)	(2.779)	(5.831)	(17.037)	(7.325)	(58.310)
Saldos em 31/12/2024	**314.793**	**39.114**	**124.776**	**43.159**	**14.219**	**536.061**
Em 31 de dezembro de 2023						
Circulante	–	–	–	–	16.088	16.088
Não circulante	323.846	42.112	118.943	60.196	–	545.097
Em 31 de dezembro de 2024						
Circulante	–	–	–	–	**14.219**	**14.219**
Não circulante	**314.793**	**39.114**	**124.776**	**43.159**	–	**521.842**

	Controladora: Contingências (a) Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Benefícios a empregados	Total
Saldos em 31/12/2022	26	–	1.800	106	1.932
Adições	148	–	1.449	30	1.627
Pagamentos	(148)	–	(1.449)	–	(1.597)
Reversões	–	–	(1.800)	–	(1.800)
Saldos em 31/12/2023	26	–	–	136	162
Adições	–	**11**	**149**	–	**160**
Pagamentos	–	**(11)**	**(125)**	–	**(136)**
Reversões	–	–	–	**(26)**	**(26)**
Saldos em 31/12/2024	**26**	–	**24**	**110**	**160**
Em 31 de dezembro de 2023					
Circulante	–	–	–	–	–
Não circulante	26	–	–	136	162
Em 31 de dezembro de 2024					
Circulante	–	–	–	–	–
Não circulante	**26**	–	**24**	**110**	**160**

a) Provisão para contingências: As provisões relacionadas a processos judiciais destinam-se a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento nas esferas administrativas e jurídicas. Com base na opinião de seus assessores legais e advogados internos, a Companhia utiliza o prognóstico de perda como referência e provisiona os montantes prováveis de desembolso. O Grupo tem ações de naturezas tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R$ 325.122 (R$ 327.616 em 2023), para as quais não há provisão constituída. A seguir, estão demonstradas as causas possíveis mais relevantes em 31 de dezembro de 2024: (i) Tributárias: Impossibilidade de aplicação de IRRF na forma do artigo 61 da Lei 8.981/95 no valor de R$ 75.751; Contribuições previdenciárias próprias e de terceiros no valor de R$ 165.929 demais ações de natureza tributárias R$ 83.442. A seguir, estão demonstradas as causas provisionadas mais relevantes em 31 de dezembro de 2024: (i) Tributárias: Exigência de débitos previdenciários devidos de R$ 202.348; exigência de COFINS devido de R$ 22.864. Outras ações de natureza tributárias totalizam R$ 89.581. (ii) Trabalhista: Processos de ações sindicais coletivas totalizando R$ 31.496; outras ações trabalhistas somando R$ 93.280. (iii) Cíveis: Ações de cobrança e reparação de danos morais e materiais, somando R$ 27.726; e ações cíveis públicas questionando jornada de trabalho e aprendiz, totalizando R$ 11.388. b) Benefícios a empregados: Conforme política contábil mencionada nas notas explicativas 3.14, o Grupo não possui plano de benefícios previdenciários e apenas concede plano de assistência médica decorrente da Lei nº 9.656 de 03/06/1998.

Movimentação do valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido

	Consolidado: Obrigações por benefício definido 2024	2023	Valor líquido do passivo (ativo) 2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	**60.196**	35.721	**60.196**	35.721
Incluídos no resultado				
Custos do serviço corrente	**431**	353	**431**	353
Despesa (receita) de juros	5.698	3.478	**5.698**	3.478
	66.325	39.552	**66.325**	39.552
Incluídos em ORA				
Perdas (ganhos) de remensuração:				
- Premissas financeiras	**(17.283)**	7.574	**(17.283)**	7.574
- Ajustes pela experiência	**(4.485)**	13.070	**(4.485)**	13.070
- Transferência de funcionários	**(341)**	–	**(341)**	–
	(22.109)	20.644	**(22.109)**	20.644
Outros				
Benefícios pagos	**(1.056)**	–	**(1.056)**	–
	(1.056)	–	**(1.056)**	–
Saldos em 31 de dezembro	**43.160**	60.196	**43.160**	60.196
Segregação da obrigação:				
- Ativos e autopatrocinados	**5.454**	5.751	**5.454**	5.751
- Aposentados e pensionistas	**37.706**	54.445	**37.706**	54.445
	43.160	60.196	**43.160**	60.196

	Controladora: Obrigações por benefício definido 2024	2023	Valor líquido do passivo (ativo) 2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	**136**	106	**136**	106
Incluídos no resultado				
Despesa (receita) de juros	**13**	10	**13**	10
	149	116	**149**	116
Incluídos em ORA				
Perdas (ganhos) de remensuração:				
- Premissas financeiras	**(27)**	11	**(27)**	11
- Ajustes pela experiência	**(7)**	9	**(7)**	9
	(34)	20	**(34)**	20
Outros				
Benefícios pagos	**(5)**	–	**(5)**	–
	(5)	–	**(5)**	–
Saldos em 31 de dezembro	**110**	136	**110**	136
Segregação da obrigação:				
- Ativos e autopatrocinados	**110**	136	**110**	136
- Aposentados e pensionistas	**–**	–	**–**	–
	110	136	**110**	136

i) *Premissas atuariais:* As premissas atuariais utilizadas na data do relatório foram (em média ponderada):

	2024	2023
Taxa de desconto	**7,44%**	5,49%
Taxa de inflação de longo prazo	**3,89% a.a**	3,85% a.a
Taxa de tendência dos custos médicos	**4,75% a.a**	4,75% a.a

ii) *Análise de sensibilidade:* Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, poderiam afetar a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado: Obrigações de benefício definido		Controladora: Obrigações de benefício definido	
31 de dezembro de 2024	**Aumento**	**Redução**	**Aumento**	**Redução**
Taxa de desconto [+ (-) 0,5%]	**39.888**	**46.830**	**104**	**116**
Taxa de inflação de longo prazo [+ (-) 0,5%]	**43.160**	**43.160**	**110**	**110**
Taxa de tendência dos custos médicos [+ (-) 0,5%]	**46.810**	**39.880**	**116**	**104**
Efeitos sobre a mortalidade futura [+ (-) 1 ano]	**41.067**	**45.294**	**105**	**115**

	Consolidado: Obrigações de benefício definido		Controladora: Obrigações de benefício definido	
31 de dezembro de 2023	**Aumento**	**Redução**	**Aumento**	**Redução**
Taxa de desconto [+ (-) 0,5%]	32.731	39.108	99	113
Taxa de inflação de longo prazo [+ (-) 0,5%]	35.721	35.721	106	106
Taxa de tendência dos custos médicos [+ (-) 0,5%]	39.059	32.749	113	99
Efeitos sobre a mortalidade futura [+ (-) 1 ano]	37.563	33.922	110	101

c) Outras provisões: Referem-se a provisões para riscos em falhas na operação de transporte de valor ou vigilância ativa e provisão para success fee.

17. OBRIGAÇÕES POR COMPRA DE PARTICIPAÇÕES

Neste grupo estão registradas as parcelas vincendas decorrentes dos contratos de aquisição das seguintes empresas: Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (adquirida em 2011), Grupo Nordeste (adquirida em 2012), Transexcel Segurança e Transporte de Valores Ltda (adquirida em 2018), Transfederal Transporte de Valores Ltda (adquiridas em 2019) e Transvip Transporte de Valores e Vigilância Patrimonial Ltda. (adquirida em 2020). Na controladora, as parcelas vincendas são dos contratos de aquisição da empresa Log Cred Tecnologia Comércio e Serviços Ltda (adquirida em 2018). O montante devido pela aquisição da Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. é atualizado pela taxa equivalente a variação de 102% do CDI. Por sua vez, os saldos em aberto com os antigos proprietários da Transexcel, Transfederal, Transvip e Grupo Nordeste são atualizados pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI. A Transvip é atualizada pela taxa equivalente à variação da Libor de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou a baixa da dívida que a Controladora mantinha com Harapay. Esta decisão foi tomada porque a dívida estava vinculada a resultados futuros, conforme detalhado na nota explicativa 1.2. O montante da dívida baixada foi de R$ 15.575.

	Consolidado 2024	2023	Controladora 2024	2023
Grupo Nordeste	**13.635**	20.926	–	–
Transvip Transportes de Vigilância Patrimonial Ltda.	**31.578**	25.339	–	–
Transexcel Segurança e Transporte de Valores Ltda.	**8**	7	–	–
Log Cred Tecnologia Comércio e Serviços Ltda.	**794**	2.901	**794**	2.901
Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	**1.201**	1.081	–	–
Transfederal Transporte de Valores Ltda.	**605**	546	–	–
	47.821	50.800	**794**	2.901
Circulante	**47.821**	25.461	**794**	2.901
Não circulante	**–**	25.339	–	–

As parcelas possuem os seguintes vencimentos:

	2024	2023	2024	2023
2024 (i)	**16.243**	25.461	**794**	2.901
2025	**31.578**	25.339	–	–
	47.821	50.800	**794**	2.901

(i) Dívida em aberto, devido à retenção de valores relacionados a processos contenciosos em curso, conforme cláusulas contratuais firmadas no ato da venda.

18. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTE

	2024	2023
Multas de trânsito a pagar	**42.196**	39.054

O saldo de multas de trânsito a pagar tem origem nas aquisições das empresas Transvip Transporte de Valores e Vigilância Patrimonial Ltda. (adquirida em 2020) e Transkank do Grupo Nordeste (adquirida em 2012). Essas multas são atualizadas com base em diferentes taxas de referência: (i) para a empresa Transvip, a atualização é feita pela taxa equivalente à variação da Libor de 30 dias; (ii) já para a empresa Transbank, a atualização ocorre pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI. Durante o ano de 2024 houve um acréscimo de R$ 3.142 referente à atualização monetária (R$ 3.337 em 2023).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 606.722 (R$ 606.722 em 2023) era composto de ações nominativas e com valor nominal de R$ 20,86 (em Reais), conforme segue:

	Quantidade de ações (em unidades)			
Acionistas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total (em milhares)**	**% Partic.**
Juncadella Prosegur Internacional S.A.	8.679.296	2.886.739	241.235	39,76%
Prosegur Cash S.A	13.149.732	4.373.604	365.487	60,24%
	21.829.028	**7.260.343**	**606.722**	**100,00%**

b) Reserva de capital: As reservas de capital são constituídas por valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço do seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço dela em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, que se refere a transações de capital com os sócios. c) Reserva de lucros: *Reserva legal:* A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76. *Lucros retidos:* O saldo acumulado dos lucros gerados até o exercício de 2024 é no montante de R$ 459.793 (R$ 430.999 em 2023), que permanece à disposição dos acionistas para deliberação em Assembleia Geral Ordinária. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Exercício de 2024: O resultado do exercício foi positivo em R$ 30.309 e não houve a distribuição de lucros sobre o montante retido acumulado de anos anteriores. e) Outros resultados abrangentes: Nesta rubrica estão registrados os resultados abrangentes referentes à mensuração do passivo de benefício definido. Anualmente sua atualização é realizada por atuários especializados.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão geral: O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Estrutura do gerenciamento de risco: A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo, sendo seus Diretores responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas relacionadas ao assunto. As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos inerentes ao negócio, para definir controles de riscos apropriados, limitando-se ao seu respectivo monitoramento e aderência. *Risco de crédito:* A política de vendas do Grupo está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. *Risco de liquidez:* É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamentos destes. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Tesouraria. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Fornecedores e outras contas a pagar". *Risco de mercado:* O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia não opera com Instrumentos Financeiros derivativos. *Gestão de capital:* A Administração monitora o resultado realizado, em relação aos retornos esperados para cada linha de negócio, a fim de manter uma sólida base de capital que traga segurança a controladora, credores e garantir o desenvolvimento futuro do negócio. *Risco operacional:* Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a operação do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais desta natureza é atribuída à alta Administração. Seu objetivo é evitar a ocorrência de fatos que causem prejuízos financeiros, danos à reputação do Grupo e buscar otimização dos custos. As principais ações para mitigar tais riscos são: • Segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Estabelecimento de procedimentos para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento das exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratá-los; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. a) Riscos de crédito: *Exposição a riscos de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Custo amortizado	2024	2023
Caixa e bancos conta movimento	**251.633**	188.498
Clientes	**241.180**	256.930
Valores a receber de partes relacionadas	**290.362**	272.885
	783.175	718.313

b) Risco de liquidez: As exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo juros estimados e líquido de eventuais negociações são:

Passivo financeiro não derivativo	2024	2023
Fornecedores	**120.734**	127.122
Passivo de arrendamento	**114.385**	115.953
Obrigações por compra de participações	**47.821**	50.800
Valores a pagar a partes relacionadas	**49.313**	46.340
	332.253	340.215

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros da data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação, apresentados pelo valor contábil e fluxo de caixa não descontado.

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Fornecedores	**120.734**	**42.763**	**77.971**	–	–
Passivos por arrendamento	**114.385**	**5.630**	**27.679**	**31.368**	**49.708**
Obrigações por compra de participações	**47.821**	**16.243**	–	**31.578**	–
Partes relacionadas	**49.313**	–	–	**49.313**	–
Saldos em 31/12/2024	**332.253**	**64.636**	**105.650**	**112.259**	**49.708**

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam variar significantemente das estimativas realizadas. Os prazos de vencimentos dos passivos financeiros encontram-se apresentados nas respectivas notas explicativas, a saber: Fornecedores (nota nº 12), Passivo de arrendamento (nota nº 13), Obrigações por compra de participações (nota nº 17), Partes relacionadas (nota nº 26). c) Risco de mercado: *Risco de taxa de juros:* Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros com taxas praticadas no mercado era:

Ativos financeiros	2024	2023
Aplicações financeiras	**200.498**	67.616
Passivos financeiros		
Passivos de arrendamento	**114.385**	115.953
Obrigações por compra de participações	**47.821**	50.800

A política de gestão de risco do Grupo Prosegur, do qual a Companhia faz parte, visa minimizar os riscos que possam afetar significativamente os índices financeiros. Para tanto, adotamos taxas de juros pré-fixadas para atender às necessidades de passivo, enquanto, para os ativos, adotamos taxas de juros variáveis, com o objetivo de aproveitar as oportunidades de mercado aumentando os ganhos financeiros.

Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía exposição cambial ao Euro, USD e ao ARS em consequência de transações com partes relacionadas e fornecedores.

A exposição é conforme segue:

| | 31/12/2024 R$ | Euro | USD | ARS | 31/12/2023 R

BRK AMBIENTAL – PROJETOS AMBIENTAIS S.A.

CNPJ Nº 21.384.741/0001-93

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Controladora		Consolidado	
Circulante	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	510	1.440	431.581	323.320
Contas a receber, líquidas (Nota 6)			382.272	283.565
Adiantamentos a fornecedores			59	3.062
Tributos a recuperar	166	295	26.366	28.122
Estoques			14.935	17.863
Despesas antecipadas	5		4.284	3.731
Dividendos a receber (Nota 7 (c))	78.916	58.716		
Outros ativos			2.003	954
	79.597	60.451	861.500	660.617
Não circulante				
Contas a receber, líquidas (Nota 6)			2.884.272	2.629.418
Fundos restritos			81.226	70.481
Tributos a recuperar			27.118	48.506
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16 (a))			37.015	26.239
Depósitos judiciais	10	10	15.538	12.498
Despesas antecipadas	18		2.056	191
Outros ativos			18	
	28	10	3.047.243	2.787.333
Investimentos em controladas (Nota 7 (b))	973.078	923.046		
Imobilizado			15.508	13.928
Ativos de contrato (Nota 8)			211.900	532.249
Ativo de direito de uso (Nota 9)			60.384	27.209
Intangível (Nota 10)			2.092.688	1.738.189
	973.106	923.056	5.427.723	5.098.908
Total do ativo	1.052.703	983.507	6.289.223	5.759.525

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
Circulante	2024	2023	2024	2023
Fornecedores (Nota 11)	3	3	55.848	52.367
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)			130.815	112.167
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)			20.464	16.592
Debêntures (Nota 12.3)			28.083	1.851
Salários e encargos sociais			25.574	26.314
Tributos a pagar	1.302	1.304	8.647	6.285
PIS e COFINS diferidos			16.147	14.668
Obrigações com o poder concedente (Nota 13)			32.978	15.723
Partes relacionadas (Nota 17)			90.252	40.792
Dividendos a pagar (Nota 14)	15.744	13.808	23.951	19.923
Outros passivos			4.899	3.462
	17.049	15.115	437.658	310.144
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)			2.622.280	2.543.837
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)			43.187	15.376
Debêntures (Nota 12.3)			370.927	73.850
Partes relacionadas (Nota 17)	9.814	9.809	886.745	1.032.886
PIS e COFINS diferidos			264.677	241.575
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16 (a))			284.237	235.973
Obrigações com o poder concedente (Nota 13)			213.730	208.437
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 18)	42.500	17.000	42.500	17.000
Dividendos a pagar (Nota 14)	277.063	258.405	277.063	258.405
Provisões para riscos (Nota 15)	2	2	8.474	7.438
Benefícios a empregados (Nota 19)			4.258	3.978
Outros passivos			189	
	329.379	285.216	5.018.267	4.638.755
Patrimônio líquido (Nota 20)				
Capital social	668.384	651.384	668.384	651.384
Reserva de lucros	80.064	74.375	80.064	74.375
Ajuste de avaliação patrimonial	(42.173)	(42.583)	(42.173)	(42.583)
Participação dos não controladores			127.023	127.450
	706.275	683.176	833.298	810.626
Total do passivo e patrimônio líquido	1.052.703	983.507	6.289.223	5.759.525

Demonstrações dos resultados

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida de serviços (Nota 21 (a))			1.222.746	1.460.523
Custos dos serviços prestados (Nota 21 (b))			(669.111)	(950.835)
Lucro bruto			553.635	509.688
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas (Nota 21 (b))	(433)	(392)	(108.972)	(129.497)
Perdas de créditos esperadas (Nota 21 (b))			(3.091)	(15)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 21 (b))		(3.329)	4.652	3.309
Equivalência patrimonial (Nota 7 (b))	69.822	61.423		
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	69.389	57.702	446.224	383.485
Resultado financeiro (Nota 21 (c))				
Receitas financeiras	107	450	32.872	27.598
Despesas financeiras	(2)	(1)	(370.895)	(332.024)
Resultado financeiro, líquido	105	449	(338.023)	(304.426)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.494	58.151	108.201	79.059
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 16 (b))	(10)	(11)	(76)	(2.844)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16 (b))			(37.175)	(25.463)
Lucro do exercício	69.484	58.140	70.950	50.752
Atribuível aos				
Acionistas da Companhia			69.484	58.140
Participação dos não controladores			1.466	(7.388)
			70.950	50.752
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação) (Nota 20 (e))			0,6396	0,8763

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro do exercício	69.484	58.140	70.950	50.752
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado (Nota 20 (f))				
Obrigações com benefícios pós-emprego controladas	621	(202)	621	(202)
Efeito fiscal controladas	(211)	68	(211)	68
Obrigações com benefícios pós-emprego não controladores			301	4
Efeito fiscal não controladores			(102)	(1)
	410	(134)	609	(131)
Total do resultado abrangente do exercício	69.894	58.006	71.559	50.621
Atribuível aos				
Acionistas da Companhia			69.894	58.006
Participação dos não controladores			1.665	(7.385)
			71.559	50.621

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Atribuíveis aos acionistas da controladora							
		Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2023	417.570	24.176	5.867		(42.449)	405.164	63.789	468.953
Resultado do exercício								
Lucro (prejuízo) do exercício				58.140		58.140	(7.388)	50.752
Outros resultados abrangentes								
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 20 (f))					(134)	(134)	3	(131)
Total do resultado abrangente do exercício				58.140	(134)	58.006	(7.385)	50.621
Transação de capital com sócios:								
Aumento de capital	330.390					330.390		330.390
Redução de capital	(96.576)					(96.576)		(96.576)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 20 (d))				(13.808)		(13.808)		(13.808)
Constituição de reservas (Nota 20 (b) e (c))		2.907	41.425	(44.332)				
Outras transações com não controladores							71.046	71.046
Em 31 de dezembro de 2023	651.384	27.083	47.292		(42.583)	683.176	127.450	810.626
Resultado do exercício								
Lucro do exercício				69.484		69.484	1.466	70.950
Outros resultados abrangentes								
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 20 (f))					410	410	199	609
Total do resultado abrangente do exercício				69.484	410	69.894	1.665	71.559
Transação de capital com sócios:								
Aumento de capital (Nota 20 (a))	17.000					17.000		17.000
Dividendos mínimos intermediários (Nota 20 (d))			(47.292)	(758)		(48.050)		(48.050)
Constituição de reservas (Nota 20 (b) e (c))		3.474	49.507	(52.981)				
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 20 (d))				(15.745)		(15.745)		(15.745)
Outras transações com não controladores							(2.092)	(2.092)
Em 31 de dezembro de 2024	668.384	30.557	49.507		(42.173)	706.275	127.023	833.298

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.494	58.151	108.201	79.059
Ajustes				
Depreciação e amortização			115.689	84.433
Amortização do ativo de direito de uso			20.067	20.555
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			81	175
Valor residual do ativo de direito de uso baixados			(1.059)	(230)
Equivalência patrimonial	(69.822)	(61.423)		
Perdas de créditos esperadas			3.091	16
Provisões para riscos			4.896	11.684
Rendimento de fundos restritos			(7.676)	(8.711)
Margem de lucro de construção			(7.629)	(13.977)
Benefícios a empregados			866	613
Ajuste a valor presente			13.408	12.499
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas			327.574	292.978
Outros ajustes		3.329		6
	(328)	57	577.509	479.100
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber			(301.295)	(240.258)
Adiantamentos a fornecedores			3.003	1.337
Tributos a recuperar	129	276	23.144	(3.652)
Estoques			2.928	(2.646)
Dividendos recebidos		4.000		
Depósitos judiciais			(3.040)	(405)
Despesas antecipadas	(23)		(2.418)	(798)
Outros ativos			(1.067)	541
Fornecedores		(1)	(1.703)	8.629
Salários e encargos sociais			(740)	(2.737)
Tributos a pagar	(8)	(9)	(9.153)	4.004
PIS e COFINS diferidos			4.553	2.399
Obrigações com o poder concedente				(15.429)
Provisões para riscos			(3.860)	(8.169)
Parte relacionadas	5	21	60.382	76.815
Outros passivos			1.627	2.513
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(225)	4.344	349.870	301.244
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5)	(12)	(270)	(3.187)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(230)	4.332	349.600	298.057
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Fundos restritos			(3.069)	3.635
Aumento de capital em controladas		(5.207)		
Adições ao imobilizado			(4.316)	(2.663)
Adições aos ativos de contrato e intangível			(111.552)	(319.838)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(5.207)	(118.937)	(318.866)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(43.200)	(15.524)	(43.200)	(15.524)
Ingressos de empréstimos e financiamentos			180.996	721.091
Custo de transação sobre empréstimos e financiamentos				(815)
Amortizações de empréstimos e financiamentos			(97.234)	(78.240)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos			(227.387)	(203.629)
Ingressos de debêntures			300.000	
Custo de transação sobre ingressos de debentures			(4.575)	
Amortizações das debêntures				(171.179)
Juros pagos de debêntures			(9.780)	(38.199)
Amortizações de passivo de arrendamento			(29.429)	(27.843)
Adiantamento para futuro aumento de capital	42.500	17.000	42.500	17.000
Partes relacionadas			(234.293)	(71.627)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(700)	1.476	(122.402)	131.035
Caixa proveniente de empresas incluídas na consolidação				(106.851)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(930)	601	108.261	3.375
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.440	839	323.320	319.945
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	510	1.440	431.581	323.320

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. ("Companhia") foi constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de investir e operar projetos ambientais no segmento de Água e Esgoto, através de concessões e demais modalidades de contratação envolvendo a Administração e o Poder Público. A Companhia tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco no segmento de Água e Esgoto, através de suas controladas diretas, por meio de contratos de concessões públicas, parceria público-privadas e prestação de serviços. A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 14.401, Torre – Paineira, 7º andar – Vila Gertrudes – São Paulo - SP. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas são parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo a Companhia controlada direta e suas controladas indiretas da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de abril de 2025. **(a) Concessões públicas de Água e Esgoto**

Empresa	Objeto do contrato	Ano inicial - final	Poder concedente (cliente)	Outorga	Índice base de reajuste anual de preços
BRK Ambiental – Macaé S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2012 - 2047	Município de Macaé - RJ	Não	IGPM
BRK Ambiental – Região Metropolitana do Recife/ Goiana SPE S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2013 - 2048	Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA	Não	IPCA
BRK Ambiental – Goiás S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2013 - 2041	Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO	Fixa	Fórmula paramétrica

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia operava os serviços de saneamento de esgoto em 3 estados, distribuídos por todas as regiões do país. São 2 concessões, 1 Parceria Público-Privada ("PPP") com contratos de longo prazo em diferentes estágios: desenvolvimento, investimento e maturidade. Em todas as concessões, as concessionárias têm o direito pleno de utilizar os ativos concedidos ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, são responsáveis por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas nos contratos de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em cada contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. Os investimentos são remunerados pelo Poder Concedente através de contraprestações mensais ou por intermédio de tarifa paga diretamente pelos usuários. Às concessionárias é requerido que sejam realizadas manutenções periódicas como manutenção em redes, preventiva e corretiva dos ativos. Estas manutenções também são remuneradas através de contraprestações mensais ou por intermédio de tarifa paga diretamente dos usuários. **1.1. Outras informações. (a) Programa SOX:** A Companhia e suas controladas, sendo uma controlada indireta da Brookfield *Business Corporation*, uma companhia pública com registro na SEC – *Securities and Exchange Commission*, segue as diretrizes de controles internos do seu acionista controlador, o qual segue a Seção 404 da Lei Norte-Americana *Sarbanes-Oxley* ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, com efeito material relacionada às informações financeiras arquivadas na SEC pelo seu acionista controlador. A exigência de conformidade com a Seção 404 da SOX se aplica exclusivamente ao acionista controlador. **(b) Programa de Compliance:** A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia e suas controladas, estão comprometidas em realizar as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o total cumprimento das legislações e regulamentações aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de *Compliance* que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de seus funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e de integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados. A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Em termos de governança e *compliance*, a BRK Ambiental e suas controladas também são certificadas pela ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno e anticorrupção. Renovamos o certificado até 2027 e aderimos ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, uma iniciativa da Controladoria Geral da União ("CGU"), com a qual reafirmamos publicamente nosso compromisso com a integridade em todos os aspectos da nossa atuação. **(c) ESG: Impacto ambiental, social e práticas de governança:** Em 2024, a BRK Ambiental reavaliou seu programa de sustentabilidade através do ESG Risk Rating da *Sustainalytics*, que classificou seu risco como baixo, obtendo (13.0) como resultado. O *rating* avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 16 mil empresas no mundo passaram por esse processo. A BRK Ambiental atualmente é a melhor das Américas e a terceira melhor no mundo entre empresas de saneamento, no ESG Risk Rating da *Sustainalytics*, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas. Com a manutenção, ao longo de 2024, da classificação de risco baixo, a BRK foi reconhecida pela *Sustainalytics* com os selos *Industry top rated* e *regional top rated*. **(d) Autoprodução de energia elétrica:** Em 20 de fevereiro de 2024, a controlada BRK Ambiental – Goiás S.A. ("Goiás") e a São Mamede III Geração Solar Energia Ltda ("Elera") celebraram um acordo para a constituição de um consórcio de autoprodução de energia através de uma central de painéis solares, localizada na cidade de Janaúba em Minas Gerais, que fornecerá energia para estas controladas, conforme estabelecido no contrato de consórcio. Nesta mesma data foi assinado o contrato de consórcio junto a tal controlada, no qual fica estabelecido que a Elera será a Consorciada Líder. As controladas deterão parte da geração de energia a ser utilizadas em suas operações, enquanto a Consorciada Líder será aquela responsável pela operacionalização da central de energia, onde está previsto uma capacidade instalada de 48,118 MWac, geração certificada média estimada P50 de 16,15 Mw médios e início de operação previsto para o exercício de 2025. Em 9 de dezembro de 2024, as controladas BRK Ambiental – Macaé S.A. ("Macaé") e BRK Ambiental – Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A. ("RMR") e Assuruá 4 e 5 Holding Energia S.A ("Assuruá 4 e 5 Holding"), Serena Geração S.A. ("Serena Geração") e Assuruá 5 II Energia S.A. ("SPE Assuruá 5 II") celebraram um acordo para a constituição de um consórcio de autoprodução de energia através de uma central geradora eólica, localizada na cidade de Xique-Xique no estado da Bahia, que fornecerá energia para estas controladas, conforme estabelecido no contrato de consórcio. Nesta mesma data foi assinado o contrato de consórcio junto as tais controladas denominado Grupo Serena, no qual fica estabelecido que a Assuruá 4 e 5 Holding será a Consorciada Líder. As controladas deterão parte da geração de energia a ser utilizadas em suas operações, enquanto a Consorciada Líder será aquela responsável pela operacionalização da central de energia, onde está previsto uma capacidade instalada de 46,400 MWac, geração certificada média estimada P50 de 12,64 Mw médios, o período do consórcio tem início em 1 de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2039. **(e) Revisão tarifária extraordinária:** A Companhia de Saneamento de Goiás S.A. ("Saneago") emitiu, em 26 de novembro de 2024, a Nota Técnica 2216/2024 reconhecendo o direito da controlada Goiás à revisão extraordinária pleiteada, que teve como objetivo a recomposição da receita e da Taxa Interna de Retorno do Contrato de Subdelegação de Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário e Serviços Complementares. O processo foi analisado e homologado pela Agência Reguladora competente e a Saneago efetuará o pagamento de R$ 60.800 a controlada Goiás no decorrer de 2025. **2 Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia e suas controladas no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. As demonstrações financeiras para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas no curso normal dos negócios, no pressuposto de sua continuidade operacional e na manutenção do compromisso formal de suporte financeira dos acionistas controladores. A Administração não identificou incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Consolidação. (a) Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias:

	Local de constituição e operação	Negócio	Quantidade de ações 2024	Quantidade de ações 2023	Participação no capital social (%) 2024	Participação no capital social (%) 2023
Macaé	Brasil (RJ)	Concessão esgoto	126.473.537	126.473.537	100,00	100,00
RMR	Brasil (PE)	Concessão esgoto	50.888.874	50.888.874	90,62	90,62
Goiás	Brasil (GO)	Concessão esgoto	110.959.080	110.959.080	65,64	65,64

(b) Controladas: Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("*impairment*") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, o resultado das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **(c) Transações com participações de não controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores que não resultem em perda de controle são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **(d) Perda de controle em controladas:** Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Se as restrições contratuais sobre o uso de caixa corresponderem a um período superior a 12 meses, são classificados como não circulantes no balanço patrimonial. **2.4 Fundos restritos:** Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). **2.5 Contas a receber e perdas de créditos esperadas:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, Nota 3 (f). Os direitos a faturar de clientes são assim classificados: **(a) Contratos de concessão (Ativo financeiro):** São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção. A controlada RMR possui esse direito, razão pela qual, à medida que executa as construções e melhorias, reconhece um ativo financeiro. **(b) Contratos de concessão (Intangível):** As controladas registram as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **2.6 Estoques**: Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. **2.7 Ativos financeiros e não financeiros. 2.7.1 Classificação:** A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, avaliados sob as categorias de mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. Atualmente a Companhia e suas controladas apresentam todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado, Nota 4.4. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.7.2 Reconhecimento e mensuração**: Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. **2.7.3** ***Impairment*** **de ativos financeiros e não financeiros. (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia e suas controladas avaliam anualmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A análise é realizada individualmente por cada ativo financeiro, considerando diferentes premissas financeiras e de negócios para avaliar se há ou não indício de *impairment*. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **2.8 Ativos de contrato:** O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. **2.9 Intangíveis. (a) Sistema de água e esgoto:** As controladas reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas controladas, reconhecido conforme Nota 2.19 (b), e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa até o final da concessão, reconhecido conforme Nota 2.19 (c). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelas controladas (Nota 3 (e)). A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **(b) Direito de concessão**: O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível (Nota 10), as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e suas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. **(c)** ***Softwares:*** As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **(d) Capitalização de juros e encargos financeiros:** Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Em relação a outorga quando a Companhia capta dívida para efetuar o pagamento desta os juros são capitalizados conforme o percentual da parcela da outorga relacionada à infraestrutura a ser construída. No caso do pagamento ao Poder Concedente referente a outorga seja de longo prazo é calculado o ajuste a valor presente. A parcela do ajuste a valor presente referente aos investimentos ainda não realizados são capitalizados como parte do custo do ativo intangível em construção, e a parcela referente à infraestrutura em operação é destinada às despesas financeiras no resultado de cada período. **2.10 Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda

Continuação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 da BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. e Controladas

conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e obrigações com o Poder Concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de créditos esperadas e Ajuste a Valor Presente ("AVP"), estejam próximos de seus valores justos. Os financiamentos de longo prazo, contratados junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") e BTG Pactual ("BTG"), possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço. As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia e suas controladas, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os instrumentos financeiros apresentados, estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo, que correspondem a aplicações financeiras, empréstimo e financiamentos e debêntures. **4.4 Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
Ativos financeiros pelo custo amortizado	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	510	510	1.440	1.440	431.581	431.581	323.320	323.320
Fundos restritos					81.226	81.226	70.481	70.481
Contas a receber, líquidas (Nota 6)					3.266.544	3.266.544	2.912.983	2.912.983
Depósitos judiciais	10	10	10	10	15.538	15.538	12.498	12.498
	520	520	1.450	1.450	3.794.889	3.794.889	3.319.282	3.319.282
Passivos financeiros pelo custo amortizado								
Fornecedores (Nota 11)	(3)	(3)	(3)	(3)	(55.848)	(55.848)	(52.367)	(52.367)
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)					(2.753.095)	(2.753.095)	(2.656.004)	(2.656.004)
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)					(63.651)	(63.651)	(31.968)	(31.968)
Debêntures (Nota 12.3)					(399.010)	(396.395)	(75.701)	(75.457)
Obrigações com o poder concedente (Nota 13)					(246.708)	(246.708)	(224.160)	(224.160)
Partes relacionadas (Nota 17)	(9.814)	(9.814)	(9.809)	(9.809)	(976.997)	(976.997)	(1.073.678)	(1.073.678)
	(9.817)	(9.817)	(9.812)	(9.812)	(4.495.309)	(4.492.694)	(4.113.878)	(4.113.634)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos conta movimento	148	19	2.210	3.167
Aplicações financeiras (i)	362	1.421	429.371	320.153
	510	1.440	431.581	323.320

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), fundos de investimento em renda fixa e operações compromissadas predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, com liquidez imediata e remuneração média de 96,9% do CDI (2023 - 98,0% do CDI).

6. Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas	245.650	160.746
Perdas de créditos esperadas	(37.131)	(34.852)
Direitos a faturar		
Concessões públicas	3.058.025	2.787.089
	3.266.544	2.912.983
Circulante	382.272	283.565
Não circulante	2.884.272	2.629.418

Todas as contas a receber e direitos a faturar das controladas são denominadas em reais, e estão apresentadas líquidas de provisão para perdas de créditos esperadas. Em 31 de dezembro de 2024, as controladas possuem direitos creditórios cedidos em contas a receber e direitos a faturar, como garantia de empréstimos e financiamentos e debêntures. Nesta data, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos e debêntures, que possuem essa garantia é de R$ 2.387.214 (2023 – R$ 1.403.285). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	105.882	42.763
Vencidos		
Até 30 dias	50.256	15.011
De 31 a 60 dias	5.343	5.491
De 61 a 90 dias	4.322	4.055
De 91 a 180 dias	7.714	6.589
Mais de 180 dias	26.588	8.023
Valores a faturar	8.414	43.962
Contas a receber de clientes	208.519	125.894
Direitos a faturar	3.058.025	2.787.089
Total	3.266.544	2.912.983

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber das controladas são a seguinte:

	Saldo no início do exercício	Adições	Reversão de perdas de créditos esperadas por recebimento ou renegociação	Perdas com créditos incobráveis	Saldo no final do exercício
Em 31/12/2024	(34.852)	(9.007)	5.916	812	(37.131)
Em 31/12/2023	(45.462)	(6.716)	6.700	10.626	(34.852)

7 Investimentos. (a) Resumo das informações financeiras das controladas: Os quadros abaixo apresentam o resumo das informações financeiras das controladas:

	% participação	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante líquido	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante líquido	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida de serviços	Lucro bruto	2024 Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Goiás	65,64	200.604	225.146	(24.542)	2.148.866	1.979.986	168.880	144.338	94.749	484.499	179.154	(21.444)
RMR	90,62	487.820	250.414	237.406	3.018.280	2.395.141	623.139	860.545	779.783	634.809	324.486	94.122
Macaé	100,00	172.394	20.633	151.761	441.064	494.279	(53.215)	98.546	98.546	103.437	49.995	(1.390)
Saldo do investimento em 31/12/2024									973.078			

	% Participação	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante líquido	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante líquido	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida de serviços	Lucro bruto	2023 Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Macaé	100,00	151.686	20.342	131.344	421.273	452.753	(31.480)	99.864	99.864	118.547	52.297	(1.155)
Goiás	65,64	121.188	120.818	370	1.957.256	1.792.436	164.820	165.190	108.437	607.129	130.911	(45.365)
RMR	90,62	386.075	209.319	176.756	2.722.656	2.110.641	612.015	788.771	714.745	674.281	286.146	87.346
Saldo do investimento em 31/12/2023									923.046			

(b) Movimentação dos investimentos – controladora

	Saldo no início do exercício	Adições	Dividendos	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Movimentações societárias	Saldo no final do exercício
Goiás	108.437			(14.077)	389		94.749
RMR	714.745		(20.200)	85.289	(51)		779.783
Macaé	99.864			(1.390)	72		98.546
Em 31/12/2024	923.046		(20.200)	69.822	410		973.078
Em 31/12/2023	660.036	304.089	(1.643)	603.270	(541.981)	(100.725)	923.046

(c) Dividendos a receber

(i) Composição	Controladora	
	2024	2023
RMR	78.916	58.716

(ii) Movimentação

	Controladora				
Dividendos a receber	Saldo no início do exercício	Adições	Recebimento	Reversão	Saldo no final do exercício
RMR	58.716	20.200			78.916
Em 31/12/2024	58.716	20.200			78.916
Em 31/12/2023	61.073	22.798	(4.000)	(21.155)	58.716

8 Ativos de contrato. (a) Movimentação

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	532.249	846.372
(+) Adições	122.528	310.823
(-) Transferências – ativo intangível	(442.877)	(624.946)
Saldo no final do exercício	211.900	532.249

Refere-se, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura relacionados abaixo:

	Consolidado		
Ativo de contrato	2024	2023	Previsão de conclusão
Goiás	190.835	502.339	dez/28
Macaé	21.065	29.910	dez/25
	211.900	532.249	

(b) Capitalização de juros e encargos financeiros: No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas capitalizaram juros e encargos financeiros nos ativos, no valor de R$ 26.690 (2023 – R$ 75.890), durante o período no qual os ativos estavam em construção. A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 11,77% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (2023 - 10,34% a.a.).

9 Ativo de direito de uso

	Consolidado				
	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	13.369	1.784	39.803	24.297	79.253
Adições	6.365	3.890	10.335	1.812	22.402
Baixas	(5.646)	(1.104)	(20.691)	(12.677)	(40.118)
Movimentações societárias	(429)	(136)	(13)	(735)	(1.313)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	13.659	4.434	29.434	12.697	60.224
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	(7.725)	(1.689)	(19.481)	(15.839)	(44.734)
Amortização	(4.078)	(1.277)	(12.015)	(6.545)	(23.915)
	5.250	1.103	15.775	12.637	34.765
Baixas	125	125	12	607	869
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(6.428)	(1.738)	(15.709)	(9.140)	(33.015)
Valor contábil líquido	7.231	2.696	13.725	3.557	27.209
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	13.659	4.434	29.434	12.697	60.224
Adições	2.921	1.143	27.438	26.305	57.807
Baixas	(158)	(450)	(19.767)	(5.611)	(25.986)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	16.422	5.127	37.105	33.391	92.045
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	(6.428)	(1.738)	(15.709)	(9.140)	(33.015)
Amortização	(2.006)	(1.111)	(10.959)	(8.261)	(22.337)
Baixas	70	189	17.838	5.594	23.691
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(8.364)	(2.660)	(8.830)	(11.807)	(31.661)
Valor contábil líquido	8.058	2.467	28.275	21.584	60.384
Vida útil (anos)	1 a 24	2 a 5	3 a 24	1 a 5	

10 Intangível

	Consolidado			
	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	*Softwares*	Total
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	1.195.576	102.609	9.020	1.307.205
Adições	11.996	80.119	1.110	93.225
Transferências – ativos de contrato	624.946			624.946
Outras transferências	2		701	703
Movimentações societárias			(175)	(175)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	1.832.520	182.728	10.656	2.025.904
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	(168.898)	(33.494)	(4.349)	(206.741)
Amortização	(74.981)	(3.654)	(2.418)	(81.053)
Movimentações societárias			79	79
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(243.879)	(37.148)	(6.688)	(287.715)
Valor contábil líquido	1.588.641	145.580	3.968	1.738.189
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	1.832.520	182.728	10.656	2.025.904
Adições	11.021	12.147	1.488	24.656
Baixas	(389)		(131)	(520)
Transferências – ativos de contrato	442.877			442.877
Outras transferências	(5)			(5)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	2.286.024	194.875	12.013	2.492.912
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	(243.879)	(37.148)	(6.688)	(287.715)
Amortização	(107.282)	(3.654)	(2.070)	(113.006)
Baixas	366		131	497
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(350.795)	(40.802)	(8.627)	(400.224)
Valor contábil líquido	1.935.229	154.073	3.386	2.092.688
Vida útil (anos)	5 a 30	5 a 30	5 a 10	

11 Fornecedores: A Companhia e as controladas mantêm contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aquisição de infraestrutura			26.457	21.273
Materiais e serviços para operação	3	3	22.597	22.517
Retenções contratuais			6.664	8.475
Outros			130	102
	3	3	55.848	52.367

12 Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e debêntures

	Consolidado	
	2024	2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	2.753.095	2.656.004
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)	63.651	31.968
Debêntures (Nota 12.3)	399.010	75.701
	3.215.756	2.763.673
Circulante	179.362	130.610
Não circulante	3.036.394	2.633.063

12.1 Empréstimos e financiamentos. (a) Composição

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Estruturado	9,10%	nov/2029 a jan/2042	27.945	(19.983)	2.773.078	2.677.640
(-) Custos de transação					(19.983)	(21.636)
Total			27.945	(19.983)	2.753.095	2.656.004
Total de empréstimos e financiamentos curto prazo					132.468	113.820
(-) Custo de transação					(1.653)	(1.653)
Circulante					130.815	112.167
Total de empréstimos e financiamentos longo prazo					2.640.610	2.563.820
(-) Custo de transação					(18.330)	(19.983)
Não circulante					2.622.280	2.543.837
					2.753.095	2.656.004

(b) Movimentação

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	2.656.004	1.989.148
(+) Adição de principal	180.996	721.091
(+) Adição de juros	239.063	226.819
(-) Amortização de principal	(97.234)	(78.240)
(-) Amortização de juros	(227.387)	(203.629)
(-) Adição de custo de transação		(815)
(+) Amortização de custo de transação	1.653	1.630
Saldo no final do exercício	2.753.095	2.656.004

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado
	2024
2026	114.404
2027	139.784
2028	150.716
2029	184.051
2030	164.628
2031	211.476
2032	215.873
2033	214.183
2034	229.761
2035	195.487
2036 em diante	801.917
	2.622.280

(d) Garantias: As controladas da Companhia buscam estruturar o financiamento para realização de seus investimentos na modalidade de financiamento a projetos, visando uma adequada mitigação e alocação de riscos destes projetos, contando com o necessário suporte dos acionistas para a sua conclusão. Neste sentido, a composição das garantias concedidas aos financiamentos das controladas da Companhia é apresentada a seguir:

	Consolidado	
Classe de garantia	2024	2023
Garantia(s) do Acionista	385.864	1.131.793
Garantia(s) de projeto e Garantia(s) do Acionista	2.387.214	1.545.847

	Consolidado	
Classe de garantia	2024	2023
Total garantido	2.773.078	2.677.640
(-) Custo de transação	(19.983)	(21.636)
Total empréstimos e financiamentos	2.753.095	2.656.004

As garantias dos contratos de financiamentos estruturados das controladas da Companhia são: (i) vinculação de receita e cessão dos direitos creditórios e emergentes oriundos da concessão; (ii) alienação fiduciária da totalidade das ações; (iii) garantia fidejussória da BRK Ambiental; (iv) suporte dos acionistas; (v) nota promissória; e (vi) fiança bancária. **(e) Informações relevantes**: A seguir estão demonstradas as captações e liberações de empréstimos e financiamentos realizadas no decorrer do exercício:

	Modalidade	2024
Macaé	Estruturado	11.924
RMR	Estruturado	169.072
		180.996

12.2 Passivo de arrendamento. (a) Composição

		Consolidado	
Unidade	Vencimentos	2024	2023
Góias	jan/2025 a mar/2029	27.468	11.753
RMR	dez/2025 a dez/2048	34.856	19.086
Macaé	mar/2025 a jul/2026	1.327	1.129
Total		63.651	31.968
Circulante		20.464	16.592
Não circulante		43.187	15.376
		63.651	31.968

As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: equipamentos de informática, veículos, imóveis e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arredamentos é a taxa incremental. Essa taxa é fixa na data do contrato e permanece inalterada durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 7,66% e 19,56%. O saldo de passivo de arrendamento apresentado acima contém transações com a parte relacionada Unidas Locações e Serviços S.A. ("Unidas"), totalizando R$ 41.060 (2023 – R$ 10.507). Estas transações estão vinculadas a um contrato global celebrado em 6 de agosto de 2019, com vigência de cinco anos, de acordo com os termos estabelecidos.

(b) Movimentação

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	31.968	37.489
(+) Adição de principal	57.807	22.403
(-) Baixas	(3.354)	(5.583)
(-) Movimentações societárias		(471)
(-) Amortização de principal	(29.429)	(27.843)
(+) Amortização AVP	6.659	5.973
Saldo no final do exercício	63.651	31.968

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado
	2024
2026	14.690
2027	9.666
2028	9.580
2029	3.313
2030	59
2031	68
2032	78
2033	89
2034	103
2035	119
2036 em diante	5.422
	43.187

12.3 Debêntures. (a) Composição

Modalidade	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Capital de giro	13,76%	out/2026 a abr/2029	4.903	(4.056)	403.066	75.933
(-) Custo de transação					(4.056)	(232)
			4.903	(4.056)	399.010	75.701
Total de debêntures curto prazo					29.066	1.933
(-) Custo de transação					(983)	(82)
Circulante					28.083	1.851
Total de debêntures longo prazo					374.000	74.000
(-) Custo de transação					(3.073)	(150)
Não circulante					370.927	73.850
					399.010	75.701

Em 15 de abril de 2024, a controlada Goiás realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$ 300.000 com vencimento em 15 de abril de 2029. A destinação dos recursos será para pagamento de mútuos, investimentos e/ou reforço de caixa.

(b) Movimentação

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	75.701	473.456
(+) Novas emissões	300.000	
(+) Encargos financeiros	36.913	36.763
(-) Amortização principal		(171.179)
(-) Amortização juros	(9.780)	(38.199)
(-) Movimentações societárias		(225.567)
(-) Adição custo de transação	(4.575)	
(+) Amortização custos de transação	751	427
Saldo no final do exercício	399.010	75.701

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado
	2024
2026	73.932
2029	296.995
	370.927

(d) Garantias: As características das garantias das debêntures são similares àquelas descritas para os empréstimos e financiamentos (Nota 12.1 (d)), sendo a composição destas garantias apresentada como segue:

	Consolidado	
Classe de garantia	2024	2023
Garantia(s) do Acionista	403.066	75.933
(-) Custo de transação	(4.056)	(232)
Total debêntures	399.010	75.701

12.4 Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants*: As controladas possuem em seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures, cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, incluindo *covenants* financeiros. A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, as controladas estavam adimplentes com as cláusulas restritivas relativas aos financiamentos e debêntures. **13 Obrigações com o poder concedente:** O saldo refere-se à outorga fixa a pagar ao Poder Concedente, devida pela controlada Goiás, pela exploração e utilização dos bens afetos ao contrato de subdelegação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e gestão comercial da água nas cidades de Aparecida de Goiânia, Trindade, Rio Verde e Jataí. O valor total da obrigação é de R$ 273.000, divididos em 30 parcelas fixas anuais, sendo que deste valor, até 31 de dezembro de 2023, foram pagos R$ 91.000. O montante do passivo restante é atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), ajustado a valor presente pela taxa de desconto de 8,52% ao ano, que se refere à taxa interna de retorno do contrato de subdelegação. O saldo do passivo de obrigações com o Poder Concedente, líquido de AVP, em 31 de dezembro de 2024 é R$ 213.730 (2023 – R$ 208.437). Abaixo a movimentação do referido saldo no decorrer dos exercícios:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	224.160	217.644
(+) Reversão do ajuste a valor presente	7.208	7.414
(+) Atualização monetária	15.340	14.531
(-) Amortização do principal e juros		(9.100)
(-) Amortização da atualização monetária		(6.329)
Saldo no final do exercício	246.708	224.160
Circulante	32.978	15.723
Não circulante	213.730	208.437

14 Dividendos a pagar. (a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
BRK Ambiental	15.744	13.808	23.951	19.923
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Caixa Dublin ("FIDC")	277.063	258.405	277.063	258.405
	292.807	272.213	301.014	278.328
Circulante	15.744	13.808	23.951	19.923
Não circulante	277.063	258.405	277.063	258.405

(b) Movimentação

Dividendos a pagar	Controladora: Saldo no início do exercício	Adições	Pagamento	Cessão (i)	Saldo no final do exercício
BRK Ambiental	13.808	63.794		(61.858)	15.744
FIDC	258.405		(43.200)	61.858	277.063
Em 31 de dezembro de 2024	272.213	63.794	(43.200)		292.807
Em 31 de dezembro de 2023	273.929	13.808	(15.524)		272.213

Dividendos a pagar	Consolidado: Saldo no início do exercício	Adições	Pagamento	Cessão (i)	Saldo no final do exercício
BRK Ambiental	19.923	65.886		(61.858)	23.951
FIDC	258.405		(43.200)	61.858	277.063
Em 31 de dezembro de 2024	278.328	65.886	(43.200)		301.014
Em 31 de dezembro de 2023	280.288	13.564	(15.524)		278.328

(i) Em 26 de junho e 26 de dezembro de 2024, a BRK Ambiental cedeu os créditos de dividendos junto à Companhia ao FIDC, sem coobrigação ou direito de regresso, no montante de R$ 28.158 e R$ 33.700, respectivamente. **15. Provisões para riscos:** As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Consolidado				
	Reclamações cíveis	Riscos trabalhistas e previdenciários	Riscos tributários	Ambiental	Total
Em 1º de janeiro de 2024	2.897	4.541			7.438
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	4.440	2.871	34	925	8.270
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(1.618)	(1.736)	(20)		(3.374)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(1.927)	(1.603)	(14)	(316)	(3.860)
Em 31 de dezembro de 2024	3.792	4.073		609	8.474

O cálculo da provisão para riscos foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhistas e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência. **(a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível:** As controladas da Companhia estão envolvidas em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. **Processos de natureza cível –** Referem-se aos processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias e contratuais no montante de R$ 72.008 (2023 - R$ 48.907), representado por diversos processos. **Processos de natureza trabalhista –** Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista e previdenciárias. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R$ 3.545 (2023 – R$ 8.977), representado por diversos processos. **Processos de natureza tributária** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte das controladas da Companhia, no montante de R$ 29.425 (2023 – R$ 19.890), representado por diversos processos. **Processos de natureza ambiental** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R$ 25.546 (2023 – R$ 22.335) representado, substancialmente, por autuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Segue abaixo composição dos processos possíveis:

	Consolidado				
	Reclamações cíveis	Riscos trabalhistas e previdenciários	Riscos tributários	Ambiental	Total
Macaé	4.569	2.935	26	18	7.548
RMR	57.503	610	7.212	6.376	71.701
Goiás	9.936		22.187	19.152	51.275
Em 31/12/2024	72.008	3.545	29.425	25.546	130.524

16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. (a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos.

	Consolidado	
Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2024	2023
Ativo diferido	37.015	26.239
Passivo diferido	(284.237)	(235.973)
	(247.222)	(209.734)

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela Companhia e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado
	2024
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	741
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	214.504
	215.245
Expectativa por ano de realização do ativo diferido é como segue:	
2025	741
2026	2.077
2027	4.963
2028	4.052
2029	6.287
2030	9.634
2031	24.575
2032	14.234
2033	11.213
2034	21.759
Demais anos	115.710
	215.245
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(2.389)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(460.078)
	(462.467)
Expectativa por ano de realização do passivo diferido é como segue:	
2025	(2.389)
2026	(1.578)
2027	(6.484)
2028	(8.007)
2029	(8.183)
2030	(12.942)
2031	(11.439)
2032	(9.776)

	Consolidado
	2024
2033	(12.665)
2034	(12.150)
Demais anos	(376.854)
	(462.467)
	(247.222)

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia e suas controladas, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

					Consolidado
Ativo fiscal diferido	2023	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Outros	2024
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	192.004	14.893			206.897
Provisões	6.667	148			6.815
Demais diferenças temporárias da Lei 12.973	43	(43)			
Combinação de negócios mais valia (ativo imobilizado e intangível)	418	(418)			
Lei 9.656 – Obrigações com benefícos pós-emprego	1.307	143	(313)		1.137
Arrendamento CPC 06 (R02)	(186)	582			396
Total ativo fiscal diferido	200.253	15.305	(313)		215.245
Compensação CPC 32	(174.014)			(4.216)	(178.230)
	26.239	15.305	(313)	(4.216)	37.015
Passivo fiscal diferido					
Receita e custo de construção concessões ativo intangível	(13.994)	(306)			(14.300)
Receita e custo de construção e receita financeira concessões/ contratos ativo financeiro	(115.440)	(38.537)			(153.977)
Capitalização de juros e custo de transação	(280.030)	(13.078)			(293.108)
Demais diferenças temporárias da Lei 12.973	(276)	(10)			(286)
Arrendamento CPC 06 (R02)	(247)	(549)			(796)
Total passivo fiscal diferido	(409.987)	(52.480)			(462.467)
Compensação CPC 32	174.014			4.216	178.230
	(235.973)	(52.480)		4.216	(284.237)
Total	(209.734)	(37.175)	(313)		(247.222)

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva: O imposto de renda

Continuação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 da BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. e Controladas

consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.* As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 12 de abril de 2024, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2025.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Hudson Souza Martins
Contador
CRC nº 1 SP 280390/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 9D00-73A9-660B-E7DF.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 9D00-73A9-660B-E7DF.

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 01.979.936/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Companhia" ou "Controladora") submete à apreciação dos seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **VISÃO GERAL DA USS E DO MERCADO DE ATUAÇÃO:** A USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, denominadas como "Grupo") estão presentes no mercado brasileiro desde 1993 como intermediadoras de uma ampla gama de prestação de serviços de assistência especializada em Mobilidade, Dia-a-Dia e Família & Bem-Estar, sendo estes serviços ofertados não só em canais tradicionais como o B2B *(business to business)*, mas também no B2B2C *(business to business to consumer)*. Mais recentemente, a Companhia passou a oferecer também serviços de Conveniências. A USS possui uma rede abrangente de parceiros especializados, distribuídos em todo o território nacional, sendo capaz de atender os serviços em mais de 5,3 mil dos 5,6 mil municípios brasileiros em qualquer horário e dia da semana. A seguir um breve descritivo de cada categoria de assistências. Na modalidade de Mobilidade, a Tempo oferece soluções para veículos, abrangendo desde bicicletas até caminhões. Entre os tipos de serviços intermediados podem ser citados o autossocorro, reboque, carro reserva, chaveiro e motorista amigo. Na modalidade de Dia a Dia, estão os diversos serviços relacionados à moradia, incluindo soluções como encanador, chaveiro, eletricista, montagem de móveis, instalação de aparelhos (como ar-condicionado e televisores), aluguel de caçamba, entre outros. Já na modalidade Família & Bem-Estar, o principal serviço intermediado é a assistência funeral, que é bastante sensível e requer todo o cuidado no seu atendimento. Conforme citado acima, a USS também oferece serviços de Conveniências, incluindo montagem de móveis, instalação de diversos produtos, conservação destes e também reparo. Nesta vertical, a Companhia é a líder no mercado de montagem de móveis na América Latina. Por fim, desde 2021, a USS detém participação na Caixa Assistência, *joint venture* criada em parceria com a Caixa Seguridade, que visa democratizar a oferta de produtos de assistências, com distribuição nos diversos canais de venda da Caixa Econômica Federal. **NOSSO COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO:** A Companhia totalizou uma receita líquida de R$776.299 mil e de R$825.782 mil em 2024 e 2023, receitas essas líquidas de operações descontinuadas. Esta queda é justificada por um cenário macroeconômico ainda desafiador, somado a movimentações de alguns clientes durante o último exercício. Em 2024, a Companhia apresentou um lucro de R$2.035, enquanto em 2023 apresentou um lucro de R$50.428 (redução de R$48.393). Tal performance é decorrente da queda de receita da Companhia, conforme destacado no parágrafo anterior. Em observância às disposições regulamentares, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, autorizando a sua divulgação. **RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:** As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. Em referência à Instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP n° 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Companhia informa que sua política junto aos auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não pode auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência.

Barueri, 24 de abril de 2025.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023 (reapresentado)	Consolidado 2024	Consolidado 2023 (reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**92.903**	58.728	**106.983**	67.349
Títulos e valores mobiliários	7	**24.877**	14.725	**26.476**	17.031
Contas a receber	8	**55.838**	110.357	**73.249**	123.042
Créditos tributários e previdenciários	9	**40.209**	49.417	**40.958**	50.215
Estoques		**-**	-	**-**	35
Outros ativos		**3.996**	1.385	**4.988**	2.293
Total do ativo circulante		**217.823**	234.612	**252.654**	259.965
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26 b	**80.336**	81.269	**91.170**	92.009
Créditos tributários e previdenciários	9	**31.383**	23.654	**32.696**	24.195
Partes relacionadas	25	**3.307**	1.403	**-**	-
Outros ativos		**8.595**	8.571	**10.041**	9.554
Investimentos	10	**67.251**	69.697	**46.226**	48.353
Intangível	11	**26.576**	24.043	**29.038**	26.876
Imobilizado	12	**2.242**	2.540	**3.080**	4.688
Ativo de direito de uso	21	**12.864**	5.088	**25.215**	13.238
Total do ativo não circulante		**232.554**	216.265	**237.466**	218.913
Total do ativo		**450.377**	450.877	**490.120**	478.878

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023 (reapresentado)	Consolidado 2024	Consolidado 2023 (reapresentado)
Circulante					
Fornecedores	13	**39.076**	45.708	**47.097**	49.728
Outras contas a pagar	19	**5.696**	2.462	**6.760**	3.180
Empréstimos	20	**85.838**	64.213	**85.838**	64.213
Passivo de arrendamento mercantil	21	**2.269**	3.346	**6.778**	6.877
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	**-**	2.563	**1.571**	4.051
Impostos e contribuições a pagar	15	**3.166**	1.969	**5.673**	3.732
Obrigações com pessoal e encargos sociais	14	**3.432**	4.483	**8.318**	10.670
Partes relacionadas	25	**8.852**	8.833	**-**	-
Contas a pagar por aquisição de empresa	22	**-**	1.042	**-**	1.042
Receitas diferidas	23	**-**	-	**13.791**	9.913
Total do passivo circulante		**148.329**	134.619	**175.826**	153.406
Não circulante					
Empréstimos	20	**163.276**	193.139	**163.276**	193.139
Passivo de arrendamento mercantil	21	**11.891**	2.405	**21.308**	8.406
Impostos e contribuições a pagar	15	**6.014**	2.665	**7.731**	4.832
Impostos diferidos passivos	15	**111**	111	**111**	111
Provisão para perdas com causas judiciais	24	**7.250**	7.670	**8.362**	8.716
Total do passivo não circulante		**188.542**	205.990	**200.788**	215.204
Patrimônio líquido					
Capital social	27 a	**136.872**	136.872	**136.872**	136.872
Reservas de capital	-	**145.043**	143.840	**145.043**	143.840
Reserva especial de ágio	-	**191.778**	191.778	**191.778**	191.778
Prejuízo acumulado	-	**(360.187)**	(362.222)	**(360.187)**	(362.222)
Total do patrimônio líquido		**113.506**	110.268	**113.506**	110.268
Total do passivo e do patrimônio líquido		**450.377**	450.877	**490.120**	478.878

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	Capital social	Reserva de capital: Reserva de pagamento baseado em ações	Reserva de capital: Reserva de capital	Reserva especial de ágio	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023		135.257	7.144	132.253	191.778	(412.650)	53.782
Aumento de capital	27 a	1.615	-	-	-	-	1.615
Plano de pagamento baseado em opções de ações	27 c	-	4.443	-	-	-	4.443
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	50.428	50.428
Em 31 de dezembro de 2023		136.872	11.587	132.253	191.778	(362.222)	110.268
Plano de pagamento baseado em opções de ações	**27 c**	**-**	**1.203**	**-**	**-**	**-**	**1.203**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**2.035**	**2.035**
Em 31 de dezembro de 2024		**136.872**	**12.790**	**132.253**	**191.778**	**(360.187)**	**113.506**

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto Lucro (Prejuízo) por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Operações em continuidade					
Receita líquida	29	**657.146**	723.591	**776.299**	825.782
Custo dos serviços prestados / revenda de mercadorias	30 a / b	**(455.779)**	(501.093)	**(533.455)**	(561.652)
Lucro bruto		**201.367**	222.498	**242.844**	264.130
Despesas operacionais:					
Despesas de vendas	30 b	**(9.159)**	(11.214)	**(21.504)**	(20.922)
Despesas gerais e administrativas	30 b	**(167.517)**	(164.306)	**(187.918)**	(179.912)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	**461**	40.424	**(2.161)**	40.712
Resultado patrimonial	33	**6.701**	11.204	**5.563**	3.693
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**31.853**	98.606	**36.824**	107.701
Receitas financeiras	32	**10.863**	10.986	**12.723**	12.253
Despesas financeiras	32	**(37.309)**	(46.857)	**(39.311)**	(49.395)
Resultado financeiro líquido		**(26.446)**	(35.871)	**(26.588)**	(37.142)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		**5.407**	62.735	**10.236**	70.559
Imposto de renda e contribuição social	26 a				
Corrente		**(2.439)**	(4.590)	**(6.783)**	(8.577)
Diferido		**(933)**	(7.717)	**(839)**	(8.667)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas		**2.035**	50.428	**2.614**	53.315
Prejuízo líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas		**-**	-	**(579)**	(2.887)
Lucro líquido do exercício		**2.035**	50.428	**2.035**	50.428
Lucro por ação atribuível aos acionistas					
Lucro básico por ação	27			**0,00536**	0,13297
Lucro diluído por ação	27			**0,00521**	0,12935

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	**2.035**	50.428	**2.035**	50.428
(+/-) Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**2.035**	50.428	**2.035**	50.428

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023 (reapresentado)	Consolidado 2024	Consolidado 2023 (reapresentado)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social proveniente de operações continuadas		**5.407**	62.735	**10.236**	70.559
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social proveniente de operações descontinuadas		**-**	-	**(537)**	(2.722)
		5.407	62.735	**9.699**	67.837
Ajustes de					
Resultado patrimonial	33	**(6.701)**	(11.204)	**(5.563)**	(3.693)
Provisão da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	30 a	**1.815**	920	**1.815**	920
Juros sobre créditos tributários	9 b	**(5.075)**	(9.502)	**(5.120)**	(9.551)
Depreciações e amortizações do imobilizado e intangível	30 b	**10.214**	8.832	**12.443**	12.597
Depreciações e amortizações de ativos de direito de uso	30 b	**3.504**	4.376	**8.274**	8.335
Valor residual do ativo imobilizado baixado	12 a / b	**3**	5	**111**	52
Impairment sobre ativo intangível	11 a / b	**-**	-	**-**	2.450
Valor residual de arrendamento mercantil baixado	21	**985**	-	**943**	-
Encargos financeiros de empréstimos	32	**32.114**	38.975	**32.114**	38.975
Encargos financeiros de arrendamentos mercantis	21	**1.045**	1.248	**2.684**	2.838
Encargos financeiros sobre aquisição de empresa	32	**-**	3.707	**-**	3.707
Provisão (reversão) para perdas com causas judiciais	24	**2.391**	1.244	**3.051**	1.332
Apropriação de despesa de *Stock Options*		**1.203**	4.443	**1.203**	4.443
Contas a pagar por aquisição de empresa		**-**	(35.229)	**-**	(35.229)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		**52.704**	(740)	**47.978**	1.987
Créditos tributários e previdenciários		**4.134**	24.891	**491**	27.165
Estoques		**-**	-	**35**	-
Partes relacionadas		**(1.885)**	1.186	**-**	-
Outros ativos		**(2.635)**	1.730	**(3.182)**	815
Fornecedores		**(6.632)**	(6.731)	**(2.631)**	(10.335)
Outras contas a pagar		**3.234**	(3.576)	**3.580**	(6.745)
Imposto de renda e contribuição social		**(2.563)**	2.563	**-**	-
Impostos e contribuições		**4.546**	(822)	**4.840**	182
Obrigações com pessoal e encargos sociais		**(1.051)**	(8.550)	**(2.352)**	(11.481)
Receitas diferidas		**-**	-	**3.878**	1.036
Dividendos a receber de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto		**1.790**	-	**1.790**	-
Caixa gerado nas atividades operacionais		**98.547**	80.501	**116.081**	97.637
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(19)**	-	**(3.920)**	(3.135)
Pagamento de perdas com causas judiciais	24	**(2.811)**	(3.795)	**(3.405)**	(3.931)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**95.717**	76.706	**108.756**	90.571
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		**(10.152)**	(8.742)	**(9.445)**	(4.977)
Aquisição de imobilizado e intangível		**(12.452)**	(7.182)	**(13.108)**	(8.043)
Aumento de capital em controlada e outros		**(10)**	(82)	**-**	-
Dividendos recebidos de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto		**5.900**	10.308	**5.900**	3.870
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**(16.714)**	(5.698)	**(16.653)**	(9.150)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos	34	**78.889**	80.085	**78.889**	80.787
Pagamento de empréstimos	34	**(93.223)**	(73.266)	**(93.223)**	(77.613)
Pagamento de custos de captação de empréstimos	34	**(478)**	-	**(478)**	-
Pagamento de juros de empréstimos	34	**(25.540)**	(41.446)	**(25.540)**	(41.446)
Pagamento de arrendamentos mercantis	21	**(3.838)**	(4.946)	**(8.373)**	(8.454)
Pagamento de juros de arrendamentos mercantis	21	**(1.063)**	(1.248)	**(2.702)**	(2.838)
Pagamento de contas a pagar por aquisição de empresa		**(1.042)**	(4.168)	**(1.042)**	(4.168)
Aumento de capital		**-**	1.615	**-**	1.615
Redução de capital em controlada		**-**	8.700	**-**	-
Juros sobre capital próprio recebido		**1.467**	1.275	**-**	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**(44.828)**	(33.399)	**(52.469)**	(52.117)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**34.175**	37.609	**39.634**	29.304
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**58.728**	21.119	**67.349**	38.045
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**92.903**	58.728	**106.983**	67.349

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais: A USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Tempo" "Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Rua Bonnard nº 980, Edifício 19, sala 2, Condomínio Green Valley, Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil, tendo o fundo de investimento Hill Fundo de Investimento em Participações e o Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações II como bloco controlador. A USS possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de assistência especializada, dentre eles: (i) serviços para veículos, inclusive reboque, auxílio em eventos de pane e substituição temporária de veículos; (ii) serviços de emergência doméstica, oferecendo os serviços de encanadores, eletricistas e chaveiros; e (iii) serviços pessoais, como assistência funerária e em acidentes. As principais atividades desenvolvidas pelas demais empresas do Grupo estão descritas na Nota 2.2. A Companhia na data de emissão destas demonstrações financeiras possui uma posição de caixa suficiente para arcar com suas obrigações de curto e se necessário de longo, de acordo com suas projeções de negócios, além de linhas de crédito com instituições financeiras de primeira linha, tais aspectos garantem uma posição financeira sólida para arcar.

2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério. Declaração de conformidade e base de preparação - As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que as empresas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2025. **2.1.1. Reapresentação -** A demonstração financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentadas como valores correspondentes estão sendo reapresentadas de acordo com as orientações contidas no CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência dos assuntos descritos abaixo: (i) Em 2024, a Administração identificou que determinadas aplicações financeiras não possuíam características para sua classificação como Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme definido no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. (ii) A Companhia revisitou os saldos contábeis divulgados anteriormente e, para melhor apresentação das demonstrações financeiras, tanto em relação à natureza contábil quanto para fins de comparabilidade, optou por reclassificar determinados saldos contábeis às demonstrações financeiras. Essas reclassificações resultaram em (a) redução do saldo contábil da conta de "Despesas Antecipadas" e aumento da conta "Outros Ativos", (b) redução do saldo contábil da conta de "Adiantamentos de clientes" e aumento da conta "Outras contas a pagar"; (c) redução do saldo contábil da conta de "Empréstimos" e aumento da conta "Passivo de arrendamento mercantil". (iii) Com a revisão dos saldos contábeis e, para melhor apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia optou por reclassificar determinados saldos, que resultaram em (a) o valor de "Pagamento de contas a pagar por aquisição de empresa" foi reclassificado de fluxo de caixa das atividades de investimento para fluxo de caixa das atividades de financiamento, (b) o valor de "Dividendos recebidos" que foi reclassificado de fluxo de caixa das atividades operacionais para fluxo de caixa de atividades de investimento.

Em decorrência desse assunto, apresentamos abaixo os saldos reapresentados comparados ao originalmente apresentados.

Balanços patrimoniais	Controladora Originalmente apresentado 2023	Ajustes 2023		Controladora Reapresentado 2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	73.453	(14.725)	(i)	**58.728**
Títulos e valores mobiliários	-	14.725	(i)	**14.725**
Despesas antecipadas	199	(199)	(ii)	**-**
Outros ativos	1.186	199	(ii)	**1.385**
Demais ativos circulantes	159.774	-		**159.774**
Total do ativo circulante	234.612	-		**234.612**
Não circulante				
Despesas antecipadas	112	(112)	(ii)	**-**
Outros ativos	8.459	112	(ii)	**8.571**
Demais ativos não circulantes	207.694	-		**207.694**
Total do ativo não circulante	216.265	-		**216.265**
Total do ativo	450.877	-		**450.877**

Balanços patrimoniais	Consolidado Originalmente apresentado 2023	Ajustes 2023		Consolidado Reapresentado 2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	84.380	(17.031)	(i)	**67.349**
Títulos e valores mobiliários	-	17.031	(i)	**17.031**
Despesas antecipadas	216	(216)	(ii)	**-**
Outros ativos	2.077	216	(ii)	**2.293**
Demais ativos circulantes	173.292	-		**173.292**
Total do ativo circulante	259.965	-		**259.965**
Não circulante				
Despesas antecipadas	162	(162)	(ii)	**-**
Outros ativos	9.392	162	(ii)	**9.554**
Demais ativos não circulantes	209.359	-		**209.359**
Total do ativo não circulante	218.913	-		**218.913**
Total do ativo	478.878	-		**478.878**

Balanços patrimoniais	Controladora Originalmente apresentado 2023	Ajustes 2023		Controladora Reapresentado 2023
Passivo				
Circulante				
Outras contas a pagar	2.447	15	(ii)	**2.462**
Empréstimos	64.293	(80)	(ii)	**64.213**
Passivo de arrendamento mercantil	3.266	80	(ii)	**3.346**
Adiantamentos de clientes	15	(15)	(ii)	**-**
Demais passivos circulantes	64.598	-		**64.598**
Total do passivo circulante	134.619	-		**134.619**
Não circulante				
Empréstimos	193.139	-		**193.139**
Passivo de arrendamento mercantil	2.405	-		**2.405**
Demais passivos não circulantes	10.446	-		**10.446**
Total do passivo não circulante	205.990	-		**205.990**
Patrimônio Líquido	110.268	-		**110.268**
	110.268	-		**110.268**
Total do passivo e do patrimônio líquido	450.877	-		**450.877**

Balanços patrimoniais	Consolidado Originalmente apresentado 2023	Ajustes 2023		Consolidado Reapresentado 2023
Passivo				
Circulante				
Outras contas a pagar	3.165	15	(ii)	**3.180**
Empréstimos	64.293	(80)	(ii)	**64.213**
Passivo de arrendamento mercantil	6.797	80	(ii)	**6.877**
Adiantamentos de clientes	15	(15)	(ii)	**-**
Demais passivos circulantes	79.136	-		**79.136**
Total do passivo circulante	153.406	-		**153.406**
Não circulante				
Empréstimos	193.139	-		**193.139**
Passivo de arrendamento mercantil	8.406	-		**8.406**
Demais passivos não circulantes	13.659	-		**13.659**
Total do passivo não circulante	215.204	-		**215.204**
Patrimônio líquido	110.268	-		**110.268**
	110.268	-		**110.268**
Total do passivo e do patrimônio líquido	478.878	-		**478.878**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora Originalmente apresentado 2023	Ajustes 2023		Controladora Reapresentado 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social proveniente de operações continuadas	62.735	-		**62.735**
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social proveniente de operações descontinuadas	-	-		**-**
	62.735	-		**62.735**
Ajustes de				
Encargos financeiros de empréstimos	39.204	(229)	(ii)	**38.975**
Encargos financeiros de arrendamentos mercantis	1.019	229	(ii)	**1.248**
Contas a pagar por aquisição de empresa	-	(35.229)	(iii)	**(35.229)**
Demais itens	2.821	-		**2.821**
Variações nos ativos e passivos				
Despesas antecipadas	384	(384)	(ii)	**-**
Outros ativos	1.346	384	(ii)	**1.730**
Pagamento de perdas com causas judiciais	(3.795)	3.795	(ii)	**-**
Dividendos recebidos de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto	10.308	(10.308)	(iii)	**-**
Contas a pagar por aquisição de empresa	(35.394)	35.394	(iii)	**-**
Demais itens	8.221	-		**8.221**
Caixa gerado nas atividades operacionais	86.849	(6.348)		**80.501**
Pagamento de perdas com causas judiciais	-	(3.795)	(ii)	**(3.795)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	86.849	(10.143)		**76.706**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	-	(8.742)	(i)	**(8.742)**
Pagamento de contas a pagar por aquisição de empresa	(4.168)	4.168	(iii)	**-**
Dividendos recebidos de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto	-	10.308	(iii)	**10.308**
Baixa de contas a pagar por aquisição de empresa	165	(165)	(iii)	**-**
Demais itens	(7.264)	-		**(7.264)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(11.267)	5.569		**(5.698)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de empréstimos	(74.062)	796	(ii)	**(73.266)**
Pagamento de juros de empréstimos	(41.675)	229	(ii)	**(41.446)**
Pagamento de arrendamentos mercantis	(4.150)	(796)	(ii)	**(4.946)**
Pagamento de juros de arrendamentos mercantis	(1.019)	(229)	(ii)	**(1.248)**
Pagamento de contas a pagar por aquisição de empresa	-	(4.168)	(iii)	**(4.168)**
Demais itens	91.675	-		**91.675**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(29.231)	(4.168)		**(33.399)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	46.351	(8.742)	(i)	**37.609**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.102	(5.983)		**21.119**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	73.453	(14.725)		**58.728**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Consolidado Originalmente apresentado 2023	Ajustes 2023		Consolidado Reapresentado 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social proveniente de operações continuadas	70.559	-		**70.559**
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social proveniente de operações descontinuadas	(2.722)	-		**(2.722)**
	67.837	-		**67.837**
Ajustes de				
Valor residual do ativo imobilizado baixado	2.502	(2.450)		**52**
Impairment sobre ativo intangível	-	2.450		**2.450**
Encargos financeiros de empréstimos	39.204	(229)	(ii)	**38.975**
Encargos financeiros de arrendamentos mercantis	2.609	229	(ii)	**2.838**
Contas a pagar por aquisição de empresa	-	(35.229)	(iii)	**(35.229)**
Demais itens	18.090	-		**18.090**
Variações nos ativos e passivos				
Despesas antecipadas	420	(420)	(ii)	**-**
Outros ativos	395	420	(ii)	**815**
Pagamento de perdas com causas judiciais	(3.931)	3.931	(ii)	**-**
Dividendos recebidos de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto	3.870	(3.870)	(iii)	**-**
Contas a pagar por aquisição de empresa	(35.394)	35.394	(iii)	**-**
Demais itens	(1.326)	-		**(1.326)**
Caixa gerado nas atividades operacionais	94.276	226		**94.502**
Pagamento de perdas com causas judiciais	-	(3.931)	(ii)	**(3.931)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	94.276	(3.705)		**90.571**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	-	(4.977)	(i)	**(4.977)**
Pagamento de contas a pagar por aquisição de empresa	(4.168)	4.168	(iii)	**-**
Dividendos recebidos de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto	-	3.870	(iii)	**3.870**
Baixa de contas a pagar por aquisição de empresa	165	(165)	(iii)	**-**
Demais itens	(8.043)	-		**(8.043)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(12.046)	2.896		**(9.150)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de empréstimos	(78.409)	796	(ii)	**(77.613)**
Pagamento de juros de empréstimos	(41.675)	229	(ii)	**(41.446)**
Pagamento de arrendamentos mercantis	(7.658)	(796)	(ii)	**(8.454)**
Pagamento de juros de arrendamentos mercantis	(2.609)	(229)	(ii)	**(2.838)**
Pagamento de contas a pagar por aquisição de empresa	-	(4.168)	(iii)	**(4.168)**
Demais itens	82.402	-		**82.402**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(47.949)	(4.168)		**(52.117)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	34.281	(4.977)	(i)	**29.304**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.099	(12.054)		**38.045**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	84.380	(17.031)		**67.349**

2.2. Base para consolidação - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em algum dos elementos de controle relacionados abaixo: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. O resultado da controlada adquirida durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.
Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na empresa consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado.
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Denominação utilizada	Atividades	Operação	Participação	2024	2023
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("BSS")	Prestação de serviços de teleatendimento ativo e receptivo, por meio de contratos firmados com empresas.	Continuada	Controlada Direta	100,00%	100,00%
PSS Soluções e Repar

(Continua...)

carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização; (ii) Garantir a consistência das demonstrações financeiras; (iii) Integrar os relatórios de sustentabilidade e (iv) Alinhar-se à prática internacional sobre o tema.
Com exceção do novo formato de apresentação da demonstração do resultado conforme IFRS 18, não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas e as respectivas premissas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades do Grupo. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização. A Administração revisa tempestivamente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Provisão para perdas em ações judiciais - O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Transações com pagamentos baseados em ações - A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 27 c. Impostos - Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos uma vez que sua realização é provável em futuro previsível. A Nota 25 fornece detalhes sobre imposto de renda corrente e diferido. Valor justo de instrumentos financeiros - Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro - Em decorrência de suas atividades, a Companhia e suas controladas assumem riscos inerentes às suas operações relacionados com mercado, sistema operacional e de gestão, crédito, liquidez, utilização de operações de aval, fianças, garantias, entre outros, além dos riscos alheios ao seu controle como moratória, fechamento parcial ou total dos mercados, alteração na política monetária e risco soberano do país. Os monitoramentos dos mencionados riscos encontram-se sob a responsabilidade dos Administradores do Grupo, a partir da adoção de técnicas, análises e controles que visam à minimização dos seus efeitos, cuja utilização, todavia, não garante a completa eliminação dos fatores de risco inerentes a que o Grupo está sujeito. Com relação à atividade de prestação de serviços de assistência especializada, o risco é limitado à quantidade de solicitações recebidas pelo tipo de serviço de assistência especializada, sendo que a sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações. a) Risco de mercado - (i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros - O Grupo concentra suas aplicações em uma remuneração baseada no CDI. Ou seja, dada política e o montante aplicado em investimentos o Grupo está exposto substancialmente a variações nesta taxa de juros. b) Risco de crédito - O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). O Grupo restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e à caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. O Grupo executa análises de crédito periodicamente e considera, além de aspectos quantitativos, itens qualitativos, como por exemplo, o fato de que boa parte dos clientes da Companhia operam em um ambiente altamente regulado e são fiscalizados por agências regulatórias periodicamente. Ainda, avaliamos a reputação dos clientes e informações públicas no mercado. Aliado ao fato de que a Companhia possui baixo nível de alavancagem financeira e alta geração de caixa, acreditamos que eventuais riscos de concentração de crédito são reduzidos. O Grupo possui política para provisões de perdas que são constituídas mensalmente e as regras variam de acordo com os negócios e o perfil dos clientes, a necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente variando de acordo com os negócios e perfil dos clientes. Além disso, o grupo contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. c) Risco de liquidez - A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

		Controladora		
		2024		
	Notas	Menos de 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Fornecedores	13	**39.076**	**-**	**39.076**
Outras contas a pagar	19	**5.696**	**-**	**5.696**
Empréstimos	20	**85.838**	**163.276**	**249.114**
Passivo de arrendamento mercantil	21	**2.269**	**11.891**	**14.160**
Obrigações com pessoal e encargos sociais	14	**3.432**	**-**	**3.432**
Partes relacionadas	25	**8.852**	**-**	**8.852**
		Consolidado		
		2024		
	Notas	Menos de 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Fornecedores	13	**47.097**	**-**	**47.097**
Outras contas a pagar	19	**6.760**	**-**	**6.760**
Empréstimos	20	**85.838**	**163.276**	**249.114**
Passivo de arrendamento mercantil	21	**6.778**	**21.308**	**28.086**
Obrigações com pessoal e encargos sociais	14	**8.318**	**-**	**8.318**

d) Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros (consolidado) - Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava exposta à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), indexador de empréstimo em moeda nacional, bem como à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes: Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação para baixo de 5% em relação ao percentual do CDI observado no fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B), assumindo oscilações, aumentando ou diminuindo, conforme o caso, em 25% (cenário A) e 50% (cenário B) as projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco, considerado relevante pela Administração, está apresentada na tabela a seguir:

Consolidado			Receita ou (despesas)		
Transação	Risco	Saldos de 2024	Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos indexados ao CDI	Aumento do CDI	**249.114**	(28.754)	(37.834)	(45.401)
	Queda do CDI	**249.114**	(28.754)	(22.701)	(15.134)
Títulos e valores mobiliários indexados ao CDI	Aumento do CDI	**26.476**	3.056	4.021	4.825
	Queda do CDI	**26.476**	3.056	2.413	1.608
CDI (aumento) (*)		12,15%	11,54%	15,19%	18,23%
CDI (queda) (*)		12,15%	11,54%	9,11%	6,08%

(*) CDI divulgado pela CETIP, em 31 de dezembro de 2024.

4.2. Gestão de capital (reapresentado) - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Adicionalmente, o Grupo busca concentrar seu caixa em investimentos de curto prazo, pouco suscetíveis a oscilações.
A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(reapresentado)		(reapresentado)
Empréstimos (*)	**250.016**	257.918	**250.016**	257.918
Contas a pagar por aquisição de empresa	-	1.042	-	1.042
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(92.903)**	(58.728)	**(106.983)**	(67.349)
(-) Títulos e valores mobiliários	**(24.877)**	(14.725)	**(26.476)**	(17.031)
Dívida líquida	**132.236**	185.507	**116.557**	174.580
Patrimônio líquido	**113.506**	110.268	**113.506**	110.268
Patrimônio líquido e dívida líquida	**245.742**	295.775	**230.063**	284.848

(*) Não considera o saldo de Custos de transação.

4.3. Estimativa do valor justo - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o IFRS 7/CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação), quando for o caso, é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esse instrumento é classificado no Nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é classificado como Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento é classificado no Nível 3. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; • O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e • Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5. Caixa e equivalentes de caixa (reapresentado): Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2024, são representadas por Fundos de Investimento. Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os Fundos de Investimento eram remunerados a uma taxa entre 98% a 105% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(reapresentado)		(reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	**92.903**	58.728	**106.983**	67.349
	92.903	58.728	**106.983**	67.349

6. Instrumentos financeiros por categoria (reapresentado)
Abaixo seguem os instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por categoria:

		Controladora		Consolidado	
	Hierarquia do valor justo	2024	2023	2024	2023
			(reapresentado)		(reapresentado)
Instrumentos financeiros ativos:					
Custo amortizado					
Contas a receber	-	**55.838**	110.357	**73.249**	123.042
Outros ativos	-	**12.591**	9.956	**15.029**	11.847
Partes relacionadas	-	**3.307**	1.403	**-**	-
Mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	**24.877**	14.725	**26.476**	17.031
Instrumentos financeiros passivos:					
Custo amortizado					
Fornecedores	-	**39.076**	45.708	**47.097**	49.728
Outras contas a pagar	-	**5.696**	2.462	**6.760**	3.180
Empréstimos	-	**249.114**	257.352	**249.114**	257.352
Passivo de arrendamento mercantil	-	**14.160**	5.751	**28.086**	15.283
Obrigações com pessoal e encargos sociais	-	**3.432**	4.483	**8.318**	10.670
Partes relacionadas	-	**8.852**	8.833	**-**	-
Mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Contas a pagar por aquisição de empresa	Nível 2	**-**	1.042	**-**	1.042

7. Títulos e valores mobiliários (reapresentado): Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações classificadas como outros ativos financeiros estavam assim compostas:

			Controladora		Consolidado	
Descrição	Remuneração (base referencial CDI) - %	Nível	2024	2023	2024	2023
				(reapresentado)		(reapresentado)
Valor justo por meio do resultado						
Fundo de Investimento	98 a 105	2	**24.877**	14.725	**26.476**	17.031
Total Circulante			**24.877**	14.725	**26.476**	17.031

Corresponde, principalmente, a aplicações em fundos investimento não considerados exclusivos, pois não detém mais de 50% das quotas nos fundos investidos.

8. Contas a receber: Contas a receber de clientes - Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais dos serviços e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.
a) A análise de vencimentos de contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	**52.368**	101.970	**69.274**	111.579
Vencidas	**3.470**	8.387	**3.975**	11.463
Até 30 dias	**2.172**	2.716	**2.442**	3.789
De 31 até 60 dias	**1.278**	1.766	**1.313**	1.825
De 61 até 90 dias	**383**	152	**418**	217
De 91 até 180 dias	**134**	218	**235**	1.012
A partir de 181 dias	**4.172**	6.389	**4.236**	7.474
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD	**(4.669)**	(2.854)	**(4.669)**	(2.854)
	55.838	110.357	**73.249**	123.042

A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	(reapresentado)	(reapresentado)
1º de janeiro de 2023	**(2.294)**	**(2.294)**
(-) Constituições	(585)	(585)
(+) Reversões	25	25
31 de dezembro de 2023	**(2.854)**	**(2.854)**
(-) Constituições	**(2.677)**	**(2.677)**
(+) Reversões	**862**	**862**
31 de dezembro de 2024	**(4.669)**	**(4.669)**

9. Créditos tributários e previdenciários: Os saldos dos créditos decorrentes de antecipações tributárias são registrados pelo seu valor histórico e realizáveis em sua totalidade. Os créditos serão objetos de compensações e/ou restituições perante a Receita Federal do Brasil, de acordo com os negócios gerados pelo Grupo.
a) Composição de saldo de créditos tributários e previdenciários:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	**47.356**	49.099	**48.772**	49.720
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**14.661**	17.594	**15.039**	17.970
Programa de Integração Social (PIS)	**3.449**	4.072	**3.531**	4.154
Outros	**6.126**	2.306	**6.312**	2.566
	71.592	73.071	**73.654**	74.410
Circulante	**40.209**	49.417	**40.958**	50.215
Não circulante	**31.383**	23.654	**32.696**	24.195

b) Movimentação dos créditos tributários e previdenciários:

	Controladora	Consolidado
1º de janeiro de 2023	**93.050**	**94.057**
(+) Constituições	13.830	14.113
(+) Atualizações	9.502	9.551
(-) Utilização	(16.452)	(16.452)
(-) Restituição	(26.859)	(26.859)
31 de dezembro de 2023	**73.071**	**74.410**
(+) Constituições	**24.243**	**25.043**
(+) Atualizações	**5.075**	**5.120**
(-) Utilização	**(30.797)**	**(30.919)**
31 de dezembro de 2024	**71.592**	**73.654**

Durante o ano de 2024 a Companhia consumiu R$30.797 de créditos tributários com o pagamento de Impostos Retidos, Imposto de Renda e INSS sobre folha de pagamento, por outro lado houve a geração de R$29.318 novos créditos tributários que tem por origem retenções de clientes, resgate de aplicações financeiras e ativação de créditos de insumos da prestação de serviços. Para inibir a prescrição de tais créditos em função da decadência, a Companhia os amparou com o instrumento formal de pedidos de restituição e convalidação por declaração acessória SPED-ECF, entregue todos os anos no mês de julho do ano subsequente ao crédito. A averiguação, validação e restituição depende exclusivamente do cronograma do governo federal. Como estratégia para viabilizar o ingresso financeiro dos saldos credores a Companhia interpôs ação mandamental para requerer a análise e restituição imediata dos saldos credores, conferido na do Mandado de Segurança nº 5006437-50.2024.4.03.6130 protocolado em 17.12.2024. Ademais, o Plano de negócios da Companhia expressa que nos próximos 5 anos há projeções para pagamento de IRPJ e CSLL que consumirão os saldos de créditos em sua totalidade.

10. Investimentos: Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.
a) Movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto:

	Controladora						
	BSS	FIX (*)	PSS (*)	Tempo Tem (*)	XS6 (**)	MMS	Total
1º de janeiro de 2023	**3.044**	**136**	**1.252**	**4.183**	**48.530**	**21.549**	**78.694**
Resultado de equivalência patrimonial nota (33)	3.700	(105)	616	(3.398)	5.876	6.698	13.387
JCP distribuído	(198)	-	-	-	-	(1.077)	(1.275)
Dividendos distribuídos	(1.100)	-	-	-	(3.870)	(5.338)	(10.308)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	82	-	-	-	-	82
Redução de capital	-	-	(700)	-	-	(8.000)	(8.700)
Amortização de ativo de investimento nota (33)	-	-	-	-	(2.183)	-	(2.183)
31 de dezembro de 2023	**5.446**	**113**	**1.168**	**785**	**48.353**	**13.832**	**69.697**
Resultado de equivalência patrimonial nota (33)	**1.428**	**(107)**	**(311)**	**(162)**	**7.746**	**290**	**8.884**
JCP distribuído	**(414)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.053)**	**(1.467)**
Dividendos distribuídos	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.690)**	**-**	**(7.690)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	**10**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10**
Amortização de ativo de investimento nota (33)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.183)**	**-**	**(2.183)**
31 de dezembro de 2024	**6.460**	**16**	**857**	**623**	**46.226**	**13.069**	**67.251**

(*) Operações descontinuadas em 2022.
(**) A USS Soluções Gerenciadas S.A. detém 50,01% das ações ordinárias da XS6 que representam 25% da participação acionária total da empresa. O investimento foi reconhecido em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme ICPC 09(R2), e é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo que em sua apuração é efetuada a equalização de prática contábil quanto ao reconhecimento do ativo intangível gerado nesta operação em sua investida. A equalização tem caráter temporal, sendo o prazo de amortização do ativo intangível de 20 anos.

b) Principais saldos das controladas e controladas em conjunto: Os saldos das principais contas dos balanços das controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são:

	2024						2023					
	BSS	FIX (*)	PSS (*)	Tempo Tem (*)	XS6	MMS	BSS	FIX (*)	PSS (*)	Tempo Tem (*)	XS6	MMS
Total do Ativo	**29.257**	**18**	**955**	**663**	**176.553**	**28.831**	26.868	115	1.170	786	101.451	38.575
Total do Passivo	**22.797**	**2**	**98**	**40**	**131.374**	**15.762**	21.422	2	2	1	59.597	24.743
Patrimônio líquido	**6.460**	**16**	**857**	**623**	**45.179**	**13.069**	5.446	113	1.168	785	41.854	13.832
Lucro líquido (prejuízo)	**1.428**	**(107)**	**(311)**	**(162)**	**30.982**	**290**	3.700	(105)	616	(3.398)	23.505	6.698
Participação	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**25,00%**	**100,00%**	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	25,00%	100,00%

(*) Operações descontinuadas em 2022.

c) Aquisição de participação em negócios controlados em conjunto - XS6: Em 4 de janeiro de 2021 após todas as condições precedentes terem sido satisfeitas foi concluída a operação com consequente assinatura de Termo de Fechamento da aquisição de 25% de participação, que representam 50,01% das ações ordinárias, da XS6 Participações S.A. ("XS6") pela USS. Com a conclusão da transação, a Companhia e a Caixa Seguridade passaram a gerir os negócios da XS6 de forma conjunta, com base em acordo de acionistas, que estabelece que as decisões substantivas do negócio devem ser tomadas em conjunto, sem a preponderância de qualquer um dos sócios. A Companhia classificou essa participação como uma *joint venture*, conforme preconizado no CPC 18, e registra esse investimento pelo método de equivalência patrimonial, sem consolidar seus ativos, passivos e resultados. Adiantamentos suplementares - O Acordo firmado entre as partes determina também o pagamento de adiantamentos suplementares, via aumento de capital sem alteração substancial de participação, baseado no atingimento de metas de vendas. As metas deverão ser cumpridas no prazo de até 3 anos contados a partir da Data de Fechamento. O montante de R$20.838 foi calculado e registrado como sendo o valor presente destes adiantamentos na data de aquisição, tendo como base a expectativa da Companhia no atingimento de tais metas. Em dezembro de 2023, encerrou o prazo de 3 anos contados a partir da Data de Fechamento da aquisição da XS6, foi apurado o não atingimento da meta de vendas, desta forma a Companhia realizou a baixa do passivo constituído no montante de R$35.063 conforme apresentado na Nota 21. d) Aquisição de controlada - FIX: - Em 16 de março de 2021 após todas as condições precedentes terem sido satisfeitas foi concluída a aquisição de 100% do capital total e votante da empresa FIX Tecnologia e Serviços S.A. ("FIX"). A transação foi contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, visto que as partes que controlavam o ativo antes da transação não faziam parte do bloco de controle da USS, portanto, configurando a transação como uma combinação de negócios. A Companhia concluiu a alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos nesta transação, conforme previstos no CPC 15 – Combinação de negócios. Aditivo ao contrato de compra e venda celebrado em 25 de novembro de 2022 - Em 25 de novembro de 2022, as partes resolvem de comum acordo aditar o contrato de compra e venda para extinguir qualquer obrigação da USS de pagamento de valores a título de *earn-out* e contraprestação contingente. Em contrapartida ao cancelamento do *earn-out* e da contraprestação contingente será devido pela USS o montante de R$6.250 a ser pago em seis parcelas iguais não sujeitas a ajuste ou correção monetária na Nota 22.

11. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. *Softwares* - As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não at

(Continua...)

15. Impostos e contribuições a pagar: A Companhia e determinadas sociedades controladas possuem os seguintes saldos a serem compensados, deduzidos ou adicionados nas bases de cálculo dos lucros tributáveis futuros a serem apurados com base no lucro real. Adicionalmente, possuem diferenças a deduzir em exercícios futuros, conforme indicado a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2024	2023	2024	2023
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)		**1.283**	293	**1.503**	528
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS)		**-**	-	**1.331**	674
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) terceiros		**42**	76	**123**	89
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terceiros		**14**	7	**16**	15
PERT MP nº 783/2017	**18**	**1.888**	2.110	**3.528**	3.972
Parcelamento REFIS - Lei nº 11.941/09	**16**	**61**	617	**61**	617
Parcelamento previdenciário e simplificado	**17**	**5.798**	1.424	**6.407**	2.230
Impostos retidos de terceiros		**94**	107	**151**	136
Impostos diferidos passivos	**26 b**	**111**	111	**111**	111
Outros		**-**	-	**284**	303
Circulante		**3.166**	1.969	**5.673**	3.732
Não circulante		**6.125**	2.776	**7.842**	4.943

16. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS: Em 28 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei n° 11.941/09 e pela Medida Provisória n° 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: a) Parcelamento efetuado em 180 meses. b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Impostos federais	**61**	617
	61	617
Circulante	**61**	557
Não circulante	**-**	60

17. Parcelamento Previdenciário e Federal: Em 11 de janeiro de 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento Previdenciário (RAT/FAP) para quitação dos débitos oriundos dos processos 15.587.827-1. Em 18 de setembro de 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento Federal (IRPJ) para quitação dos débitos oriundos dos processos 13896-723.119/14-72, 13896-723.120/14-05, 13896-723.288/14-11. Em 10 de dezembro de 2024, a Companhia aderiu ao parcelamento Federal (PIS) de setembro/2015, para quitação do débito oriundo do processo 13896.902.326/2018-15. a) Parcelamento efetuado em 60 meses. b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impostos federais	**5.798**	1.424	**6.407**	2.230
	5.798	1.424	**6.407**	2.230
Circulante	**1.302**	584	**1.483**	756
Não circulante	**4.496**	840	**4.924**	1.474

18. Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei n° 13.496/2017 e pela Medida Provisória n° 783/2017, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: a) Parcelamento efetuado em 145 meses. b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
FAP/RAT (previdenciários)	**-**	-	**1.640**	1.861
Impostos federais	**1.888**	2.110	**1.888**	2.111
	1.888	2.110	**3.528**	3.972
Circulante	**370**	346	**721**	674
Não circulante	**1.518**	1.764	**2.807**	3.298

19. Outras contas a pagar: Correspondem aos valores devidos no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário é classificado no passivo não circulante. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Comissão	**1.254**	776	**2.204**	1.115
Gastos com telefonia e TI	**3.647**	710	**3.647**	710
Contratos com terceiros	**-**	238	**-**	238
Auditoria	**134**	580	**147**	580
Infra	**319**	-	**319**	-
Outros	**342**	158	**443**	537
	5.696	2.462	**6.760**	3.180

20. Empréstimos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

		Controladora		Consolidado	
	Taxa de juros ao ano	2024	2023	2024	2023
Moeda nacional					
Empréstimos - Nota comercial	**CDI + 3,10%**	**30.317**	-	**30.317**	-
Empréstimos - Capital de giro	**CDI + 2,90% a 3,04%**	**218.797**	257.352	**218.797**	257.352
		249.114	257.352	**249.114**	257.352
Circulante		**85.838**	64.213	**85.838**	64.213
Não Circulante		**163.276**	193.139	**163.276**	193.139

Os montantes registrados no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2024, apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2026	**83.937**
2027	**38.532**
2028	**34.812**
2029	**5.995**
	163.276

Cláusulas restritivas - Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia contém cláusulas restritivas (*Covenants*) não financeiros que estabelecem algumas regras a serem cumpridas pela Companhia. Em alguns meses do ano de 2024, três dos contratos tiveram alguma cláusula não cumprida, o que foi discutido e alinhado com os respectivos credores ao longo do ano. Estes nunca exigiram o pagamento da dívida e vencimento antecipado desta, corroborando o alinhamento entre as partes. A pedido da Companhia, as instituições bancárias forneceram carta conforto (*waiver*), confirmando sua anuência (após 31 de dezembro de 2024, mas antes da aprovação dessas demonstrações financeiras). Por conta disso, a Companhia decidiu manter classificados no passivo não circulante os valores das parcelas vincendas em função dos vencimentos originais no montante de R$163.830 em 31 de dezembro de 2024. Além dos *covenants* não financeiros, os contratos dos bancos Santander e Safra possuem cláusulas restritivas ("covenants") financeiros e operacionais, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação dívida líquida pelo EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurado anualmente. O índice anual requerido deverá ser menor ou igual ao informado na tabela abaixo:

Santander	
Índice (menor ou igual)	
2021	3,00
2022 até 2023	2,50
2024 até 2026	1,80

Safra	
Índice (menor ou igual)	
2024	2,50
2025	2,20
2026	2,00
2027 até 2028	1,80

Em novembro de 2024, ocorreu a repactuação da dívida com o Safra, nesta operação foram renegociados os *targets* de "*covenants*". O índice financeiro mencionado acima é verificado com base na data-base estipulada em contratos. A Administração acompanha o cálculo deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nesses *covenants* financeiros.

21. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento mercantil - O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso -** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • *Subscrição de software*: 1 a 5 anos. • Imóveis: 10 anos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3. Abaixo seguem as movimentações dos ativos de direito de uso:

	Controladora			Consolidado		
	Software	Imóveis	Total	*Software*	Imóveis	Total
31 de dezembro de 2022	**5.519**	**3.566**	**9.085**	**17.343**	**3.566**	**20.909**
Adições	375	4	379	660	4	664
Despesas de depreciação / amortização	(2.016)	(2.360)	(4.376)	(5.975)	(2.360)	(8.335)
31 de dezembro de 2023	**3.878**	**1.210**	**5.088**	**12.028**	**1.210**	**13.238**
Adições	**172**	**24.092**	**24.264**	**6.961**	**28.150**	**35.111**
Baixas	**(87)**	**(12.897)**	**(12.984)**	**(87)**	**(14.773)**	**(14.860)**
Despesas de depreciação / amortização	**(1.733)**	**(1.771)**	**(3.504)**	**(6.416)**	**(1.858)**	**(8.274)**
31 de dezembro de 2024	**2.230**	**10.634**	**12.864**	**12.486**	**12.729**	**25.215**
Taxas anuais de amortização - %	100 a 20	10		100 a 20	10	

Em 2024, a Companhia renovou o seu contrato de locação de imóvel por mais dez anos com a redução da metragem locada, tal movimento representa uma redução de aproximadamente R$ 2.703 no ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em comparação à margem anterior locada. **Passivos de arrendamento -** Na data de início do arrendamento, a Companhia e sua controlada reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nesta data, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Abaixo seguem as movimentações dos passivos de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2022	**10.318**	**23.073**
Adições	348	348
Remensurações	31	316
Pagamento de principal	(4.946)	(8.454)
Pagamento de juros	(1.248)	(2.838)
Juros incorridos	1.248	2.838
31 de dezembro de 2023	**5.751**	**15.283**
Circulante	**3.346**	**6.877**
Não circulante	**2.405**	**8.406**
Adições	**25.293**	**35.982**
Remensurações	**171**	**326**
Baixas	**(13.199)**	**(15.114)**
Pagamento de principal	**(3.838)**	**(8.373)**
Pagamento de juros	**(1.063)**	**(2.702)**
Juros incorridos	**1.045**	**2.684**
31 de dezembro de 2024	**14.160**	**28.086**
Circulante	**2.269**	**6.778**
Não circulante	**11.891**	**21.308**

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	Controladora	Consolidado
2026	**2.197**	**6.288**
2027	**825**	**3.708**
2028	**797**	**1.663**
2029	**909**	**1.087**
2030	**1.036**	**1.238**
2031	**1.181**	**1.412**
2032	**1.346**	**1.609**
2033	**1.535**	**1.835**
2034	**1.750**	**2.092**
2035	**315**	**376**
Total	**11.891**	**21.308**

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Controladora e Consolidado	
Prazos contratos	**Taxa % a.a.**
10 anos	14,00%
5 anos	12,00 a 14,00%
4 anos	17,00 a 18,00%
3 anos	8,07 a 18,00%
2 anos	14,00 a 17,00%
1 ano	14,00%

22. Contas a pagar por aquisição de empresa: O saldo de contas a pagar por aquisição de empresa representa (i) as parcelas retidas das participações societárias adquiridas no passado que seriam desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis; e (ii) parcelas a serem pagas no futuro, contingentes ao atingimento de metas de performance pelas empresas adquiridas, às contrapartes envolvidas em cada transação.

A composição e movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora e Consolidado										
Adquirida	2022	Pagamentos	Ajuste a valor justo	Juros CDI	Baixa (*)	Reversão (**)	2023	Circulante	Pagamentos	2024	Circulante
FIX	**5.210**	(4.168)	-	-	-	-	**1.042**	**1.042**	**(1.042)**	-	-
XS6	**31.357**	-	(52)	3.758	-	(35.063)	-	-	-	-	-
Tempo Participações S.A. (*)	**165**	-	-	-	(165)	-	-	-	-	-	-
	36.732	**(4.168)**	**(52)**	**3.758**	**(165)**	**(35.063)**	**1.042**	**1.042**	**(1.042)**	-	-

(*) Parcela retida de empresa adquirida pela Hill Valley Participações S.A. e incorporada pela USS.
(**) Baixa do saldo de adiantamento suplementar, devido ao não atingimento de metas de vendas, conforme acordo firmado no termo de fechamento de aquisição de participação na XS6 Participações S.A.

23. Receitas diferidas: Receitas reconhecidas ao longo do tempo, conforme CPC 47NBC TG 47/IFRS15 – Receita de Contrato com Cliente. As movimentações das receitas diferidas sumarizadas a seguir:

	Consolidado
1º de janeiro de 2023	**(8.877)**
(+) Constituições	(94.770)
(-) Diferimentos	93.734
31 de dezembro de 2023	**(9.913)**
(+) Constituições	**(116.383)**
(-) Diferimentos	**112.505**
31 de dezembro de 2024	**(13.791)**

24. Provisão para perdas com causas judiciais: O Grupo com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A provisão para contingências passivas é estabelecida por valores atualizados das questões trabalhistas e cíveis que possam representar desembolsos futuros por parte da Companhia e suas controladas, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas e previdenciárias	**6.082**	6.483	**7.115**	7.461
Cíveis	**1.168**	1.187	**1.247**	1.255
	7.250	7.670	**8.362**	8.716

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: • Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, dos litígios envolvendo funcionários e ex-funcionários sobre temas ligados à aplicação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. • Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a indenizações por danos morais e materiais.

As movimentações na provisão para perdas com causas judiciais estão sumarizadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
1º de janeiro de 2023	**10.221**	**11.315**
(+) Constituições	2.956	3.554
(-) Reversões	(1.712)	(2.222)
(-) Pagamentos	(3.795)	(3.931)
31 de dezembro de 2023	**7.670**	**8.716**
(+) Constituições	**3.462**	**4.451**
(-) Reversões	**(1.071)**	**(1.400)**
(-) Pagamentos	**(2.811)**	**(3.405)**
31 de dezembro de 2024	**7.250**	**8.362**

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências cujas probabilidades de perda são consideradas possíveis não estão registradas no balanço somam R$14.950, sendo R$9.116 de natureza tributária, R$16 de natureza cível e R$5.818 de natureza trabalhista (R$20.081 em 31 de dezembro de 2023 sendo R$11.905 de natureza tributária, R$129 de natureza cível e R$8.047 de natureza trabalhista).

25. Transações com partes relacionadas: O Grupo compartilha uma estrutura comum de determinados custos corporativos entre si. Os gastos relacionados com tal estrutura são rateados por meio de critérios objetivos estabelecidos pela Administração. Em resumo, as despesas são rateadas da seguinte forma: • Despesas associadas à infraestrutura compartilhada pelas empresas são rateadas usando o critério de número de funcionários; e • Despesas de Tecnologia da Informação (TI) e Telecomunicações (Telecom), quando não apropriadas diretamente às empresas operacionais, são rateadas pelo critério de número de funcionários. Despesas de áreas de suporte corporativo, a exemplo dos departamentos jurídico, financeiro e de recursos humanos, são rateadas de acordo com o lucro bruto das empresas operacionais. Ainda, despesas inerentes às atividades da empresa controladora, a exemplo do departamento de relações com investidores, não são rateadas para as empresas controladas. Adicionalmente, as empresas do Grupo compartilham prestação de serviços de assistência. Todas essas operações são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas referem-se a compra e venda de serviços e estão demonstrados da seguinte forma:

	2024	2023
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	**3.002**	1.360
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	**305**	43
Ativo não circulante	**3.307**	1.403
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	**8.849**	8.828
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	**3**	5
Passivo circulante	**8.852**	8.833

Além das informações descritas acima, a Companhia possui transações comerciais registradas em seu contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 junto à XS6 no montante de R$10.332. A Companhia não possui transações comerciais com outras empresas controladas pelo mesmo bloco controlador.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Vendas de serviços

	2024	2023
Serviços de assistência	**3.616**	3.619
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	**3.616**	3.619
Serviços *call center*	**93.168**	92.975
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("BSS")	**93.168**	92.975
Serviço de intermediação	**-**	9
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	**-**	9
	96.784	96.603

Os serviços são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

b) Compras de serviços

	2024	2023
Serviços de assistência	**3.616**	3.619
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	**16**	19
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	**3.600**	3.600
Serviços *call center*	**93.168**	92.975
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	**89.105**	89.677
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	**4.063**	3.298
Serviço de intermediação	**-**	9
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	**-**	9
	96.784	96.603

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração - O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2024	2023
Salários e outros benefícios	**5.579**	5.766

26. Imposto de renda e contribuição social: Impostos sobre o lucro compreendem o IRPJ e a CSLL (corrente e diferido), os quais são reconhecidos no resultado. O IRPJ e a CSLL são geralmente aplicados sobre a mesma base de cálculo, a qual corresponde ao lucro líquido antes dos impostos, ajustado de acordo com as normas expedidas pela autoridade fiscal brasileira. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. a) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social - A reconciliação entre o imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado do exercício proveniente de operações continuadas	**5.407**	62.735	**10.236**	70.559
Resultado do exercício proveniente de operações descontinuadas	**-**	-	**(537)**	(2.722)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**5.407**	62.735	**9.699**	67.837
Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	**(1.838)**	(21.330)	**(3.298)**	(23.065)
Resultado da equivalência patrimonial	**2.523**	4.118	**2.523**	1.998
Plano de pagamento baseado em ações	**(409)**	(1.511)	**(409)**	(1.511)
PAT	**44**	82	**122**	1.160
Outras adições / exclusões permanentes	**(3.710)**	6.316	**(6.620)**	3.985
Diferença de alíquotas	**18**	18	**18**	24
	(3.372)	(12.307)	**(7.664)**	(17.409)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	**(2.439)**	(4.590)	**(6.783)**	(8.577)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	**(933)**	(7.717)	**(839)**	(8.667)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - total	**(3.372)**	(12.307)	**(7.622)**	(17.244)
Tributos atribuíveis a operações descontinuadas	**-**	-	**(42)**	(165)
	(3.372)	(12.307)	**(7.664)**	(17.409)
Alíquota efetiva	**-62%**	-20%	**-74%**	-24%

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos - Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, da base negativa de contribuição social e nas correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	**69.934**	70.233	**80.206**	80.619
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	**10.402**	11.036	**10.964**	11.390
Ativo de imposto diferido	**80.336**	81.269	**91.170**	92.009
Impostos diferidos passivos sobre do ganho / perda de Investimento inicial	**(111)**	(111)	**(111)**	(111)
Total do imposto de renda diferido ativo (passivo)	**80.225**	81.158	**91.059**	91.898

c) Imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias - O saldo de imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias está composto:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD	**1.208**	803	**1.208**	803
Contingências cíveis	**397**	404	**424**	427
Contingências trabalhistas	**2.068**	2.205	**2.403**	2.536
Provisões	**3.198**	-	**3.397**	-
Mais-valia de ativo	**3.531**	7.624	**3.532**	7.624
	10.402	11.036	**10.964**	11.390

d) Movimentação do imposto de renda diferido

Controladora	Saldo	Resultado		Saldo	Resultado		Saldo
Natureza	2022	Adições	Baixas	2023	Adições	Baixas	2024
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal	**69.933**	300	-	**70.233**	-	**(299)**	**69.934**
Diferenças temporárias	**18.942**	146	(8.163)	**10.925**	**3.460**	**(4.094)**	**10.291**
Total	**88.875**	446	(8.163)	**81.158**	**3.460**	**(4.393)**	**80.225**

Consolidado	Saldo	Resultado		Saldo	Resultado		Saldo
Natureza	2022	Adições	Baixas	2023	Adições	Baixas	2023
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	**81.253**	300	(934)	**80.619**	**995**	**(1.408)**	**80.206**
Diferenças temporárias	**19.312**	150	(8.183)	**11.279**	**3.665**	**(4.091)**	**10.853**
Total	**100.565**	450	(9.117)	**91.898**	**4.660**	**(5.499)**	**91.059**

e) Prejuízo fiscal e base negativa - O Grupo possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R$235.902 em 31 de dezembro de 2024. A sua controlada integral USS possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R$205.689 em 31 de dezembro de 2024. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2024 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando a existência e lucro tributável nos últimos exercícios sociais e com base na projeção de resultados tributável futuros desenvolvida pela Administração. A Companhia prevê que a realização dos tributos diferidos se dará como segue:

Controladora		Consolidado	
	Prejuízo fiscal e diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e diferenças temporárias
2025	-	**2025**	**3.253**
2026	**863**	**2026**	**4.630**
2027	**3.549**	**2027**	**6.802**
2028	**5.843**	**2028**	**6.404**
2029	**8.049**	**2029**	**8.049**
2030 a 2034	**61.921**	**2030 a 2034**	**61.921**
Total	**80.225**	**Total**	**91.059**

As projeções consideram as seguintes principais premissas: (i) Projeção de fluxo de caixa para dez anos. (ii) Crescimento de receita: a taxa de crescimento da receita foi estimada com base na melhora da operação dos clientes que já estão em carteira (crescimento orgânico, desenvolvimento de novos produtos e reajustes contratuais de preço), conquista de novos clientes, crescimento de novos serviços de conveniências e anulizações de clientes já conquistados no ano anterior. (iii) Evolução do resultado operacional: considera o crescimento histórico da Companhia, projeções de inflação e do PIB brasileiro para os próximos anos, ganhos de eficiência com base na melhoria dos processos já existentes bem como derivados da implantação de novos projetos e a implantação dos novos contratos e negócios recém-adquiridos. A Administração está implementando as seguintes ações visando a geração de lucro tributário: (i) Manutenção dos contratos atuais, garantindo a qualidade dos serviços prestados e a saúde econômico-financeira da Companhia; (ii) Investimento em tecnologia e infraestrutura para dar apoio ao crescimento orgânico dos contratos atuais; (iii) Expansão e consolidação do canal B2B2C e desenvolvimento de novos canais para vendas dos serviços, especialmente no modelo de venda direta (B2C), com a inclusão de novas parcerias e desenvolvimento de novos produtos; (iv) Desenvolvimento de novos serviços de conveniência, expandindo para oferta de instalação, reparo e Conservação. (v) Execução dos contratos recém-adquiridos e de novos negócios em implantação pela Companhia; e (vi) Captura das eficiências mapeadas pela Companhia em seu planejamento estratégico. O estudo técnico referente às projeções de lucros tributáveis futuros foi aprovado em reunião de diretoria e apresentado ao Conselho de Administração. A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa que foram gerados nos últimos anos, sendo:

Controladora	Prejuízo fiscal/base negativa acumulado	Prejuízo fiscal/base negativa durante o ano
2024	**205.689**	-
Consolidado	**Prejuízo fiscal/base negativa acumulado**	**Prejuízo fiscal/base negativa durante o ano**
2024	**235.902**	-

Conforme legislação vigente, as diferenças temporárias dedutíveis e o prejuízo fiscal e base negativa não prescrevem sendo a utilização limitada a 30% do lucro fiscal do exercício em que será utilizado.

27. Patrimônio líquido: a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia de R$136.872 (31 de dezembro de 2023 - R$136.872) está representado por 379.632.849 (31 de dezembro de 2023 - 379.632.849) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Segue a mutação do número de ações para os respectivos períodos:

	Ordinárias
1º janeiro de 2023	378.476.859
Aumento de capital	1.155.990
31 de dezembro de 2023	**379.632.849**
31 de dezembro de 2024	**379.632.849**

Segue quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Acionistas	2024		2023	
	Ações ordinárias	Participação no capital	Ações ordinárias	Participação no capital
Hill Fundo de Investimento em Participações	**187.362.053**	**49,36%**	174.310.921	45,92%
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações II	**60.609.458**	**15,97%**	60.609.458	15,97%
Évora Fundo de Investimentos em Participações	**-**	**0,00%**	13.051.132	3,44%
Old Bridge Fundo de Investimento em Participações	**13.051.132**	**3,44%**	13.051.132	3,44%
Swiss Re Direct Investments Company Ltda.	**112.653.962**	**29,67%**	112.653.962	29,67%
Demais acionistas	**5.956.244**	**1,56%**	5.956.244	1,56%
	379.632.849	**100,00%**	379.632.849	100,00%

b) Destinação do lucro líquido do exercício - O Conselho de Administração poderá fixar o montante dos juros a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, observadas as disposições legais pertinentes. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação dos dividendos obrigatórios. Com base no lucro líquido apurado na demonstração de resultados do período serão elaboradas as propostas da destinação a lhes serem dadas, possuindo saldo de prejuízos acumulados o lucro líquido do período será absorvido e o excedente seguirá a seguinte regra de destinação: (i) 5% na constituição da reserva legal, até o montante estabelecido na legislação em vigor; (ii) dividendo mínimo obrigatório: 25% do saldo do lucro líquido do período, obtido após a dedução de que trata o item; (iii) o saldo do lucro líquido do período, obtido após as deduções de que tratam os itens anteriores, será destinado à reserva de lucros a realizar, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos negócios. A Companhia concede a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2017 foi aprovado o plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços e outras sociedades coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia ("Plano 1"). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2023 foi aprovado um novo plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços e outras sociedades coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia ("Plano 2"). A Companhia pode, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, outorgar opção de compra de ações em favor de: (i) seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades direta ou indiretamente controladas ou (ii) pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e suas controladas. A opção poderá ser exercida em dois, quatro ou cinco lotes anuais, contados a partir da data de outorga, mediante simples aviso à Companhia, nas datas para exercício definidas nos Planos. Na hipótese de exercício parcial ou não exercício da opção relacionada a determinado lote anual na data para exercício, o beneficiário poderá exercer tal direito pelo prazo de dois anos, contados

(Continua...)

b.1) As despesas com pessoal são reconhecidas quando incorridas, mensuradas em conformidade com os respectivos contratos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários	**(23.930)**	(25.850)	**(62.060)**	(66.236)
Encargos	**(8.519)**	(8.452)	**(17.034)**	(16.964)
Outras despesas com pessoal	**(2.114)**	(1.709)	**(9.176)**	(8.493)
Benefícios	**(7.969)**	(7.392)	**(29.285)**	(29.425)
Participação nos lucros e bônus	**(83)**	(138)	**(460)**	493
	(42.615)	(43.541)	**(118.015)**	(120.625)
Plano de pagamento baseado em ações	**(1.203)**	(4.443)	**(1.203)**	(4.443)
	(43.818)	(47.984)	**(119.218)**	(125.068)

31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Valor residual do ativo imobilizado baixado	**(3)**	(5)	**(111)**	(52)
Recuperação de impostos	**1.816**	4.971	**1.955**	5.122
Indenização contratual	**(573)**	(28)	**(573)**	(28)
Baixa contas a pagar por aquisição de empresa (*)	**-**	35.063	**-**	35.063
Outras despesas e receitas	**(779)**	423	**(3.708)**	1.568
	461	40.424	**(2.437)**	41.673
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas proveniente das operações continuadas	**461**	40.424	**(2.161)**	40.712
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas proveniente das operações descontinuadas	**-**	-	**(276)**	961

(*) Baixa do saldo de adiantamento suplementar, devido ao não atingimento de metas de vendas conforme acordo firmado no termo de fechamento de aquisição de participação na XS6 Participações S.A.

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	**306**	186	**313**	187
Juros sobre outros ativos	**52**	87	**74**	94
Juros sobre outros ativos financeiros	**5.749**	3.651	**7.585**	4.984
Atualização de créditos tributários	**5.082**	7.575	**5.178**	7.626
Impostos sobre receitas financeiras	**(530)**	(536)	**(623)**	(601)
Outras receitas financeiras	**204**	23	**254**	22
	10.863	10.986	**12.781**	12.312
Despesas financeiras				
Juros passivos	**(386)**	(429)	**(585)**	(763)
Comissões e despesas bancárias	**(729)**	(1.785)	**(826)**	(2.066)
Juros sobre impostos	**(2.318)**	(67)	**(2.341)**	(280)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	**(32.114)**	(38.975)	**(32.114)**	(38.975)
Encargos financeiros de arrendamentos mercantis	**(1.045)**	(1.248)	**(2.684)**	(2.838)
Encargos financeiros sobre aquisição de empresa	**-**	(3.707)	**-**	(3.707)
Outras despesas financeiras	**(717)**	(646)	**(764)**	(768)
	(37.309)	(46.857)	**(39.314)**	(49.397)
Resultado financeiro líquido	**(26.446)**	(35.871)	**(26.533)**	(37.085)
Resultado financeiro líquido proveniente das operações continuadas	**(26.446)**	(35.871)	**(26.588)**	(37.142)
Resultado financeiro líquido proveniente das operações descontinuadas	**-**	-	**55**	57

33. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto	**8.884**	13.387	**7.746**	5.876
Amortização de Ativo de Investimento (*)	**(2.183)**	(2.183)	**(2.183)**	(2.183)
	6.701	11.204	**5.563**	3.693

(*) Refere-se ao contrato de exclusividade mantido entre a XS6 e a Caixa Seguridade para exploração, pelo prazo de 20 anos, do ramo de serviços assistenciais na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal.

34. Mudanças nos passivos das atividades de financiamento (reapresentado)

Controladora:

	2023	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros, amortizações e IR	Novos arrendamentos	Remensurações	Novas captações	Baixas	Segregação curto / longo	2024
Empréstimos - Circulante	**64.213**	**(93.223)**	**(25.697)**	**32.104**	**-**	**-**	**17.513**	**-**	**90.928**	**85.838**
Empréstimos - Não circulante	**193.139**	**-**	**(321)**	**-**	**-**	**-**	**61.386**	**-**	**(90.928)**	**163.276**
Passivo de arrendamento mercantil - Circulante	**3.346**	**(3.838)**	**(1.063)**	**1.045**	**25.293**	**171**	**-**	**(649)**	**(22.036)**	**2.269**
Passivo de arrendamento mercantil - Não circulante	**2.405**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(12.550)**	**22.036**	**11.891**
Capital social	**136.872**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**136.872**
Total	**399.975**	**(97.061)**	**(27.081)**	**33.149**	**25.293**	**171**	**78.899**	**(13.199)**	**-**	**400.146**

	2022	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros e amortizações	Novos arrendamentos	Remensurações	Novas captações	Segregação curto / longo	Outros	2023
Empréstimos - Circulante	**48.846**	(73.266)	(40.979)	38.975	**-**	**-**	12.585	78.052	**-**	**64.213**
Empréstimos - Não circulante	**204.158**	**-**	(467)	**-**	**-**	**-**	67.500	(78.052)	**-**	**193.139**
Passivo de arrendamento mercantil - Circulante	**4.934**	(4.946)	(1.248)	1.248	348	31	**-**	2.979	**-**	**3.346**
Passivo de arrendamento mercantil - Não circulante	**5.384**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	(2.979)	**-**	**2.405**
Capital social	**135.257**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	1.615	**136.872**
Total	**398.579**	**(78.212)**	**(42.694)**	**40.223**	**348**	**31**	**80.085**	**-**	**1.615**	**399.975**

Consolidado:

	2023	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros e amortizações	Novos arrendamentos	Remensurações	Novas captações	Baixas	Segregação curto / longo	2024
Empréstimos - Circulante	**64.213**	**(93.223)**	**(25.697)**	**32.104**	**-**	**-**	**17.513**	**-**	**90.928**	**85.838**
Empréstimos - Não circulante	**193.139**	**-**	**(321)**	**-**	**-**	**-**	**61.386**	**-**	**(90.928)**	**163.276**
Passivo de arrendamento mercantil - Circulante	**6.877**	**(8.373)**	**(2.702)**	**2.684**	**35.982**	**326**	**-**	**(727)**	**(27.289)**	**6.778**
Passivo de arrendamento mercantil - Não circulante	**8.406**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(14.387)**	**27.289**	**21.308**
Capital social	**136.872**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**136.872**
Total	**409.507**	**(101.596)**	**(28.720)**	**34.788**	**35.982**	**326**	**78.899**	**(15.114)**	**-**	**414.072**

	2022	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros e amortizações	Novos arrendamentos	Remensurações	Novas captações	Segregação curto / longo	Outros	2023
Empréstimos - Circulante	**52.491**	(77.613)	(40.979)	38.975	**-**	**-**	13.287	78.052	**-**	**64.213**
Empréstimos - Não circulante	**204.158**	**-**	(467)	**-**	**-**	**-**	67.500	(78.052)	**-**	**193.139**
Passivo de arrendamento mercantil - Circulante	**8.409**	(8.454)	(2.838)	2.838	348	316	**-**	6.258	**-**	**6.877**
Passivo de arrendamento mercantil - Não circulante	**14.664**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	(6.258)	**-**	**8.406**
Capital social	**135.257**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	1.615	**136.872**
Total	**414.979**	**(86.067)**	**(44.284)**	**41.813**	**348**	**316**	**80.787**	**-**	**1.615**	**409.507**

35. Transações não caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. As atividades que não envolveram movimentação de caixa estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a pagar por aquisição de empresa	**-**	(35.229)	**-**	(35.229)
Dividendos a receber de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto	**1.790**	**-**	**1.790**	**-**
	1.790	(35.229)	**1.790**	(35.229)

36. Compromissos: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam cartas fiança no valor de R$15.035 (31 de dezembro de 2023 – R$13.485), as quais referem-se basicamente às garantias prestadas em processos judiciais e execuções fiscais. Em 31 de dezembro 2024 o Grupo USS Soluções Gerenciadas S.A. possuía limite de crédito pré-aprovado (líquido das operações contratadas) junto ao Banco Sofisa no valor de R$40.000, Banco Itaú no valor de R$12.700, Banco Daycoval no valor de R$8.000 e Banco Santander no valor de R$5.000, para ser usado em leasing, fianças, risco sacado e capital de giro.

37. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Ativos / responsabilidades cobertas	Importâncias seguradas Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
D&O (*Directors & Officers*) (*)	Comercial (Diretores e Administradores)	**50.000**	50.000	**50.000**	50.000
Responsabilidade Civil Geral - RCG	Estabelecimento comercial / industrial	**5.100**	5.100	**5.100**	5.100
Seguro *Property*	Compreensivo empresarial	**343.181**	343.181	**343.181**	343.181
E&O	RC Profissional	**1.000**	1.000	**1.000**	1.000
Cyber	Riscos Cibernéticos	**-**	10.000	**-**	10.000
Garantia Judicial	Garantia Judicial	**15.921**	24.877	**16.201**	24.877
Seguro de Vida	Seguro de Vida	**5.520**	5.520	**5.520**	5.520

(*) Protege aos administradores (diretores estatutários e não estatutários; membros do conselho de administração; membros do conselho fiscal; procuradores com poderes de gestão; advogados-empregados; *risk managers* (governança, riscos e *compliance*) de situações onde os mesmos podem ser administrativamente responsabilizados por órgãos reguladores, fisco, credores civis e etc.

38. Eventos Subsequentes: Em 14 de fevereiro de 2025, após o encerramento do exercício findo em 2024, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de empréstimo firmado com o Banco Santander (Brasil) S.A., originalmente previsto para vencimento em 15 de outubro de 2026. Para essa liquidação, a Companhia desembolsou um total de R$52.551.362,63 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos). A decisão de quitação antecipada foi tomada com base em estratégia financeira da Companhia e está em conformidade com as disposições contratuais, que permitem a liquidação antecipada das obrigações.

DIRETORIA

JOÃO CARLOS ARMESTO
Diretor-Presidente

ANDRE CIMERMAN
Diretor

CONTADOR

FELIPE PASCOAL BALTAZAR
CRC 1SP270559/O-0 – CPF 304.534.768-13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **USS Soluções Gerenciadas S.A.**

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da USS Soluções Gerenciadas ("USS" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto mencionado no item "a)" e do efeito mencionado no item "b)" na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da USS Soluções Gerenciadas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião com ressalvas:** a) Segregação entre custos e despesas - Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, a Companhia incorreu em gastos com a operação de "Call Center", incluindo também amortização e/ou depreciação de direito de uso, imobilizado e intangível, reconhecidos na rubrica "Despesas gerais e administrativas" no resultado do exercício. Em virtude de se tratar de gastos diretamente ligados a operação da Companhia, parte destes valores deveriam estar alocados na rubrica "Custo dos serviços prestados / revenda de mercadoria" no resultado do exercício. Até a conclusão de nossos trabalhos a Companhia não elaborou avaliação quanto à correta alocação destes gastos no resultado do exercício. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de reclassificar os valores relativos a esse assunto. b) Descumprimento de cláusulas restritivas - Conforme descrito na nota explicativa nº 20.a, a Companhia não cumpriu integralmente com determinadas cláusulas contratuais dos seus contratos de empréstimos em determinados momentos do exercício de 2024. Conforme IAS 1/CPC26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, devido a possível exigibilidade dos empréstimos, o montante de R$ 163.276 mil registrado no passivo não circulante deveria ser reclassificado para o passivo circulante, o qual não foi efetuado pela Companhia por entender que obteve a anuência do descumprimento das cláusulas contratuais junto aos seus credores. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante a maior em R$ 163.276, respectivamente. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Outros assuntos:** Valores correspondentes - As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, preparados originalmente antes dos ajustes mencionados na nota explicativa nº 2.1.1, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 18 de abril de 2024, sem ressalva. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de asseguração sobre tais ajustes tomados em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 9D00-73A9-660B-E7DF.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 9D00-73A9-660B-E7DF.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/9D00-73A9-660B-E7DF ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9D00-73A9-660B-E7DF

Hash do Documento

C9859799C8F8FD576DED687A483685C4EC617FF335176A2CE53D4A98663B181D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2025 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 29/04/2025 00:02 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24